

A SEGUNDA GERAÇÃO DE IMIGRANTES EM PORTUGAL E A DIFERENCIAÇÃO DO PERCURSO ESCOLAR

*Jovens de Origem Cabo-verdiana
versus Jovens de Origem Hindu-indiana*

SÓNIA PIRES



acidi

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

**A SEGUNDA GERAÇÃO DE IMIGRANTES
EM PORTUGAL E A DIFERENCIAÇÃO DO
PERCURSO ESCOLAR**

*Jovens de origem cabo-verdiana versus jovens
de origem hindu-indiana*

Sónia Pires

A SEGUNDA GERAÇÃO DE IMIGRANTES EM PORTUGAL E A DIFERENCIAÇÃO DO PERCURSO ESCOLAR
Jovens de origem cabo-verdiana versus jovens de origem hindu-indiana

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

Pires, Sónia Brigitte da Rocha

A segunda geração de imigrantes em Portugal e a diferenciação do percurso escolar:
jovens de origem cabo-verdiana *versus* jovens de origem hindu-indiana. – [Teses; 23]

ISBN 978-989-8000-78-1

CDU 316
314
37

PROMOTOR
OBSERVATÓRIO DA IMIGRAÇÃO
www.oi.acidi.gov.pt

APOIO
FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
www.fct.mctes.pt

AUTORA
Sónia Pires
sonia.pires@ueui.eu

EDIÇÃO
**ALTO-COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO
E DIÁLOGO INTERCULTURAL (ACIDI, I.P.)**
RUA ÁLVARO COUTINHO, 14, 1150-025 LISBOA
TELEFONE: (00351) 21 810 61 00 FAX: (00351) 21 810 61 17
E-MAIL: acidi@acidi.gov.pt

EXECUÇÃO GRÁFICA
EDITORIAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PRIMEIRA EDIÇÃO
250 EXEMPLARES

ISBN
978-989-8000-78-1

DEPÓSITO LEGAL
297487/09

LISBOA, AGOSTO 2009

Dissertação de Mestrado em Sociologia

Autora: Sónia Pires

Orientadora: Professora Doutora Maria Ioannis Baganha

Universidade de Coimbra

Faculdade de Economia

Bolseira da FCT – PRAXIS XXI

2001

Índice

PREFÁCIO	7
ABSTRACT	11
INTRODUÇÃO	13
1. INCORPORAÇÃO DE IMIGRANTES – REVISÃO DE CONCEITOS E DE ABORDAGENS ANALÍTICAS	17
1.1. ASSIMILAÇÃO. CONCEITO EM CRESCENTE REVIVALISMO	17
1.2. O MODELO DA TEORIA-ENCLAVE E O PERÍODO MODERNO	21
1.3. O MODELO DA CIDADANIA	22
2. ETNICIDADE	25
3. A SEGUNDA GERAÇÃO DE IMIGRANTES	28
3.1. O MODELO ASSIMILACIONISTA REVISTO E A SEGUNDA GERAÇÃO DE IMIGRANTES – TEORIA DA ASSIMILAÇÃO SEGMENTADA	30
3.2. A EUROPA E A SEGUNDA GERAÇÃO DE IMIGRANTES, OS CASOS DA FRANÇA E DA ALEMANHA	38
3.3. A SEGUNDA GERAÇÃO DE IMIGRANTES EM PORTUGAL	43
3.3.1. <i>Dados numéricos</i>	43
3.3.2. <i>O Estado das coisas em Portugal. O que sabemos?</i>	48
4. OBJECTO DE ESTUDO E METODOLOGIA	51
5. A COMUNIDADE HINDU DE ORIGEM INDIANA EM PORTUGAL	53
6. A POPULAÇÃO CABO-VERDIANA EM PORTUGAL, MULTIPLICIDADE DE ABORDAGENS PARA UMA MESMA REALIDADE	68
7. PERCURSOS ESCOLARES IDÊNTICOS? JOVENS HINDUS DE ORIGEM INDIANA <i>VERSUS</i> JOVENS DE ORIGEM CABO-VERDIANA	95
7.1. CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS ENTREVISTADOS	95
7.2. PERCURSO ESCOLAR DIFERENCIADO	96
7.3. EXPOSIÇÃO À SOCIEDADE DE ACOLHIMENTO	101
7.4. CAPITAL HUMANO E SOCIAL NO SEIO FAMILIAR	105
7.5. O BAIRRO	117
7.6. INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE DE ORIGEM, FACTOR DE VANTAGEM OU DE DESVANTAGEM?	121
7.7. BILINGUISMO COMO FACTOR DE SUCESSO ESCOLAR DIFERENCIADO E COMO REFLEXO DE CONSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS INTERNAS DISTINTAS	135

CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
BIBLIOGRAFIA	141

Índice de Quadros

Quadro 1 – Total de matriculados (início do ano), total de alunos no Continente	44
Quadro 2 – Total de matriculados (início do ano), no Continente, de minorias não lusas e de minorias dos PALOP em números absolutos e percentagem	45
Quadro 3 – Total de matriculados (início do ano), nos distritos de Lisboa e Setúbal, para minorias não lusas e minorias com origem nos PALOP em número absoluto e percentagem	45
Quadro 4 – Pobreza urbana por nacionalidade (em percentagem)	85
Quadro 5 – Caracterização dos jovens hindus de origem indiana	95
Quadro 6 – Caracterização dos jovens de origem cabo-verdiana	96
Quadro 7 – Nível educacional dos pais hindus por casta e percurso escolar do entrevistado	107
Quadro 8 – Nível educacional dos pais cabo-verdianos por classe social e percurso escolar do entrevistado	108
Quadro 9 – Emprego detido pelo pai dos entrevistados hindus	109
Quadro 10 – Actividade profissional detida pela mãe, de acordo com o percurso escolar do entrevistado de origem cabo-verdiana	110
Quadro 11 – Actividade profissional detida pelo pai, de acordo com o percurso escolar do entrevistado de origem cabo-verdiana	110
Quadro 12 – Rendimentos mensais dos núcleos familiares hindus de acordo com o percurso escolar do entrevistado	111
Quadro 13 – Rendimentos mensais dos núcleos familiares cabo-verdianos de acordo com o percurso escolar do entrevistado	112
Quadro 14 – Aspectos sócio-demográficos dos núcleos hindus de acordo com a casta e o percurso escolar do entrevistado	113
Quadro 15 – Aspectos sócio-demográficos dos núcleos familiares cabo-verdianos de acordo com a classe social e o percurso escolar do entrevistado	114

PREFÁCIO

Nos dias que correm, a questão da imigração volta a assumir protagonismo nas agendas políticas e sociais, tanto da União Europeia como de Portugal. Infelizmente, a situação de crise que serve de contexto para esta «emergência» do tópico imigração leva a que os discursos públicos e as medidas propostas sejam marcadas por lógicas onde a perspectiva securitária se sobrepõe à da regulação sustentada e o princípio da concorrência entre «nós» e o outro aparece sobrevalorizado face aos princípios da solidariedade, da cooperação e da interculturalidade.

Em termos concretos, este quadro parece materializar-se de dois modos distintos, igualmente perigosos: por um lado, a rejeição da presença de estrangeiros no mercado de trabalho, assumindo-se, erradamente, que este é uno e não segmentado e que os imigrantes ocupam empregos que estariam supostamente destinados a nacionais ou vivem à custa de subsídios de desemprego, abusando do erário público; por outro, uma associação entre criminalidade e imigração, transformando todos os estrangeiros em agressores ou delinquentes potenciais, que constituem um perigo para a comunidade. No primeiro caso, o estigma recai, essencialmente, sobre o imigrante propriamente dito, o adulto que se deslocou para outro país, por vezes de modo irregular, para preencher lacunas no mercado de trabalho que, na maioria dos casos, internamente ninguém se dispôs a satisfazer. No segundo caso, o protótipo corresponde ao jovem, tipicamente do sexo masculino, por vezes ainda menor de idade, e muito frequentemente já nascido no local de destino ou chegado ainda criança. Afinal, em muitos casos, trata-se de um imigrante que não o é, de um membro da denominada segunda geração, que cresceu e foi sociabilizado no país de acolhimento.

É deste segundo grupo que nos fala Sónia Pires, no seu estudo comparativo sobre a integração, essencialmente escolar, de jovens de origem cabo-verdiana e hindu-indiana em Portugal. Na linha de outros trabalhos que têm vindo a ser elaborados por investigadores portugueses sobre os descendentes de imigrantes, esta dissertação assume uma significativa pertinência, uma vez que contribui para demonstrar que muitos jovens com origem imigrante prosseguem percursos de inserção apoiados pela valorização escolar e por uma posterior inserção no mercado de trabalho, para além de fornecer indicações muito interessantes sobre o papel do quadro familiar, do quadro étnico e do capital humano enquanto factores diferenciadores do sucesso escolar dos indivíduos provenientes dos dois grupos em análise. Adicionalmente, ao abordar uma preocupação europeia, este

trabalho fornece mais um contributo para as análises contemporâneas dos processos de inserção escolar dos descendentes de imigrantes em várias sociedades da UE – como acontece no âmbito do projecto europeu TIES, por exemplo —, cuja preocupação de partida se centra, frequentemente, nos maiores índices de abandono e insucesso escolar registados por estes jovens, com repercussões evidentes ao nível da redução dos seus níveis de empregabilidade.

Como explicações para esta situação, que coloca em relevo a problemática post-imigração que está associada ao processo de integração das famílias nas sociedades de destino, têm sido apontadas causas de tipo diverso, nomeadamente os défices de capital humano e social das famílias, o papel dos recursos étnicos, as diferenças culturais entre os imigrantes e a sociedade de destino ou a estrutura de oportunidades oferecida pelo espaço de acolhimento, nomeadamente ao nível das políticas de ensino e da organização do próprio sistema escolar.

Tendo em conta este quadro teórico, Sónia Pires avança para a análise dos processos de adaptação dos descendentes de imigrantes cabo-verdianos e hindus-indianos a partir do conteúdo de um conjunto bem elaborado de entrevistas em profundidade realizadas junto de jovens dos dois grupos, devidamente complementado com informação estatística relevante sobre estes. A análise aprofundada dos dados qualitativos resultantes do processo de recolha directa de informação fornece elementos muito valiosos e interessantes sobre os factores que influenciam as trajectórias escolares, que, no caso dos jovens hindus, parecem ser mais condicionadas pelas decisões tomadas no quadro familiar, aparentemente limitadas por valores culturais e de controlo social que, de algum modo, parecem bloquear algumas trajectórias escolares que requeriam uma presença maior no sistema de ensino (secundário, superior), sobretudo no caso das raparigas. No que respeita aos jovens cabo-verdianos, o papel do capital humano dos pais parece sobrepor-se aos mecanismos de controlo assentes em valores sócio-culturais associados à etnicidade, enquanto factor condicionador das trajectórias escolares. Na verdade, os percursos escolares de muitos jovens cabo-verdianos, embora estruturalmente mais elevados do que os dos pais, na sua maioria pertencentes a estratos sociais baixos e médio-baixos, não apontam para uma mobilidade social ascendente clara. No entanto, a autora identifica um subgrupo de descendentes residentes em bairros problemáticos e oriundos de classes sociais desfavorecidas que conseguem aceder ao ensino superior, parecendo contribuir para tal, por um lado o maior investimento dos pais na inserção escolar dos filhos e, por outro, uma redução do processo de sociabilização «de rua» junto do grupo de pares e uma maior valorização dos elementos

provenientes dos mecanismos de sociabilização institucionais, designadamente escolares.

Tratando-se de um estudo com uma forte vertente exploratória, como é característico das boas dissertações de mestrado, deve ser confrontado com outros trabalhos em curso sobre a mesma temática, merecendo um desenvolvimento já encetado pela própria Sónia Pires. No entanto, as conclusões a que a autora chegou no trabalho, devidamente apoiadas em evidências empíricas obtidas a partir da aplicação de uma metodologia qualitativa rigorosa e de uma análise sólida, merecem toda a consideração, tanto da parte da academia, como dos próprios decisores políticos e sociais. Efectivamente, ao realçar o papel diferenciado que os factores influenciadores das trajectórias escolares dos descendentes de imigrantes têm nos vários grupos presentes na sociedade portuguesa, este trabalho fornece pistas muito relevantes para o desenvolvimento das políticas escolares que visam o incremento do sucesso escolar entre todos os jovens. Se estas devem ter uma matriz comum, facilitadora da incorporação de públicos escolares com *backgrounds* sociais e culturais distintos, também devem ser suficientemente flexíveis para se ajustarem aos constrangimentos específicos que aqueles podem apresentar.

Em síntese, trata-se de um estudo que merece leitura atenta, não só pelo valor intrínseco da investigação muito bem conduzida pela autora e devidamente orientada pela Professora Maria Ioannis Baganha, referência fundamental na investigação científica portuguesa no domínio das migrações e mestre de muitos de nós, que continuamos a necessitar do seu brilhantismo e das suas ideias, mas também pela pertinência social que revela nestes tempos difíceis do final do primeiro decénio do século XXI.

Jorge Malheiros

ABSTRACT

The second generation of immigrants in Portugal has been object of new analysis in what concerns their integration in the educational system.

As a relatively new phenomenon, they are not well-known and are connoted in the mass media as a marginal social group. A more detailed perspective gives us a rather opposite picture. In fact, this new social universe is constituted of several diverse sub-groups with a strong innovation potential in the social, political and cultural spheres of the portuguese society.

As an object of sociological case study, it is primordial to consider a triangulation of factors that may have an explanation potential to reveal their paths of integration in the portuguese educational system.

The portuguese educational system as an analysis' point of departure can be explained as the first step of integration that will condition their future in the country. This choice of research may already provide patterns and typologies of integration at several levels.

Statistics from the then official EntreCulturas database show that there are differentiated levels of integration in the school system. It also illustrates that there is not a cohesive social group.

Moreover, their patterns of integration in the school system is also the result of their parents' origins and integration in the host society. In a nutshell, there is the possibility of social reproduction from one generation to the other. This has to be asserted in order to understand their potential as social groups.

Our theoretical substract relies on north-american studies of second generation immigrants, more precisely the research on segmented assimilation theory of Alejandro Portes and Min Zhou. The idea is that there are several and differentiated levels of integration in accordance with the level of reception of the host society and the characteristics of the immigrant group, this last factor seen as an ethnic independent variable. Based on those assumptions, we consider two contrasting second generation groups: the Cape-Verdians and Indians-Hindus offspring. Based on secondary litterature, statistics data and in-depth interviews with elements of those two groups and informants from immigrant organizations, we retrace processes of integration in the school system.

Our results indicate that the difference found between both groups is the result of an ethnic residual factor that gives the ultimate explanation of this diversity.

INTRODUÇÃO

A segunda geração de imigrantes tem sido conotada pela opinião pública e pelos meios de comunicação social em Portugal como um universo repleto de marginalidades e incivilidades. Contudo, está-se em presença de um novo conjunto populacional que preenche hoje a realidade social portuguesa e, pelas características inerentes à sua composição interna, tem um papel cada vez mais importante na constituição das redes sociais urbanas das grandes cidades do país. A sua importância pode ser averiguada, por exemplo, ao nível da politização da questão da imigração em Portugal, nomeadamente no que diz respeito às determinantes dos processos de legalização de grupos imigrantes que têm entrado em Portugal. Mais do que uns meros apêndices desses imigrantes, eles são um grupo com uma pluralidade de dinâmicas que os torna uma entidade à parte no panorama social, político e cultural. Sendo o resultado de uma realidade relativamente recente no país, eles não são ainda um conjunto populacional com características totalmente definidas ao nível da incorporação em vários e diversos segmentos da população portuguesa; contudo, uma primeira análise dos seus percursos escolares de acordo com os diferentes coortes demográficos que os decompõem poderá já indicar padrões e tipologias de incorporação, ao nível demográfico, profissional, cultural e social. Analisar os seus processos de evolução no sistema de ensino no País reflecte, por outro lado, as origens e modos de incorporação dos seus pais e, por outro, dá um *aperçu* de futuras tendências e realidades étnicas em Portugal.

Assim, reflectir acerca de uma segunda geração de imigrantes, sem atender aos particularismos subjectivos e subjectivados do(s) grupo(s) com pertinência analítica, averigua-se impossível, sem antes abordar os contextos de incorporação dos que chegam aos países de acolhimento como imigrantes que, sob as mais diversas formas, se defrontam com uma nova realidade social, cultural, económica e política. Contudo, esta tarefa, que nos pareceu adequado efectuar no começo deste estudo, não é de fácil realização pela falta de consenso à volta dos conceitos e das múltiplas abordagens existentes em torno dos modos e contextos de incorporação dos imigrantes, e pela falta de trabalhos coerentes na academia portuguesa sobre um tema que merece pelas suas consequências sociais, políticas e demográficas um maior aprofundamento (Blalock, 1964; Baganha e Góis, 1999; Cohen, 1999; Dewitte, 1999; Portes, 1999). O capítulo que inicia este trabalho – «Incorporação de Imigrantes – Revisão de Conceitos e de Abordagens Analíticas» – reporta-se, portanto, às diversas abordagens conceptuais e analíticas dos contextos de incorporação dos imigrantes. O que se poderá, por conseguinte,

averiguar ao longo do presente trabalho é a dificuldade em definir conceitos, o que se tem vindo a reflectir no uso dos vocábulos¹. Uma atenção especial será dada às condições oferecidas pela sociedade de acolhimento à incorporação dos diversos grupos imigrantes. Entre essas condições destacam-se as medidas políticas como factor determinante do bem-estar das populações que não se inserem no *mainstream* – imigrantes e outras categorias sociais já existentes no país de acolhimento – evitando, como isso, o aparecimento de uma *underclass* (Baganha *et al.*, 1999). Privilegia-se, portanto, cada vez mais uma abordagem que toma como ponto fulcral a cidadania, e seu alargamento à categoria imigrante (Heisler, 1992; Soysal, 1994; Brubaker, 1996; Baubock, 1998), e o Estado como agente promotor da emigração e imigração (Baubock, 1998).

Continuando como a mesma veia de análise que considera as instâncias oficiais como agentes promotores da integração e/ou exclusão dos grupos imigrantes na sociedade que os acolhe, ainda nos detemos sobre o papel que as comunidades imigrantes têm na «plataforma de negociação» dos seus respectivos processos de incorporação, analisando, com isto, o conceito de «etnicidade» no terceiro capítulo da tese. Mais uma vez deparamo-nos com alguma dificuldade de definições, com uma multiplicidade de abordagens, mas o seu cada vez mais relevante papel na análise dos processos de incorporação dos imigrantes e dos seus descendentes (Portes, 1999), levou-nos a considerar necessário efectuar uma paragem analítica exclusivamente dedicada ao conceito.

No quarto capítulo da tese – «A Segunda Geração de Imigrantes» – procuramos incidir sobre a pertinência dos descendentes de imigrantes como objecto de estudo. Tal como sucede com os seus pais, é particularmente difícil encontrar coerência e consenso em torno de uma categoria analítica que dê conta de uma nova realidade social emergente em Portugal. Levantam questões primordiais sobre o uso de conceitos tradicionalmente utilizados para analisar os imigrantes e respectiva incorporação. São estes quesitos que serão abordados na parte teórica do capítulo, seguidos dos exemplos relativos aos Estados Unidos da América, à França e à Alemanha, três países esses com forte tradição imigratória e com uma segunda geração suficientemente «envelhecida» para já termos um panorama das tendências nesses países. Os escassos estudos existentes em Portugal, a maior parte concentrados em torno do processo de integração através do agente escolar, só nos permitem discernir algumas questões de partida,

1. Para Rainer Baubock (1998), por exemplo, a virtude do conceito «integração» está precisamente na sua ambiguidade. Com ele, podemos entender outros conceitos como inclusão, coesão, federação.

segundadas por dados estatísticos recolhidos pela única fonte fiável sobre este universo a Base de Dados do EntreCulturas.

No quinto capítulo – «Objecto de Estudo e Metodologia» – estarão delimitadas as questões de partida, as hipóteses gerais de trabalho assim como as comunidades imigrantes em análise. A escolha das duas comunidades imigrantes – a Comunidade Cabo-verdiana e a Comunidade Hindu de Origem Indiana – prendeu-se com questões teóricas e com facilidades de investigação que serão facultadas nos capítulos seguintes.

Assim, o sexto capítulo – «A Comunidade Hindu de Origem Indiana em Portugal» e o sétimo capítulo – «A População Cabo-verdiana em Portugal, Multiplicidade de Abordagens para uma Mesma Realidade» – dar-nos-ão um panorama da produção científica existente em Portugal sobre estas comunidades, a sua caracterização demográfica, social, cultural e profissional assim como a estruturação interna.

O oitavo capítulo – «Percursores Escolares Idênticos? Jovens Hindus de Origem Indiana *versus* Jovens de Origem Cabo-verdiana» – apresenta, por fim, os dados empíricos, os resultados analíticos e os caminhos a seguir numa posterior investigação. Um conjunto de factores são analisados, desde o capital económico e cultural detido pelos pais dos entrevistados, passando pela integração no meio envolvente mais imediato como o bairro e as relações sociais primárias, o tipo de escola frequentada, o capital social detido pelos pais e pelos entrevistados, e factores ligados ao próprio capital humano dos entrevistados, como sejam o bilinguismo, cursos complementares etc.... A combinação dos diversos factores em análise permite avançar uma primeira tipologia de integração diferenciada, remetendo, em última análise, para o contexto da incorporação da comunidade na sociedade portuguesa.

O último capítulo – «Considerações Finais» – centra-se na pertinência analítica dos contextos de incorporação das comunidades imigrantes formulada sob o desígnio da etnicidade como variável estruturante das diferenças entre e dentro de comunidades imigrantes no que diz respeito aos seus modos e meios adoptados para a incorporação na sociedade de acolhimento.

1. INCORPORAÇÃO DE IMIGRANTES – REVISÃO DE CONCEITOS E DE ABORDAGENS ANALÍTICAS

1.1. Assimilação. Conceito em Crescente Revivalismo

A teoria da assimilação vê o dia no início do século XX e permanece em vigor até aos finais dos anos 80, período este caracterizado pelo classicismo das teorias explicativas das migrações e das suas consequências (Heisler, 1992). Estas teorias sublinhavam como factor explicativo dos fenómenos migratórios a existência de desequilíbrios económicos e sociais – tais como as ofertas de trabalho, os salários, a mobilidade social e expectativas de futuro, traduzidos geralmente por efeitos de repulsão/atracção – entre e dentro dos países de emigração e imigração. Esses desequilíbrios eram, portanto, colmatados com movimentos de saída/entrada de pessoas nos estados-nação. Estas teorias ainda são caracterizadas pelo optimismo com que encaravam científica e socialmente a questão da vinda e permanência de imigrantes, com ausência de uma dimensão teórica e política, onde a ideia base era a de ordem e equilíbrio social, apoiados num estado-nação forte e coeso.

É na Escola de Sociologia de Chicago, que a teoria da assimilação surge a partir do estudo das largas e diversas comunidades imigrantes existentes nessa cidade e com a conceptualização de Robert Park, que em 1921, dá a primeira definição do conceito. Trata-se, portanto, de um processo de interpenetração e fusão no qual os indivíduos e os grupos adquirem as memórias, os sentimentos, e as atitudes de outras pessoas e grupos e, pela partilha da sua experiência e história, são incorporados numa vida cultural comum (Alba e Nee, 1997). Para Robert Park e seus associados a assimilação seria o resultado eventual de um ciclo de padrões de interacção imigrante / sociedade de acolhimento, ou um ciclo de relações raciais, por etapas: contacto, competição, acomodação e eventual assimilação. Esta sequência seria aparentemente progressiva e irreversível. O que não se diz frequentemente é que Robert Park apresentava uma postura ambígua no que diz respeito ao tempo e ao apagamento de aspectos étnicos ao longo desse progresso irreversível; na sua primeira definição desaparecimento das características étnicas intrínsecas a cada grupo não é referido. É necessário acrescentar ainda que muitos estudos na altura demonstraram a considerável resistência à assimilação por certos grupos no contacto com a sociedade de acolhimento, onde o tempo necessário à assimilação variava de acordo com as características culturais ou raciais dos imigrantes (Chiswick, 1979, 1990, 1991, 1992).

O modelo da assimilação é hoje associado ao legado de Milton Gordon, que resolveu o problema de coesão em torno da definição do conceito. O seu trabalho *Assimilation in American Life* (1964) forneceu uma dissecação sistemática

do conceito, o que permitiu uma formulação multidimensional, com sete momentos ou estágios no processo assimilativo: «Gordon (1964) fornece uma tipologia da assimilação que captura a complexidade do processo, desde uma assimilação cultural, estrutural, marital, identificacional, atitudinal, comportamental a uma assimilação cívica» (Zhou, 1997:977). De entre estes estágios, dois momentos se destacam, a aculturação e a assimilação estrutural. A aculturação, isto é, a adopção por parte do grupo minoritário de «padrões culturais» da sociedade de acolhimento, é um passo necessário e prioritário no ajustamento dos imigrantes à sociedade receptora (1997: 977), permitindo o aproximar aos padrões da classe média, a «*core culture*». A assimilação estrutural apresenta-se como o momento mais desejado, porque leva à entrada pelo grupo minoritário nas *cliques* sociais, clubes e instituições da sociedade dominante, ou seja na esfera social mais íntima dos seus membros.

Apesar do modelo ter permitido uma substancial melhoria aos trabalhos pioneiros, subsistem algumas limitações metodológicas e analíticas, sendo que uma delas centra o foco de interesse nos grupos imigrantes e nas suas mudanças e mantém a sociedade de acolhimento inalterada. O *mainstream* está igualmente sujeito à penetração e à fusão de aspectos das culturas minoritárias de forma selectiva, o que é passível de reconhecimento quando se deixa de associar um certo traço cultural a um determinado grupo étnico, surgindo aquilo a que se chama um misto cultural híbrido (Alba e Nee, 1997). Outra grande limitação é a de não existir uma referência explícita ao nível analítico, se individual, se grupal, ou se à dualidade e interpenetração entre os níveis citados². Por fim, este modelo e subsequentes trabalhos esqueceram uma vertente fundamental na relação grupos minoritários/sociedade dominante, o poder e o conflito, que decorrem da posse desigual de recursos que permitem aceder mais rapidamente ao progresso social e económico (Heisler, 1992: 627).

A componente temporal e geracional é introduzida, posteriormente, no modelo clássico da assimilação – a «*straight line assimilation*» por Gans (1973) e Sandberg (1973), a partir de uma ideia desenvolvida por Warner e Srole (1945). Cada geração representaria, em média, uma nova etapa no ajustamento à sociedade de acolhimento³. Contudo, a constatação do revivalismo

2. «A ideia de que uma teoria da assimilação deve tomar em consideração a interacção entre os níveis micro (individual) e médio (grupal ou comunitário) data pelo menos das hipóteses de Breton (1964) de que a «plenitude institucional» de uma comunidade étnica influencia as propensões dos seus membros à assimilação». Por outras palavras, o chamado lado da oferta da etnicidade, o contexto do grupo ou da comunidade, pode ser decisivo para os resultados ao nível individual (Portes and Rumbaut, 1996)». (Alba e Nee, 1997: 830)

3. «Estudos sociológicos têm indicado tendências progressivas para a mobilidade social entre gerações de imigrantes e taxas cada vez maiores de casamentos mistos, determinadas pelo nível educacional, habilidades profissionais, tempo de residência desde a imigração, a proficiência no Inglês, e níveis de exposição à cultura americana». (Zhou, 1997:977). Ver também Chiswick, 1979, 1990, 1991.

étnico nas terceiras e quartas gerações levou Gans (1997) a modificar o seu conceito inicial para o de «*bumpy-line theory of ethnicity*», que insere a ideia de que, a assimilação ao longo das gerações está em curso, variando de acordo com as características internas do grupo imigrante (Alba e Nee, 1997; Rumbaut, 1997). Posteriormente, acrescentaram-se duas novas dimensões, a dimensão socioeconómica e a dimensão espacial. A distribuição espacial (Massey, 1985) reflecte o capital humano e o estado de assimilação em que se encontram os grupos imigrantes. A dimensão sócio-económico e a paralela constatação da diversidade de situações levou à criação, na década de 90, de um modelo de médio alcance, a teoria da assimilação segmentada. Assim, e apesar das limitações da teoria clássica da assimilação, vários cientistas sociais acreditam que a reformulação do conceito detém pertinência teórica e analítica (Portes e Zhou, 1993; Alba e Nee, 1997; Rumbaut, 1997; Gans, 1997). Ruben Rumbaut (1997) procura demonstrar que a assimilação existe entre os novos grupos imigrantes, mas que essa assimilação não significa necessariamente progresso. Com efeito, e só para tomar um exemplo que nos é pertinente, Rumbaut analisa a relação entre assimilação e desempenho escolar e descobre que a assimilação nem sempre favorece esse mesmo desempenho escolar. Existe sim, uma associação negativa entre as variáveis tempo de residência no país de acolhimento e os resultados escolares e aspiração educacionais da segunda geração. Estes resultados não apoiam as hipóteses de uma assimilação linear convencional. No entanto, a análise da assimilação através dos estudos sobre desempenho escolar dos filhos de imigrantes levanta algumas questões de ordem metodológica e de ordem analítica⁴.

4. Herbet Gans (1997) questiona o bilinguismo como um retencionismo involuntário e cujos efeitos no desempenho escolar da segunda geração são empolgados pelos investigadores, «Alguns estudos indicam que os jovens que estão integrados na comunidade étnica, ou que continuam a falar a língua imigrante, têm um melhor desempenho nas escolas americanas do que os seus pares menos integrados ou menos bilingues. Entretanto, ninguém sabe ainda dizer se o seu bilinguismo é voluntário, se bem que são demasiado jovens para terem uma escolha entre bilinguismo voluntário e involuntário, especialmente nos grupos imigrantes que acalentam a esperança de regresso aos países de origem. Para além disso, como a maior parte da evidência do desempenho escolar provém de uma mistura de relatórios de médias das escolas e de dados de inquéritos com uso de indicadores simples, é demasiado cedo para determinar com exactidão se o bilinguismo, outros tipos de retenção cultural, ou a integração comunitária são causas significativas de melhor desempenho escolar. Outras variáveis correlacionadas podem estar em jogo, e acima de tudo, os estudos sobre jovens da segunda-geração não podem determinar com plenitude até que ponto o seu desempenho é o resultado da pressão parental para atingir a mobilidade ascendente familiar que os próprios imigrantes não puderam atingir. O facto de que o desempenho declina com a terceira geração sugere mais uma vez que os imigrantes podem ser diferentes dos seus descendentes americanos» (Gans, 1997:880).

Herbet Gans (1997), por seu lado, afirma que é possível reconciliar as duas posturas opostas da análise da incorporação de imigrantes e seus descendentes, a assimilação e o pluralismo, que não são mais do que os pólos opostos de uma escala adaptativa, preferidos na sociologia da etnicidade e da imigração. O autor opta por falar de retencionismo e aculturação, processos que podem ocorrer em simultâneo. A aculturação não significa necessariamente o fim da comunidade étnica. A reconciliação dos pólos analíticos e teóricos estende-se ainda à questão da reconstrução e invenção étnica e à identidade. Para Gans (1997) a cultura étnica não está plenamente sujeita a um processo de aculturação, mas é sim constantemente reconstruída ou reinventada ao longo do tempo⁵. A identidade, por seu lado, tem sido uma palavra-chave da pesquisa sobre imigração e etnicidade, onde tem sido assumida como uma instância automática da retenção da cultura imigrante ou de origem. A pesquisa nesse sentido é recente e pouco estruturada empírica e teoricamente. A este respeito Gans (1997) acredita que não existe qualquer contradição entre identidade étnica e aculturação e que os dois processos podem ocorrer de forma independente. Assim, a identidade, acompanhada de aculturação, pode ser um substituto simbólico para práticas étnicas culturais.

Alguns autores (Portes e Zhou, 1993) preferem centrar-se na assimilação socio-económica, que depende, grandemente, dos meios e recursos que os indivíduos trazem do país de origem, da recepção encontrada no país de acolhimento e do sector em que cada grupo imigrante se insere. A combinação destes factores sugere diferentes padrões de assimilação:

Assim, um dos padrões segue a teoria «em linha-directa» da assimilação (ou a «teoria dos saltos» como Gans sugere e que é mais apta) para a maioria da classe-média; um tipo oposto de adaptação pode levar à mobilidade descendente e à assimilação na «underclass»; outra ainda pode combinar a mobilidade ascendente e uma elevada consciência étnica nas comunidades solidárias imigrantes. Tais modos divergentes de incorporação podem por sua vez ser acompanhados por mudanças no carácter e saliência da etnicidade – incluindo processos «lineares» e «reactivos» de solidariedade étnica e de formação identitária – e ainda por diferentes modos de auto-identificação étnica. Outros padrões são possíveis, e os processos de assimilação segmentada, em todo o caso, não são nada de novo na experiência Americana (como os velhos conceitos de «triple melting pot» e similares ilustram). (Rumbaut, 1997:945)

5. «Como resultado, o que aparece como reconstrução ou invenção para uma escola, incluindo a reconstrução para o bem da retenção étnica, pode não ser muito diferente daquilo que aparece como aculturação para os aculturacionistas, particularmente aqueles cuja preferência para análises sociológicas de nível macro os cega dos pedaços micro-sociais que actualmente se inserem nos processos macro-sociológicos». (Gans, 1997:882).

Esta perspectiva considera que a sociedade de acolhimento é constituída por segmentos segregados e desiguais, ao contrário das teorias clássicas da assimilação que vêem a sociedade americana como uma realidade unificada não étnica – «unified core of American society» (Portes e Zhou, 1993). Procura igualmente discernir os factores que determinam a integração de um indivíduo ou de uma colectividade num determinado segmento da sociedade receptora.

As diversas perspectivas aqui apresentadas procuram reformular o conceito de assimilação e alertar para a sua utilidade empírica. Segundo Heisler (1992), e de acordo com a análise dos casos franceses e alemães, a assimilação terá sempre lugar no caso de indivíduos enquanto que a assimilação de grupo poderá bem ser um fenómeno histórico. Para esta autora, o modelo é passível de consideração como o resultado «ideal/típico» com aplicabilidade histórica, que, no entanto, é pouco útil para entender os padrões de interacção imigrantes/sociedade de acolhimento nestas últimas duas décadas.

1.2. O Modelo da Teoria-Enclave e o Período Moderno

O início dos anos 60, marca o começo do desgastar da perspectiva clássica da assimilação. Com efeito, os cientistas sociais deparam-se com uma série de desafios e anomalias gritantes no modelo assimilacionista (Zhou, 1997). Três aspectos alteram a cena científica: a persistência das características étnicas ao longo das gerações; a permanente exclusão a que está votada a população negra norte-americana; e o surgimento dos modelos do conflito e da estrutura que vêm substituir os anteriores modelos dominados pelo funcionalismo e pela ordem (Zolberg, 1989; Heisler, 1992). Estas novas perspectivas são explicitamente políticas e económicas, onde as migrações internacionais integram uma ordem mundial (Santos, 1995).

Os modelos de incorporação dos grupos imigrantes geridos por estas novas abordagens, enfatizam a teoria-enclave. A ênfase é posta, não no contacto cultural entre imigrante e sociedade de acolhimento, mas na desigualdade e na competição existentes num mercado de trabalho segmentado. Os autores proeminentes desses modelos são Piore e Portes (citados em Zolberg, 1989 e Heisler, 1992). Para Piore, a maioria dos imigrantes está confinada ao mercado de trabalho secundário, que se caracteriza por condições de trabalho instáveis, baixos salários e uma ausência de oportunidades para possível mobilidade ocupacional, provocando, entre outros factos, a manutenção e a perpetuação da segregação. Portes vai mais longe e toma em consideração o capital humano detidos pelos

imigrantes, sugerindo diferentes formas de incorporação no mercado de trabalho, a saber, a inserção no mercado de trabalho primário e secundário ou no enclave étnico. Inserem-se no mercado de trabalho primário os imigrantes categorizados como *brain-drain*, estes não apresentam qualquer problema para a sociedade receptora e são facilmente aculturáveis. Para os que ingressam no mercado de trabalho secundário, Piore já deu conta das desvantagens, acrescentando Portes que as hipóteses para uma integração social e política são remotas. Por fim, com base na observação da comunidade cubana radicada em Miami, Portes constata que as melhores hipóteses de mobilidade profissional e social, para os imigrantes com pouco capital humano, se encontram no enclave étnico.

O que as teorias do enclave demonstram é que a interação imigrante/sociedade de acolhimento pode resultar numa variedade de diferentes padrões de incorporação, resultantes da complexidade das sociedades actuais e da diversidade de recursos detidos pelos imigrantes. Apesar da viabilidade para entender o complexo modelo das migrações internacionais, o modelo de enclave apresenta uma deficiência de suma importância, isto é, a apenas concentração na incorporação no mercado de trabalho, não sendo, por isso, passível de constituir um exclusivo pilar explicativo de uma qualquer incorporação social e política (Heisler, 1992).

Por outro, as alterações nas estruturas nacionais e internacionais obrigam ao surgimento de novos modelos explicativos. Ao nível do estado-nação regista-se a crescente substituição da ideia de hegemonia/unidade étnica pela ideia de pluralismo étnico. A expansão e alargamento aos imigrantes da democratização e da participação na vida pública levou à constituição de um «ethos» do pluralismo (Heisler, 1992). Ao nível internacional, a redução da soberania dos estados e o aumento de uma teia de interdependências – que alguns denominam de globalização(ções) (Santos, 1995) – fizeram com que as migrações internacionais passassem a ter um carácter de troca transnacional, devido ao crescente número de acordos bi e multilaterais (Zolberg, 1989 e 1996).

1.3. O Modelo da Cidadania

Outras abordagens sobre a integração/incorporação dos imigrantes promovem, como fonte de análise, os movimentos sociais e a cidadania (Heisler, 1992).

Estas perspectivas adquirem relevo e popularidade na Europa, com a constatação das desvantagens políticas e os bloqueios no acesso à cidadania⁶ de que sofrem os imigrantes e seus descendentes. Defendem que os imigrantes devem agir, antes de mais, politicamente para ter um igual acesso aos recursos existentes na sociedade de acolhimento. As mudanças sociais são, acima de tudo, o resultado de uma acção política, em que os grupos organizados, ao promover o conflito e ao desenvolver instituições alternativas, não só acedem aos direitos existentes como promovem a promulgação de novos direitos. Estas perspectivas têm a vantagem de não se limitar apenas à análise da imigração e das minorias étnicas e/ou raciais, mas de serem extensíveis à compreensão de temas como a desigualdade e a integração social.

As análises baseadas na cidadania permitem a constatação de que os imigrantes e seus descendentes não são cidadãos «à part entière». Essa nova realidade colocou, como tal, sérios desafios à concepção tradicional de Estado-Nação e subjacente reformulação e revivalismo do próprio conceito de cidadania (Favell, 1997 e Turner, 1993):

Em anos recentes, a questão da imigração – em particular a questão do pluralismo cultural e da pertença política – tem emergido como uma etapa central para se tornar um dos problemas políticos críticos desafiando a ideia existente da identidade nacional, além de mais a imigração recolocou de novo na ordem do dia a questão fundamental da integração social. O velho modelo de cidadania baseado nas classes já não funciona para estes recém-chegados que eram vistos como diferentes de uma certa forma. (Favell, 1997:177)

O acesso à cidadania é entendido como a solução para colmatar lacunas decorrentes de novas formas de diferenciação social e novos padrões de desigualdade social que a imigração acarreta no seio de uma sociedade nacional e que Stephen Castles (1995:293) tipifica nos seguintes padrões si-

6. Stephen Castles (1994) citado por Hans Vermeulen (1998), avançava um modelo societal cujo pilar de estruturação seria a cidadania: «É prioritário que os imigrantes sejam cidadãos (...). Obter os direitos de plenos cidadãos através da naturalização ainda não garante o que Castles chama de «cidadania substancial», ou igualdade actual. É uma das tarefas do governo o de remover a actual desigualdade entre grupos culturais – étnicos e combater as condições que a promovem, inclusivé o racismo. Os imigrantes não se podem tornar plenos cidadãos, a não ser que o governo e a sociedade desejam o direito da diferença cultural. As regras gerais que prevalecem numa sociedade são determinadas por um grupo dominante usualmente antes da chegada de imigrantes. Estas regras não são neutras ou «livres de cultura», mas sim delineadas culturalmente. A adaptação das regras aos novos grupos é então necessária» (Vermeulen, 1998:9).

milares aos diversos países de imigração: a instalação permanente de imigrantes; a formação de grupos étnicos; os processos de marginalização económica e social desencadeados pelas posições de vulnerabilidade de que padecem certos grupos étnicos; as interações grupos imigrantes/étnicos e populações autóctones locais, variando entre a coexistência pacífica e a hostilidade e/ou violência⁷. A forma como os estados-nação têm resolvido a questão do acesso à cidadania difere de acordo com as várias experiências históricas subjacentes à sua formação (Brubaker, 1996), e decorre a dois níveis, quer pela forma como os estados-nação regularizam a admissão à comunidade constitutiva da nação, isto é, as regras de acesso à cidadania, quer pelos deveres e direitos que regem a pertença a essa mesma comunidade – isto é a cidadania substancial. Stephen Castles (1997) defende inequivocamente a integração dos imigrantes pelo acesso incondicional aos direitos de cidadania, mesmo que isso leve à situação de dupla nacionalidade. Com efeito, a relutância demonstrada pelos imigrantes e até pelos seus descendentes em tornarem-se cidadãos do país de acolhimento é grande, e mesmo quando essa vontade existe e é praticável, é frequentemente acompanhada por pedidos de dupla nacionalidade (Soysal, 1994:26).

A produção teórica existente apoia-se em duas teses antagónicas, que tomam em consideração as múltiplas e contraditórias tendências geradas pelos processos de globalização a nível nacional. A primeira destas teses apresenta-se como a mais optimista, já que, e considerando a União Europeia como espaço privilegiado de análise, as novas formas pós-nacionais de pertença e de direitos, protegidas pelas provisões e pelos princípios internacionais dos direitos humanos, permitem o pleno desenvolvimento e a plena aceitação das diferenças no seio dos estados-nação. Yasemin Soysal (1994) desenvolve esta ideia inovadora na obra *Limits of Citizenship – Migrants and Postnational Membership in Europe*. Outros autores, entre os quais Brubaker (1996), argumentam, que apesar da institucionalização de princípios humanitários e liberais nos sistemas de controlo da imigração e da aquisição de alguns direitos sociais e cívicos por residentes não nacionais, a cidadania nos países desenvolvidos continua a ser um instrumento poderoso de fechamento social⁸. Esta situação, variável de acordo com a entidade nacional em questão, prolonga-se aos descendentes da geração pioneira imigrante (Brubaker, 1996: 384).

7. A formação de comunidades imigrantes em comunidades e/ou grupos étnicos será abordada no capítulo relativo a questão da Etnicidade.

8. Ver Santos, 1995.

2. ETNICIDADE

A chamada de atenção que se pretende fazer neste capítulo prende-se com a própria pertinência teórica detida pelo conceito na análise e explicação dos padrões diferenciados de incorporação de comunidades imigrantes e seus filhos na sociedade receptora (Portes e Zhou, 1993; Zhou, 1997, Yu, 2000). Não me compete oferecer uma definição exaustiva dos conceitos – etnicidade, identidade étnica, grupo étnico – que, até à data, não foi efectuado com perfeição⁹, mas apenas levantar as produções e abordagens conceptuais existentes e apontar algumas lacunas.

Existem, tradicionalmente, duas grandes abordagens conceptuais, cujos pontos de partida são antagónicos e irreconciliáveis, as teorias naturalistas e as teorias sociais.

Nas teorias naturalistas subjazem duas correntes, uma influenciada pela «Teoria Sociobiológica da Etnicidade» e outra chamada de corrente primordialista. A «Teoria Sociobiológica da Etnicidade» entra em cena em 1975 e foi substancialmente desenvolvido em 1981 por Pierre Van Den Berghe na obra «*The Ethnic Phenomenon*». Este autor desenvolve a ideia segundo a qual os grupos étnicos são constituídos na base do parentesco biológico, «[...] baseia-se sempre num substracto biológico e genético» (In Martiniello, 1995:32). A identidade étnica é, assim, inerente ao indivíduo, que agindo de forma irracional, aproxima-se por afinidade de sangue aos parentes e descendentes biológicos. A corrente primordialista é associada ao trabalho do antropólogo Clifford Geertz (1973), onde se afirma que o «grupo étnico» é uma realidade objectiva, «*a-historique*» (*idem*, 36), caracterizada por uma cultura distinta e autêntica que é transmitida geneticamente «[...] tanto os laços como as realidades linguísticas e culturais que caracterizam os grupos étnicos pré-existem às interacções sociais, definindo os seus termos» (*idem, ibidem*). Nestas duas correntes essenciais do paradigma naturalista, a etnicidade é entendida como um dado adquirido à nascença, imutável, que escapa a todo o tipo de explicação, dada a sua total independência como facto social, «[...] facto indelével que cria naturalmente os grupos étnicos» (*idem, ibidem*).

As teorias sociais da etnicidade dividem-se, também elas, em dois grandes conjuntos, as teorias substancialistas e as teorias não substancialistas, complementares entre si pelo objecto de análise que cada conjunto privilegia. As teorias substancialistas pouco nos dizem acerca da constituição,

9. Baganha e Góis alertam para a deficiência detectada nas produções académicas sobre o conceito (1999:264).

da preservação e da transformação dos grupos étnicos em sociedades com alto grau de complexidade, consideram apenas que os grupos étnicos são entidades humanas estáveis, com uma substância cultural própria. As teorias sociais não substancialistas inovam no processo analítico, inovação esta influenciada e determinada pelo trabalho pioneiro e inovador de Fredrik Barth, que, com a «teoria das fronteiras étnicas», faz a ruptura e a refutação sistemática das perspectivas naturalistas/primordialistas e das teorias sociais substancialistas. Este antropólogo norueguês desloca o objecto de análise dos grupos em si para as fronteiras que organizam socialmente os grupos. As fronteiras étnicas são entendidas por Fredrik Barth como mecanismos de manutenção e equilíbrios entre os grupos, cuja natureza é social e simbólica, desenvolvida a partir da manipulação de «*marqueurs symboliques*». Os grupos étnicos são antes de mais realidades dinâmicas que, por responder às provocações do exterior, se moldam aos contextos sociais. Assim, as identidades e os grupos étnicos já não são apenas uma questão de conteúdo cultural, «os grupos étnicos são na sua perspectiva vasos cujo conteúdo cultural que transportam pode variar de um sistema sócio-cultural para outro. A cultura não é um dado. Não é estável. Está em fluxo constante. Assim, a cultura não pode ser considerada como um elemento de definição dos grupos étnicos mas sim como uma consequência ou uma implicação do estabelecimento e da reprodução das fronteiras entre os grupos étnicos» (*idem*, 49).

Apesar do aspecto inovador e propulsor de novas ramificações conceptuais, a obra de Fredrik Barth apresenta algumas lacunas. A mais saliente diz respeito ao ênfase dado às interações individuais e grupais em detrimento de estruturas mais amplas como o Estado, o mercado de trabalho, ou a própria produção científica (Martiniello, 1995: 26).

As teorias sociais não substancialistas já não se limitam apenas ao indivíduo estático como unidade de análise, passam a privilegiar a agência racional que caracteriza agora o indivíduo e os constrangimentos de ordem estrutural com incidência no papel detido pelo Estado. À metodologia individualista junta-se uma aproximação instrumentalista da análise dos grupos étnicos, o que leva à constituição de duas novas correntes, as teorias da escolha racional e as teorias da «Nova Etnicidade». Estas duas correntes, *grosso modo*, apresentam o grupo étnico como o resultado de uma escolha racional, em que os indivíduos, depois de equacionar as melhores possibilidades e benefícios decorrentes dessa escolha, se reúnem em torno de uma mesma identidade étnica. A componente étnica passa a ser um dos factores de mobilidade social e económica e um alvo da distribuição de recursos por parte do Estado, «o grupo étnico é o fruto da justaposição de escolhas identitárias individuais baseadas num cálculo de tipo

económico (...). A ascensão desta «Nova Etnicidade» está ligada ao alargamento das funções do Estado (...)» (*idem*, 55 e 58). A possibilidade de possuir diversas identidades é, para estes modelos, figura de excepção. Contudo, os factores raciais impedem ou limitam essa escolha racional, «um preto nos Estados Unidos será sempre entendido como um preto independentemente da sua escolha identitária. (...) fazer sua a identidade imposta pela sociedade maioritária » (*idem*, 59). A substância cultural é assim posta de parte, existindo até, de acordo com as teorias da «Nova Etnicidade», uma maior difusão da identidade e até mesmo, em certos casos, o desaparecimento do grupo étnico como entidade objectivada. O Estado, por sua vez, passou a constituir a centralidade da criação, reprodução e mobilização das características étnicas de um determinado grupo através do reconhecimento que outorga a esses grupos e através dos processos desenvolvidos para a institucionalização desses mesmos grupos.

Existem, por conseguinte, três níveis distintos de análise para definir a etnicidade. O primeiro nível, o nível individual ou micro-social da etnicidade, corresponde ao sentimento e à consciência de pertencer a um (ou mais) grupos étnicos, situação possível devido à multiplicidade de identidades que se adquirem através de diferentes elementos de identificação, perfazendo, por sua vez, aquilo a que se chama de «identidade composta». Mais exacto será talvez falar de identificação étnica, conceito este assente no dinamismo e na variabilidade do fenómeno. O segundo nível, meso-social ou grupal, dá conta da criação retroactiva por parte dos investigadores de grupos étnicos. Ao dividirem a população numa série de categorias étnicas distintas, por um processo mais ou menos rígido de taxinomia baseado num conjunto de critérios, como por exemplo, a cor da pele, a origem nacional, a experiência migratória, a religião e/ou a língua¹⁰, levando à formação de grupos que nem sempre correspondem à realidade¹¹. Como afirma Martiniello (1995):

Desta forma, a etnicidade já não é tanto uma questão de escolha individual e subjectiva mas sim uma obrigação que devem enfrentar os indivíduos classificados, às vezes contra a sua vontade, numa categoria étnica. Independentemente da sua consciência de pertença, os indivíduos são arrumados numa categoria étnica e essa classificação acarreta consequências consideráveis quanto às diferentes dimensões das suas vidas quotidianas, a etnicidade constitui portanto

10. Para François Raveau (1987) existiriam sete indicadores tradicionais constitutíveis da invariabilidade de uma minoria étnica, são eles, a biogenética, a territorialidade, a língua, a cultura, a religião, a economia e a política.

11. Ver Baganha e Góis (1999); Machado, (1994).

uma base objectiva de clivagem social nas sociedades contemporâneas. (*idem*, 25)

Por fim, sobressaem os constrangimentos estruturais de natureza social, económica e política, que constituem o nível macro-social (Portes e Zhou, 1993; Zhou, 1997; Portes e MacLeod, 1998). Como foi possível constatar ao longo do trabalho de Marco Martiniello (1995), a etnicidade é antes de mais um factor de diferenciação social e política e de desigualdade estrutural, fundamentada no plano da acção social pela importância da diferença, real ou não, nas relações sociais.

Analisar a etnicidade de um grupo ou de uma estrutura social remete, portanto, para os dois grandes conjuntos de produção de significados, produtores por sua vez de realidades objectivadas, as instâncias oficiais da sociedade de acolhimento – Estado, meios de comunicação social, academia – e a formação subjectiva e auto-consciente do grupo em si.

3. A SEGUNDA GERAÇÃO DE IMIGRANTES

Antes de mais, parece-me relevante iniciar este capítulo tecendo algumas considerações sobre a importância de uma categoria social que tem vindo a ocupar um cada vez mais relevante espaço no domínio público e científico. A segunda geração de imigrantes não tem um interesse apenas sociológico, mas um interesse marcadamente social e político¹², que decorre daquilo a que Alejandro Portes chamou das «consequências humanas da imigração» (1996:3; 1997). Com efeito, só é possível averiguar, elucidar e clarificar os padrões a longo termo da imigração, isto é o seu impacto económico e a sua adaptação social, concentrando-nos não apenas na primeira geração de imigrantes mas também na adaptação dos seus descendentes¹³.

O interesse teórico desta categoria social ou conjunto populacional tem crescido cada vez mais e passou a ser um dos grandes temas de investigação na sociologia da imigração¹⁴. O seu interesse teórico prende-se so-

12. Os filhos de imigrantes têm sido frequentemente percebidos pelas entidades oficiais como meros apêndices desses mesmos imigrantes, justificando assim uma desresponsabilização por parte das mesmas entidades oficiais do futuro desses filhos de imigrantes.

13. «É sim entre a Segunda geração, e não na primeira, que tais assuntos como o domínio contínuo do inglês, o crescimento da população dependente do Estado-Providência, a resiliência de enclaves urbanos culturalmente distintos e o declínio ou crescimento de casamentos inter-étnicos serão decididos permanentemente». (Portes, 1996:2).

14. Ver Portes, 1999.

bretudo pela ambiguidade que decorre dos diferentes padrões de integração da segunda geração, o que permite levantar uma série de quesitos teóricos e empíricos sobre os modelos tradicionais analíticos que dão conta da incorporação dos imigrantes e seus descendentes na sociedade de acolhimento. Antes, contudo, de passar a explicitar esse interesse teórico, convém notar a dificuldade, que alguns estudiosos¹⁵ têm encontrado, em denominar com clareza esse conjunto populacional, o que reflecte, entre outras coisas, a falta de interesse pela segunda geração como um ponto estratégico de análise. Houve e continua a existir dificuldade por parte dos fontes oficiais em lidar especificamente com a(s) categoria(s), obscurecendo-a(s) em taxinomias estatísticas muito amplas. A existência do termo segunda geração de imigrantes parece-me – sem atender às questões da reprodução ou continuidade intergeracional de uma situação profissional, cultural, social e outra – pertinente, na medida em que, por um lado, a integração desses jovens depende das condições oferecidas pelos pais e grupos primários mais próximos¹⁶; por outro pela definição usual do conceito, que reflecte a questão geracional e socializadora do processo de instalação no país de acolhimento e que delimita com clareza a população a incluir. Por estes motivos, penso que este termo não tem implícita uma necessária reprodução das condições de vida dos pais, como defende, entre outros autores, Fernando Luís Machado (1994). A definição convencional, e que foi aqui adoptada, diz que são segunda geração de imigrantes todas as crianças nascidas no país de acolhimento do(s) pai(s), com pelo menos um dos pais nascido no estrangeiro ou crianças nascidas no estrangeiro que foram para o país de acolhimento antes dos doze anos de idade (Portes e Zhou, 1993: 75; Rumbaut, 1997; Portes e MacLeod, 1999: 378).

Devido ao facto de, em muitos países, a imigração ser recente, a maior parte desta segunda geração ainda está em idade escolar e, portanto, os resultados-chave da adaptação não têm a ver, ainda, com o desempenho no mercado de trabalho, se bem que alguns estudos já têm sido conduzidos nesse sentido, mas sim com o desempenho escolar que, por sua vez, permite antecipar resultados adaptativos a longo termo (Chiswick, 1979; Portes e Zhou, 1993; Alba e Nee, 1997; Gans, 1997).

15. Ver, entre outros, Machado, 1994; Afonso, 1997; Rumbaut, 1997; Portes e MacLeod, 1999.

16. «Mais importante ainda, as perspectivas a longo prazo dos novos grupos étnicos criados pela imigração contemporânea irão provavelmente articular o sucesso da segunda geração que, ao contrário dos imigrantes adultos, que podem retornar aos países de origem no caso de insucesso, são cidadãos americanos e, para a maior parte, estão aqui para ficar. A partir desta cultura, o seu destino económico e social tem ainda uma decisiva influência no carácter das comunidades étnicas criadas pela imigração contemporânea. Isso inclui a sua posição relativa na hierarquia étnica americana e o nível de discriminação dirigido contra eles» (Portes e MacLeod, 1999:374)

O relativo desconhecimento a que está votada esta categoria leva à frequente associação entre segunda geração e problema social e/ou grupo problemático, onde se relacionam ainda outros temas, a saber, exclusão social; desvio e incivildades; subúrbios, novas culturas urbanas; novas cidadanias; hibridismo; novas identidades compostas; sincretismo¹⁷... Estes termos remetem para uma ambiguidade de identidades que parece caracterizar esta população. Estes temas ainda se encontram por explorar em Portugal, no entanto, algumas reportagens televisivas, que pecam pelo excesso de parcialidade e sensacionalismo, anteciparam o interesse por esta categoria. Como pertinentemente escreveu Aleksandra Alund (1999), as cidades na Europa fervilham de novas identidades compostas e de novas etnicidades. As fronteiras da cultura são atravessadas pela imigração e pela expansão da «crioulização» e da «cultura do mundo»¹⁸. Na «cidade global», as variações são criadas – de diversidade cultural, transformação e amalgamento – que inspiram a visão de novas possibilidades:

Nas comunidades dos subúrbios que são etnicamente compostas e politicamente conotadas, qualquer um pode encontrar desenvolvimentos culturais expansivos com conotações políticas expressas em texto, som e imagem. Músicas inspiradas no reggae e no hip-hop exortam o ouvinte a afirmar a solidariedade, o orgulho e a auto-estima, e a exigir a igualdade. O desenvolvimento de uma cultura jovem na cidade multi-étnica está intimamente relacionado com o a experiência da exclusão social. (...) um espaço está em aberto para um outro significado de etnicidade do que aquele associado com «pureza», «origens», e, em casos extremos, com «limpeza étnica». As «novas etnicidades» são frequentemente compostas e transculturais. (Alund, 1999: 106 e 113)

Depreende-se que esta segunda geração, tão problemática aos olhos das entidades oficiais, tem um papel cada vez mais relevante na sociedade, como agentes sociais de transformação e de inovação das estruturas sociais.

3.1. O Modelo Assimilacionista Revisto e a Segunda Geração de Imigrantes — Teoria da Assimilação Segmentada

Como foi referido no primeiro capítulo «Incorporação de imigrantes – Revisão de Conceitos», a teoria da assimilação linear ligada à escola de Chicago

17. Ver Camilleri, 1990; Nunes, 1997; Alund, 1999.

18. Ver ainda Santos, 1995.

dominou a academia nos Estados Unidos e no Canadá, durante a primeira metade do século XX, na conceptualização da integração dos imigrantes e seus descendentes nas sociedades receptoras. Ao longo dos anos 60 e 70, diversas anomalias no panorama nacional americano alertam os cientistas sociais para a adopção de teorias alternativas à teoria clássica da assimilação. Essas anomalias dizem respeito, entre outras coisas, ao desempenho educativo da segunda geração¹⁹ e ao futuro económico e social oferecido pelos Estados Unidos que era à data pouco risonho²⁰.

À volta dessas anomalias estruturam-se a perspectiva assimilacionista, a multiculturalista e a estruturalista²¹. Contudo, nenhuma destas perspectivas deu uma contribuição significativa sobre a questão daquilo a que Min Zhou (1997) chama de destinos divergentes. Dois sociólogos norte-americanos (Portes e Zhou, 1993; Zhou, 1997) procuram dar conta de diferentes padrões de integração que levam, por sua vez, a resultados convergentes ou divergentes, através da introdução do conceito de «assimilação segmentada». Esta teoria caracteriza-se por ser uma teoria de médio-alcance (Zhou, 1997), que, baseando-se na literatura em vigor, articulou três formas distintas de integração cultural e económica por parte da segunda geração na sociedade americana. A inovação deste modelo está no facto de que, para os autores, a sociedade de acolhimento ser constituída por segmentos segregados e desiguais, o que gera três padrões possíveis multidireccionais:

Um padrão de mobilidade ascendente crescente e progressiva ditando a aculturação e a integração económica nas estruturas normativas da classe-média Americana;

Um padrão de mobilidade descendente, na direcção oposta, ditando a aculturação e paralela integração numa «underclass»;

19. Os filhos dos imigrantes apresentam posições duplas no sistema de ensino, «Nas escolas públicas de subúrbio, nem os que abandonam precocemente nem os delinquentes são atípicos entre os filhos de imigrantes independentemente do tempo e origens raciais e socio-económicas». (Zhou, 1997: 979)

20. Aquilo a que Gans (1992) identifica como o «declínio da segunda geração» e Perlmann e Waldinger (Zhou, 1997: 979) chamam de «revolta da segunda geração».

21. «Os assimilacionistas centram-se nas mudanças que um novo meio ambiente pode acarretar nos padrões culturais e descrevem de que forma os imigrantes e suas gerações seguintes se depreendem gradualmente dos hábitos e costumes do país de origem. Os multiculturalistas reconhecem que os padrões imigrantes culturais originais estão em permanente reformulação e reinvenção e são uma parte indispensável da sociedade americana e por isso poderão nunca desaparecer. Os estruturalistas enfatizam até que ponto os imigrantes adoptam os hábitos da sociedade de acolhimento e até que ponto os benefícios da adopção desses hábitos dependem da estrutura social e económica da sociedade de acolhimento». (Zhou, 1997 :984)

E uma integração económica na classe média americana, com uma preservação deliberada da cultura de origem, das raízes étnicas, dos valores comunitários e de solidariedade. (Portes e Zhou, 1993:82; Zhou, 1997:984)

O primeiro padrão de integração assume a teoria clássica do progresso sócio-económico e serve de ponto de referência aos restantes padrões, que sistematizam o paradoxo emergente no estudo da actual segunda geração de imigrantes nos Estados Unidos:

Como ilustra o caso Haitiano, a adopção dos valores culturais dos nativos não representa, como no passado, o primeiro passo para a mobilidade social e económica mas pode levar exactamente ao contrário. Por outro lado, os jovens imigrantes que permanecem firmemente entroncados na respectiva comunidade étnica podem, devido a esse facto, ter uma melhor oportunidade para a mobilidade educacional e económica através do uso do capital material e social disponível nas suas comunidades. (Portes e Zhou, 1993:82)

O que os estudos empíricos avançam é que as consequências esperadas da assimilação não mudaram completamente de sentido, tornaram-se sim segmentadas. Para além de apontar três meios alternativos de conceptualização da diversidade encontrada no terreno, os autores procuram ainda identificar o conjunto de factores que determinam a integração e/ou assimilação num determinado segmento da sociedade. Existem três níveis distintos de variáveis: individuais, familiares e contextuais.

As variáveis individuais, encetadas a partir da teoria clássica da assimilação, referem-se aos factores de exposição à sociedade de acolhimento como a capacidade de falar inglês, o local de nascimento, a idade à chegada, o tempo de residência no país de imigração e o capital humano detido pelo indivíduo (Chiswick, 1979, 1990, 1991).

As variáveis familiares referem-se ao capital social e económico detido pelos pais, que representam a principal fonte das explicações avançadas pelos economistas para as diferenças no sucesso e no fracasso dos imigrantes (Chiswick, 1992; Portes, 1999:101; Husted *et al.*, 2000; Osterberg, 2000; Ours e Veenman, 2000).

O conceito «modo de incorporação» tem sido útil como instrumento teórico para entender as variáveis contextuais, que dizem respeito à diversidade encontrada no contexto da chegada. O conceito consiste então num «complexo formado pelas políticas do governo da sociedade de acolhimento;

pelos valores e preconceitos da sociedade de acolhimento; pelas características da comunidade co-étnica» (*idem*: 83).

De entre os aspectos ligados aos contextos sociais do país receptor, três situações sobressaem por criarem vulnerabilidade à assimilação descendente.

O primeiro aspecto é a cor. Este traço fenotípico parece, ao primeiro impacto, pertencer ao indivíduo, mas é na verdade um aspecto da sociedade receptora²². De acordo com Min Zhou (1997:988), o estatuto racial influencia a adaptação social dos filhos de imigrantes de maneira muito próxima da influência do estatuto sócio-económico familiar. Um dos efeitos da discriminação racial contínua é a formação da segregação residencial, produzindo isolamento físico e social, constituindo o segundo grande aspecto. As crianças dessas minorias vêm assim as suas hipóteses de mobilidade ascendente reduzidas e o seu futuro confinado ao bairro e/ou gueto. Consequentemente, as desigualdades de classe e de raça são introduzidas no sistema educativo, passando, portanto, as escolas dos bairros mais problemáticos a constituírem «arenas de injustiça», onde subsistem e são transpostas subculturas adversariais, que rejeitam o desempenho escolar como meio de mobilidade ascendente e, portanto, os co-étnicos bem sucedidos escolarmente. Tal pode colocar sérios problemas à segunda geração de imigrantes que vão viver para esses locais, o chamado dilema de escolha forçada: sujeitar-se à subcultura e ao grupo de bairro, ou, ser marginalizado pelos colegas e manter-se junto aos valores e expectativas parentais (*idem*: 989 e 990).

O último aspecto privilegiado pelos autores é a falta de «meios» ocupacionais que permitem a mobilidade intergeracional provocado pelas mudanças na economia americana.

Os factores contextuais prendem-se ainda à comunidade co-étnica pré-existente. Para estes autores pertencer a uma comunidade pré-estabelecida, com uma forte organização interna, grande diversidade ocupacional e sentido de reciprocidade, é ter, à partida, maiores possibilidades de evitar a assimilação descendente ou se não descendente, permanecer no mesmo patamar sócio-económico (Portes e Zhou, 1993:86-87; Zhou, 1997;

22. «O preconceito não é intrínseco a uma cor de pele particular ou a um tipo racial, e, na verdade, muitos imigrantes nunca o experimentaram nas suas terras natais. É devido ao facto de mudar-se para um novo meio social, impregnado de diferentes valores e preconceitos, que os aspectos físicos são redefinidos como uma desvantagem». (Portes e Zhou, 1993:82-83)

Portes, 1999; Portes e MacLeod, 1999). Recentes desenvolvimentos da sociologia económica e da imigração têm-se centrado nas características das comunidades imigrantes, ou no contexto social do sucesso ou do fracasso económico, que durante muito tempo, tinham sido omitidos ou introduzidos a posteriori de forma *ad hoc* (Portes, 1999:125). Alguns estudos extensivos, conjugados com a observação qualitativa intensiva, procuraram testar o papel dos recursos sociais da comunidade na facilidade de mobilidade ascendente e na inibição da ameaça à assimilação descendente. Nesses estudos (Portes, 1999; Portes e MacLeod, 1999) os conceitos²³ de «cultura imigrante», «pressões de nivelamento», «capital social», «etnicidade» revestem-se de uma centralidade explicativa na criação de recursos materiais, morais, humanos e de protecção contra a discriminação para os imigrantes e seus filhos. Min Zhou (1997) vai mais longe presuppunndo igualmente que o capital social criado numa comunidade imigrante é tão importante quanto o estatuto sócio-económico da família e o factor racial:

A investigação mais recente tem demonstrado que as crianças imigrantes de famílias intactas (em especial com os dois pais naturais) ou de famílias associadas a redes sociais apertadas têm mostrado de forma consistente melhores condições psicológicas, maiores níveis de realização académica, e fortes aspirações educacionais, do que aquelas crianças com um único progenitor ou de famílias socialmente isoladas. (Zhou, 1997:993)

Refiro aqui dois estudos que procuram averiguar o determinismo da comunidade étnica como variável explicativa para as diferenças de resultados adaptativos, medidos através do desempenho escolar, entre as diferentes nacionalidades imigrantes, sem, no entanto, obliterar a possibilidade da intervenção de outras variáveis.

O primeiro estudo, realizado por A. Portes (1999), testa os conceitos de capital social, de densidade e multiplexidade das redes sociais, conceitos que não são usualmente incorporados no arsenal das sondagens sociológicas. A população alvo do estudo é a segunda geração que vive no Sul da Flórida e no Sul da Califórnia, mais precisamente, jovens de quatro nacionalidades, que, segundo o autor, são representativas de diferentes modos de incorporação, a saber: cubanos-americanos, haitianos-americanos, mexicanos-americanos e vietnamitas-americanos. As comunidades imigrantes cubanas e vietnamitas são resultantes de refugiados políticos, que foram

23. Conceitos estes que retomarei aquando da análise dos resultados empíricos e que serão na devida altura definidos conceptualmente.

bem integrados, com apoio estatal, redes muito fortes, forte empreendimento empresarial e elevados índices de concentração geográfica. As comunidades haitianas e mexicanas tiveram uma integração desvantajosa. De entre os elementos que pesam a desfavor registam-se uma falta de economia étnica desenvolvida, a existência de membros ilegais, a forte concentração em bairros empobrecidos e estigmatizados, uma população alvo de discriminação, a fragilidade institucional da comunidade, e o contacto por parte dos filhos desses imigrantes nas escolas públicas com jovens de minorias domésticas excluídas e valores adversariais da «inner city».

O estudo, para poder corresponder à amplitude analítica da questão, é extensivo; a amostra é constituída por 5 267 jovens a frequentar os 8.º e 9.º anos de escolaridade nas escolas dos condados de Miami, Fort Lauderdale e San Diego. Ainda se integrou na amostra jovens a frequentar as escolas privadas das comunidades imigrantes em Miami.

Numa primeira fase, observaram-se diferenças no desempenho escolar e em variáveis-chave relativas às atitudes que vão de encontro com as expectativas assentes nas descrições da cada uma das comunidades. Mas como estas diferenças podem ser totalmente explicáveis pelas características individuais dos pais imigrantes e/ou dos próprios jovens, o autor decide analisar essa possibilidade com a regressão entre cada indicador de desempenho escolar – percentis na matemática e na leitura e um índice escolar o GPA – e um vector de variáveis independentes, que caracterizam os elementos individuais e familiares – idade e sexo do entrevistado, ano de escolaridade frequentado, anos de residência nos Estados Unidos, domínio da língua inglesa, número de amigos íntimos co-étnicos, estatuto profissional do pai e nível de instrução da mãe. Os resultados não deixam margem para dúvidas:

(...) uma vez controladas todas as variáveis individuais e familiares, os jovens vietnamitas e cubanos têm desempenhos significativamente superiores à média, tanto nos testes de matemática como de leitura, ao passo que os jovens mexicanos e haitianos alcançam resultados mais baixos. (123)

O autor interpreta outros resultados como o efeito consistentemente positivo da limitação das amizades à comunidade étnica e o efeito negativo estatisticamente significativo da duração de residência no GPA (teste escolar), como uma prova indirecta do papel que desempenham os recursos sociais da comunidade na facilitação da mobilidade ascendente e na inibição da ameaça da assimilação descendente.

O outro trabalho que pretendo aqui apresentar, do mesmo autor em parceria com Dag MacLeod (1999) e na mesma veia de raciocínio, procurou examinar as determinantes das diferenças do desempenho escolar²⁴ entre jovens de diferentes comunidades imigrantes, a saber, Chineses, Filipinas, Coreanas e Mexicanas.

Para tal, testou as três hipóteses mais relevantes no domínio do sucesso ou insucesso escolar dos filhos de imigrantes. A primeira hipótese, também a mais testada por economistas das migrações, diz que as diferenças nos níveis educacionais entre a segunda geração de imigrantes, aqui a premissa de base, se devem ao capital humano, mais precisamente a educação dos pais. A segunda hipótese apoia-se na importância do capital social, que já foi aqui explicitado e a terceira hipótese baseia-se nos modos de incorporação das comunidades imigrantes, mais concretamente, o contexto de recepção e a subsequente história de cada comunidade imigrante:

Diferentes modos de incorporação, determinados pela política governamental e pelas percepções públicas de diferentes nacionalidades, interagem com os aspectos culturais e as aspirações dos seus membros, produzindo diversas comunidades étnicas. Estas comunidades condicionam subsequentemente a orientação futura dos seus membros, a sua percepção daquilo que é acessível na sociedade Americana, e a sua mutual solidariedade. Tais efeitos contextuais transcendem os efeitos das características familiares e individuais, influenciando todos os membros de um grupo particular. (Portes e MacLeod, 1999:376).

Pressupõe, por conseguinte, que os efeitos das variáveis determinantes dos modos de incorporação continuarão significativas depois de controlar os factores individuais e familiares, para além disso, é de esperar que a direcção tomada por esses efeitos vá no sentido conhecido acerca do modo como cada grupo imigrante se incorporou na sociedade. À semelhança do estudo anterior, usou-se o método extensivo com base numa amostra alargada e representativa das diversas nacionalidades consideradas. Os resultados apresentados são inovadores e problemáticos. Num primeiro nível, é possível constatar, se bem que cautelosamente, que os resultados bivariados suportam as hipóteses do capital humano. Os resultados que testam o capital social são menos claros. Os níveis de fechamento das redes parentais são mais elevadas entre os nativos brancos e os pais imigrantes brancos possuem os maiores níveis de envolvimento na educação dos filhos. Estes resultados preliminares contrariam as premissas da teo-

24. «Pelo facto do desempenho escolar ser um forte indicador da mobilidade profissional futura, as diferenças entre estudantes de diversas nacionalidades apontam para potenciais desigualdades na sua eventual adaptação económica e social.» (Portes e MacLeod, 1999 :374).

ria do capital social apresentadas por James Coleman (1990), na medida em que o sucesso escolar entre crianças asiáticas não desaparece devido ao controlo parental ou devido à participação parental na escola. A análise multivariada dos dados, que permite apurar com clareza a espuriedade dos efeitos, avança com o poderoso efeito do estatuto sócio-económico no sucesso escolar, seguido do conhecimento da língua inglesa e hábitos de trabalho. Quando controlados, permitem o desaparecimento dos efeitos negativos dos resultados escolares associados à origem mexicana e a redução da influência positiva das «etnicidades asiáticas», indicando que:

(...) a maior parte das diferenças iniciais entre as diversas nacionalidades da Segunda Geração deve-se ao estatuto sócio-económico da família, ao esforço de trabalho, e ao domínio do Inglês. Estes resultados apoiam claramente as hipóteses do capital humano. (*idem*, 381).

Contudo, os efeitos do capital humano e do capital social não são absolutos já que a despeito da redução registada, fortes efeitos positivos se mantêm associados às origens coreanas e chineses nos indicadores do desempenho escolar assim como os efeitos negativos, se bem que substancialmente reduzidos, associados à origem mexicana. Os autores são de opinião que esses resultados suportam a hipótese dos efeitos resilientes da comunidade (*idem*, 392).

Antes de concluir esta parte do capítulo, parece-me necessário fazer uma última incursão num tema que esteve presente ao longo de toda a exposição sobre a teoria da Assimilação Segmentada, e que necessita de esclarecimento analítico, a etnicidade. Como podemos interpretar o facto de que jovens, filhos de imigrantes, tenham desempenhos escolares melhores do que os pares com mesmo estatuto racial e sócio-económico, que atendem as mesmas escolas, nos mesmos bairros? Para alguns investigadores, a diferença está precisamente nos aspectos de vantagem ou desvantagem racial e étnica²⁵. Estudos recentes nos Estados Unidos mostraram que a experiência educacional das crianças americanas de origem asiática indicam que o estatuto sócio-económico dos pais, o tempo de residência nos Estados Unidos e as horas de trabalho afectam o desempenho escolar, mas o efeito de etnicidade não desaparecia mesmo depois de controlados estes factores. O que pode aqui suscitar interesse é ver que a etnicidade pode ser vantajosa, como no caso dos jovens de comunidades imigrantes asiáticas, mas pode também ser prejudicial ao desempenho escolar, como exempli-

25. «A raça ou a etnicidade podem estar relacionadas com o desempenho no sistema escolar por razões culturais, como também por razões meramente socioeconómicas.» (Zhou, 1997:990)

ficam os resultados escolares e as atitudes subversivas de jovens de origem mexicana. Resta clarificar o que esta variável, transversal a toda a experiência de incorporação, que acompanha de perto os efeitos de origem social e de género, representa? Com efeito, parece-me que se está em presença de explicações de teor culturalista que, por sua natureza, acarretam uma série de questões, que Portes e MacLeod (1999:391) apelidam de «maquilhagem cultural». Uma das perguntas mais essenciais sobre a segunda geração de imigrantes é precisamente a de saber o que a etnicidade pode trazer no processo de adaptação, ou melhor falando, o que a etnicidade significa para a mobilidade sócio-económica da segunda geração.

Apesar das vivas críticas dos cenários subjacentes à abordagem da Teoria da Assimilação Segmentada, alguns sociólogos norte-americanos, entre os quais Roger Waldinger e Joel Perlmann (1998)²⁶, reconhecem a sua pertinência analítica e empírica; parecendo-nos, por conseguinte, judicioso, seguir algumas das pistas avançadas nesta conceptualização para o trabalho empírico que me propus desenvolver e subsequente análise. Mas antes de passar a essa parte do trabalho, interessa ainda abordar, se bem que muito sucintamente, o cenário analítico na Europa.

3.2. A Europa e a Segunda Geração de Imigrantes, os Casos da França e da Alemanha

O panorama científico e «l'État des savoirs» na Europa adverte para um cenário de pessimismo na integração e adaptação da segunda geração de imigrantes (Boyd e Grieco, 1998:854). Os países europeus, que se apresentam como os mais paradigmáticos no cenário das migrações, isto é a França e Alemanha, possuem situações emblemáticas de uma dita segunda geração problemática.

Reportando-nos ao caso da França, a «segunda geração» ou ainda a «génération suivante», «génération provenant de l'immigration», tem sido encarada pelos meios políticos e pelos meios de comunicação como uma geração problemática, onde o exacerbar da imaginação colectiva desempenhou um papel fundamental na divulgação de estereótipos. Como o afirma Catherine Wihtol de Wenden (1999), as categorias denominativas/semânticas desta segunda geração, rodam à volta das representações

26. «Em resumo, as recentes tentativas no sentido de conceptualizar os dilemas da segunda geração têm o grande mérito de dispor de uma importante agenda e de dirigir a nossa atenção para hipóteses que podem ser medidas e verificadas». (Waldinger e Perlmann, 1998:10).

colectivas construídas em torno dos bairros, das «banlieues», a saber, a droga, a violência, o gueto, a identificação comunitária, o integrismo islâmico²⁷. Contudo, estudos sociológicos e demográficos (Wihtol de Wenden, 1999; Tribalat, 1991) indicam que o processo de integração está em curso, nomeadamente a integração sócio-cultural, processada através da escola, da cultura, do consumismo, a despeito do racismo recorrente no trabalho, na habitação e nas relações sociais. Mas essa integração, que alguns chamam de assimilação (Tribalat, 1991), é acompanhada de um processo de diferenciação baseado nos factores relativos a uma origem exterior (fenotípicos, patrónimos...), àquilo a que os cientistas sociais chamam de etnicização. Apesar da repulsão que sentem em usar interpretações desse género, reconhecem que essa variável tem um impacto assinalável; nomeadamente no mercado de trabalho (Winock, 1999). O associativismo passou a ser uma característica desses jovens que reclamaram para si a legitimidade da sua presença e da sua diferença, sugerindo novos contornos na juventude francesa, contornos estes bem patentes nas apelações de «novas cidadanias» (Afonso, 1997). No entanto, a posse da nacionalidade francesa não parece modificar a sua posição na inserção social. Assim, o jogo do associativismo mediático caracterizou os anos 80, anos que presenciaram a entrada em cena destes jovens que procuravam tomar uma posição no campo político, desencadeando, ondas de solidariedade e manifestações massivas nas grandes cidades (época do SOS Racisme, «slogans» famosos como «touche pas à mon pote»). Contudo, a desilusão do jogo político e a entrada em força da Extrema-Direita no panorama político – Le Front National –, que congelou qualquer debate honesto sobre a imigração, bloquearam as expectativas destes jovens, o que os levou a um fechamento ou *repli* nos seus bairros. A questão das *banlieues* passou a marcar a imagem desta segunda geração que, precisamente, nessa *banlieue* encontrou um estilo de vida e uma «cultura jovem», parte integrante de uma cultura juvenil mais ampla, o *verlan*, uma música «Rap», uma cultura popular, os confrontos com as forças da ordem, o encarceramento, os prédios «HLM-cages» (Wihtol de Wenden, 1999). Relativamente à presença dos filhos de imigrantes no sistema de ensino, os estudos afirmam que,

27. Recordar-se aqui o assunto relativo «à l'affaire du foulard», que marcou o início da década de noventa pela controvérsia acerca do laicismo das escolas e os públicos culturalmente diversificados que ela serve. Mais recentemente, «l'affaire Kelkal» chamou a atenção para o islamismo fundamentalista e o estigma a que está votada grande parte das pessoas provenientes da imigração magrebina: «até porque o Islamismo Integralista se implementa entre os jovens provenientes da imigração, como o demonstra o atentado aos turistas europeus em Marrakech, em 1994, cujos executores eram de origem magrebina «beurs» ou o trágico destino de Khaled Kelkal, jovem Algeriano vindo dos bairros de Lyon, próximo dos meios integristas em França, comprometido em diferentes atentados no verão de 1995 e morto pela polícia poucas semanas depois». (Gastant, 1999:53).

controlando pelo factor classe social e estrutura familiar, os filhos de imigrantes têm melhores desempenhos escolares do que os seus pares com mesma origem sócio-económica e que essa vantagem também se dá ao nível da acumulação de desempenhos positivos ao longo da carreira escolar (Duvu-Bellat e Van Zanten, 1999; Vallet e Caille, 1999:14). Esses dados põem de parte uma qualquer desvantagem étnica e contrariam as explicações de cariz culturalista (Portes, 1999). Mas alertam para uma série de «nuances»²⁸ que atravessam o tema (Lorcerie, 1999). Ao nível da escola primária, o factor étnico – origem estrangeira – não tem um peso determinante no desempenho escolar²⁹. A esse nível, os factores sócio-económicos pesam mais, nomeadamente o *stock* ou capital cultural/humano possuído pelos pais. Existe inclusive uma relação positiva entre a actividade profissional e nível de instrução da mãe e sucesso da criança. Ao nível do secundário, os caminhos já são mais diversificados, onde pesa de forma positiva a origem étnica «[...] a meio social comparável os alunos de origem estrangeira obtêm melhores resultados no secundário» (Duvu-Bellat e Van Zanten, 1999:44). A distinção social existe na escolha das opções, como o latim e o alemão... Ao nível do ensino superior, as desigualdades sociais são marcadas pelas diferenças de comportamento face aos cursos escolhidos e à gestão da carreira escolar superior (*idem*: 50 e ss.). Estes dados não obstruem, todavia, a percepção de negativismo impregnada no meio escolar. Verificou-se que quanto maior o número dos filhos de imigrantes nos estabelecimentos escolares, maior é estatisticamente o índice de violência sentido pelos alunos. «A sociologia da violência escolar é a sociologia da exclusão e da etnicidade» (Lorcerie, 1999:215). Assim, a escola, como espaço semântico que é, é atravessada pela contradição da diferenciação objectiva que não acaba com a imputação da diferença (*idem*:219).

O cenário na Alemanha apresenta algumas semelhanças com a França. Stephen Castles (1987) descreve o estado de espírito com que a crescente visibilidade da segunda geração foi recebida pela opinião pública e pelas instituições germânicas. Não era raro os meios de comunicação social descreverem esta população como problemática, como uma ameaça à

28. «Em poucas palavras, os filhos de imigrantes reprovam mais frequentemente a escola primária, mas a reprovação não tem no percurso escolar posterior o valor previsível detido nos outros alunos, não está associada estatisticamente a mais dificuldades no ensino secundário, nem a uma menor hipótese de obter o Bac. Pelo contrário, uma ausência de reprovação não está necessariamente associada a uma bem sucedida escolaridade no ensino secundário». (Lorcerie, 1999:220).

29. «Quando se tenta isolar um efeito específico da nacionalidade (com, na raiz, problemas de comunicação ou de «herança cultural»), os resultados não são nada conclusivos.» (*idem*: 40).

ordem social e segurança, como «bomba social ao retardador». Na sua generalidade a segunda geração defrontava-se, na década de 80, com a desvantagem educacional, que se traduzia numa falta de oportunidades profissionais e a experiência do racismo. A estratégia dual do ensino vigente – ajuda na adaptação à sociedade alemã e preparação para retorno ao país de origem – àquela data e a estratégia de «dupla iliteracia», sobrerrepresentação nas turmas preparatórias no ensino primário, onde só os mais fracos iam, e sub-representação nos níveis mais elevados da educação selectiva secundária, desencadeando uma estratificação étnica do ensino. As consequências mais imediatas desses fracos resultados escolares foram claramente uma presença no mercado de trabalho marcada pela falta de preparação técnica – o treino vocacional era pautada pela ineficácia – e pela inserção na ilegalidade. A maior privação relativa destes jovens comparada com os pais, levava-os a um grau de frustração e alienação, que os levou a um *rebifement/repli* nas comunidades de origem, à semelhança da segunda geração na França que, se não era na comunidade de origem, era no *quartier*. A falta de reconhecimento, por parte das autoridades, concretizada em leis discriminatórias, dessa população nascida e/ou socializada nos meios urbanos alemães, que estavam ali para ficar condicionou a integração social desta população. À data, a posse da nacionalidade por aquisição era vetada aos filhos de imigrantes por imperativos de ordem étnica – *jus soli*. O autor não acreditava evidentemente que a posse da nacionalidade por si resolveria os problemas, mas entendia como uma pré-condição:

Deter a cidadania do país de residência não significa que os jovens de origem migrante gozam dos mesmos direitos políticos, económicos ou sociais. Não significa que a sua linguagem e cultura são as mesmas que as da maioria da população. Mas seria errado olhar para a cidadania como pouco importante. As pessoas que não detêm a segurança da residência, dos direitos cívicos e políticos não podem participar plenamente na sociedade. Não têm a oportunidade de decidir até que ponto desejam preservar as suas normas e cultura. A escolha é pré-determinada por impedimentos legais, que levam ao isolamento, separatismo e alienação. A opção de se tornar cidadão pode não levar de forma automática à igualdade e à plena participação, mas é uma pré-condição para tal. É por isto que a naturalização e a cidadania são dos maiores debates pela Europa Ocidental (Castles, 1987:161).

A dificuldade no acesso à nacionalidade Alemã veio a ser resolvido em 1990 com a introdução de uma nova lei que veio alterar a lei vigente de 1965, e que permitiu a consagração da manutenção de uma importante popula-

ção estrangeira ao facilitar os procedimentos para a naturalização dos filhos de estrangeiros e estrangeiros residentes³⁰ (Gaillard, 1999:41).

O grupo mais conotado com essas descrições estigmatizantes e estigmatizadas era a juventude turca, considerada pouco assimilável. Estudos etnográficos (Soysal, s.d.) mostraram que, como aconteceu com os jovens «*beurs*» da «*cit /banlieue*», esta juventude turca encontrou uma forma de expressão bastante significativa e são actores de transforma o e inova o nas cidades, com Berlim e o famoso bairro berlinense «*Kreuzberg*» como expoentes máximos:

Apesar da sua significância em moldar a cultura jovem migrante, a maior parte da literatura não presta aten o às promessas e às adversidades, oferecidas pela cidade e preocupa-se simplesmente com o delinear das tradi es (Turcas) intemporais e as forma es culturais. Esta ênfase indevida no paradigma cultural restringe o estudo aos grupos juvenis «marginais», particularmente aos «gangs», «rappers», e «Islâmicos», que constituem ilhas culturais dentro da modernidade da sociedade de acolhimento. Nos discursos públicos, populares e eruditos, a juventude Turca aparece, na melhor das hipóteses, como agentes inflexíveis de uma «Turquidade» revitalizada ou Islamismo, ou, na pior das hipóteses, como essencialmente elementos criminosos. Para além disto, esta atribui o de uma diferença radical, numa variedade cultural ou subcultural, afasta a juventude dos espaços públicos no seu país de residência, torna a sua participa o invisível, e apresenta a sua situa o como «an mica». (...) Além de mais, tal como a informa o estatística apresentada mais acima, estes acontecimentos aludem também para diferentes imagens que os esboços instintivos de uma segunda gera o acolhida e desorientada, que qualquer um encontra invariavelmente nos media e nos encontros acad micos. Ao dar estes exemplos, o meu objectivo   expor que a juventude Turca não perfaz ilhas isoladas, marginais num país estrangeiro. Ao exercerem a sua pertenc a e Diferença nas esferas públicas, os seus compromissos de subcultura e identidade são moldados pelos percursos e aclimatizados pelo habitus (Bourdieu, 1977) de cultura em Berlim, ao mesmo tempo que os seus desempenhos moldam a estrutura dos hábitos culturais da Cidade. (*idem*: 6 e 11)

30. Repara-se que no caso alemão o uso do vocábulo «imigrante»   menos difuso do que o de «estrangeiro», «Gastarbeiter», «trabalhador estrangeiro»....

3.3. A Segunda Geração de Imigrantes em Portugal

Como já é conhecido, Portugal transformou-se, nestas duas últimas décadas, num país de imigração (Esteves *et al.*, 1991; Baganha e Peixoto, 1997; Baganha, 1998, 1999), e traz em si os descendentes desses imigrantes que, na maioria dos casos, não pretendem regressar. Esta segunda geração ainda carece de uma abordagem sociológica aprofundada; existe, de facto, um relativo desconhecimento sobre o assunto em Portugal, em parte devido às próprias características do universo: a segunda geração de imigrantes é ainda muito jovem, não tendo sido possível até agora discernir padrões e tendências de incorporação na sociedade portuguesa. Contudo, e apesar da sua significância numérica, todas as referências que têm vindo a ser feitas à inserção e sobretudo à progressão escolar desta segunda geração apontam para uma extraordinária subrepresentação no ensino superior, situação esta pouco explorada nas disciplinas da sociologia mas que detém uma pertinência teórica e analítica que não pode ser descortinada.

3.3.1. Dados numéricos

Os dados estatísticos disponíveis em Portugal relativos à presença de filhos de imigrantes e de minorias nacionais são provenientes da base de dados «Entreculturas» desenvolvida no Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural, que se encontra na dependência do Ministério da Educação. A criação deste Secretariado em 1991 (ME 63/91, de Março de 1991) foi a primeira medida política concreta, reconhecedora da presença de filhos de imigrantes. Em 1993, surgiu o Projecto de Educação Intercultural (ME, 170/93 de Agosto de 1993) que se tem desenvolvido em diversas escolas do ensino básico situadas expressamente em zonas de residência de populações pertencentes a minorias étnicas e com elevada percentagem de insucesso escolar. Em 1998, é editado o relatório das actividades que foram produzidas ao longo de quatro anos. Apesar das medidas tomadas e dos fundos monetários dispensados, os resultados ao nível do desempenho escolar, por mais animadores que sejam, não foram os desejados³¹ (Baganha *et al.*, 2000). Com efeito, pré-requisitos básicos por parte dos alunos não estavam a ser cumpridos: a alimentação e nutrição.

31. «Isto significa que os objectivos primários do programa não foram na totalidade contemplados porque as pré-condições mais básicas, como uma alimentação adequada, não foram garantidas. Mesmo assim, os avaliadores deste programa de quatro anos afirmam que houve uma melhoria nas taxas de sucesso das crianças com pais imigrantes na maior parte das escolas analisadas nesse mesmo programa. Contudo nenhuma medição dessa melhoria foi dada no relatório de avaliação». (Baganha *et al.*, 2000:70)

A base de dados «Entreculturas» tem o mérito de fornecer os únicos dados fiáveis sobre a população alvo de estudo³². Baseando-se num critério de etnicidade filiado na nacionalidade dos pais, e não na nacionalidade das crianças, esta base dá o quadro mais acertado da presença destes jovens no país e no sistema educativo português.

Quadro 1 – Total de Matriculados (início do ano), total de alunos no Continente

	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98
Total	1 452 074	1 423 173	1 349 681	1 333 035	1 299 305
Cabo Verde	10 401	11 672	12 502	12 306	12 410
Guiné-Bissau	1 702	2 298	2 571	2 808	3 156
São Tomé	1 178	1 556	1 832	2 056	2 136
Angola	8 677	12 546	13 698	14 173	14 150
Moçambique	2 662	4 436	4 813	4 488	4 377
Índia/Paquistão	612	984	1 114	1 171	1 165
Macau	83	153	169	239	245
Timor	196	319	324	323	329
Cigana	4 499	4 963	5 096	5 466	5 930
Ex-Emigrante	26 755	35 343	33 375	26 170	25 101
Brasil	2 286	3 336	3 558	3 590	3 542
União Europeia	5 766	7 946	9 917	9 425	10 026
Outras	10 241	8 116	8 988	8 516	9 577

Fonte: Base de dados Entreculturas, entrevista particular com Ana Braga (01/2001).

32. A Base de dados Entreculturas divide o total de alunos em dois grupos, os Lusos e os não Lusos. Nesta base é tomada em consideração a origem nacional, étnica assim como o percurso migratório dos pais dos alunos registados: «Deve notar-se que o «EntreCulturas» adoptou um conceito étnico segundo o qual a nacionalidade dos pais assume maior importância que a nacionalidade das crianças» (Baganha *et al.*, 2000: 68). Assim, o grupo dos não Lusos divide-se em origem africana (Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique), origem asiática (Índia, Macau e Timor), origem europeia (Cigana, Ex-Emigrante e União Europeia) e outras origens.

Quadro 2 – Total de matriculados (início do ano), no Continente, de minorias não lusas e de minorias dos PALOP em números absolutos e percentagem

	Total	Total de minorias	%	Total de PALOP	%
1993/94	1 452 074	75 058	5.17	24 620	1.7
1994/95	1 423 173	93 668	6.58	32 508	2.28
1995/96	1 349 681	97 957	7.25	35 416	2.62
1996/97	1 333 035	90 731	6.8	35 831	2.68
1997/98	1 299 305	92 144	7.09	36 229	2.78

Fonte: Base de dados Entreculturas, entrevista particular com Ana Braga (01/2001).

Quadro 3 – Total de matriculados (início do ano), nos distritos de Lisboa e Setúbal, para minorias não lusas e minorias com origem nos PALOP em número absoluto e percentagem

	Total de matriculados	Total Minorias	%	Total de PALOP	%	Total Índia/ /Paquistão	%
1993/94	409 589	30 057	7.3	19 357	4.72	550	0.13
1994/95	396 490	36 097	9.1	24 376	6.14	905	0.22
1995/96	360 806	41 340	11.45	27 868	7.72	1 023	0.28
1996/97	359 668	41 248	11.46	28 783	8.0	1 070	0.29
1997/98	351 115	42 174	12.0	29 351	8.35	1 070	0.3

Fonte: Base de dados Entreculturas, entrevista particular com Ana Braga (01/2001).

De acordo com os dados dos quadros acima indicados, é possível constatar o aumento da presença de grupos culturais não lusos matriculados no Continente entre os anos lectivos 1993/94 e 1997/98³³, e a concentração desses grupos culturais nos distritos de Lisboa e Setúbal. A análise dos indicadores que tradicionalmente são utilizados no comportamento escolar dos alunos³⁴ – taxa de diplomação, taxa de abandono, taxa de desistência e taxa de repetência³⁵ – permite tecer uma série de padrões escolares e destrinçar alguns dilemas bem como contrariar alguns lugares comuns.

33. Os dados para 1998/99 e 1999/2000 ainda não se encontravam disponíveis à data da entrevista com a Dra. Ana Braga (01/2001).

34. Ana Benavente (1990), numa análise semântica inserida no estudo do insucesso escolar, demonstra que não é possível falar de uma realidade – insucesso escolar – sem que se pense no «outro lado» da mesma [Cit. In Ribeiro, 1996: 28].

35. Dados em anexo. A definição das taxas utilizadas neste trabalho é a seguinte: a taxa de diplomação ou aprovação é a proporção de aprovados, relativamente ao total de inscritos; a taxa de abandono é a proporção de alunos que, no ano lectivo a+1, não se matricu-

A primeira apreciação é a confirmação de uma estratificação étnica nos resultados e desempenhos escolares. Assim, e considerando apenas a taxa de diplomação, o grupo cultural cigano possui, no total, a taxa mais baixa de entre todos os alunos matriculados no ensino básico e ensino secundário. No entanto, quando se escrutinam os dados, por nível de ensino, as taxas de diplomação aumentam ao longo dos quatro patamares de ensino, sugerindo efeitos de selecção, numérica e qualitativa, entre os jovens.

Os grupos com origem nos PALOP possuem, no total, taxas de diplomação abaixo da média nacional. De entre estes grupos, os alunos com origem em Cabo Verde possuem os piores desempenhos. Os melhores desempenhos são detidos pelos alunos com origem em Moçambique e São Tomé.

Os grupos culturais com os melhores desempenhos, taxa de diplomação acima da média nacional, são os de origem indiano-paquistanesa, macaense, brasileira e ex-emigrante. Os com origem na União Europeia e outras origens seguem de perto estes grupos.

Estes dados, baseados na média global da taxa de diplomação, ocultam variações no comportamento escolar de acordo com a origem do aluno e o nível de ensino.

Enquanto que a tendência se mantém nos 1.º e 2.º ciclos, o 3.º ciclo e o ensino secundário apresentam dados menos consistentes. Os alunos de origem cigana passam a ter taxas de diplomação acima da média, os jovens de origem caboverdiana, no ensino secundário, passam a deter as taxas mais elevadas entre os grupos com origem nos Palop, os grupos com origem no Brasil, União Europeia e outras origens, já não têm a supremacia, assim como os grupos ex-emigrante e macaense que ficam aquém da taxa nacional.

As taxas de abandono dão-nos uma ideia da não linearidade e inconsistência dos percursos educativos entre os grupos com as melhores taxas de diplomação. São exemplo o grupo com origem indiano-paquistanesa, moçambicana, ex-emigrante, brasileira, União Europeia. O 3.º ciclo é o mais emblemático porque, como já referi, representa o fim da escolaridade obrigatória. No entanto, as taxas de abandono extremamente elevadas no 1.º ciclo entre os alunos de origem indiano-paquistanesa e de origem cigana

laram nem no ciclo i , como repetentes, nem no ciclo $i+1$, pela primeira vez; a taxa de desistência é a proporção de alunos que abandonaram a escola ao longo do ano lectivo; a taxa de repetência é a proporção de alunos que se matricularam pela primeira vez num dado ano de estudo lectivo, relativamente aos inscritos no ano lectivo anterior (Entrevista particular com Dra. Ana Braga, EntreCulturas, 2000).

(até três vezes mais nos primeiros e sete vezes mais nos últimos) são realmente intrigantes, explicáveis talvez pela diferença de género³⁶.

Os dados encontrados com a avaliação das taxas de repetência confirmam desempenhos educativos diferenciados. Facto novo, são as taxas de repetência dos jovens com origem em Moçambique que são, na generalidade, bastante positivas. As taxas de repetência vêm confirmar a hipótese segundo a qual o número de repetências elevado não significa necessariamente insucesso escolar e consequentes taxas de diplomação abaixo da média nacional (Duvu-Bellat e Van Zanten, 1999; Lorcerie, 1999). São prova dessa afirmação, ao primeiro impacto contraditório, os resultados positivos e/ou superiores à taxa nacional em quase todos os grupos. As taxas relativas dos grupos culturais cigano e caboverdiano vêm reforçar tal afirmação, mas na sua aceção contrária, isto é, apesar de terem taxas de diplomação baixas não têm, como seria de esperar, taxas de repetência elevadas.

Delimitam-se, por conseguinte, três grandes conjuntos:

- jovens com origem cigana e caboverdiana, como os desempenhos mais pobres;
- jovens com origem indiano-paquistanesa, ex-emigrante, brasileira, na União Europeia, macaense, outras origens com os melhores desempenhos;
- grupos com origem em Angola, São Tomé, Guiné com resultados intermédios;
- fazem estatuto à parte os jovens de origem moçambicana, que em certas ocasiões, preenchem as fileiras dos melhores grupos.

Estes quatro grupos reflectem, na generalidade, a inserção sócio-económica dos grupos imigrantes e/ou étnicos dos quais são provenientes, fazendo, no entanto, figura de excepção os alunos com origem em Moçambique e Índia/Paquistão.

Conclui-se, daqui, que as taxinomias usadas pelo Entreculturas ocultam realidades que precisam de maior apuramento empírico. Refiro-me ao caso da figura de excepção dos jovens de origem em Moçambique. De acordo com as entrevistas realizadas junto da comunidade hindu/indiana, parte dos jovens com origem em Moçambique têm na verdade como pano de fundo a comunidade indiana radicada em Portugal. Ainda se acres-

36. Papel das raparigas confinado ao lar como exemplificam as entrevistas realizadas.

centa que o apuramento dos dados pela categoria «género» trará certamente luz às taxas de abandono elevadas no 1.º ciclo entre alunos de origem indiano-paquistanesa. Adianta ainda a questão da língua. É comunalmente usado falar-se numa desvantagem linguística que explicaria taxas de insucesso elevadas entre certos grupos. O que estes dados mostram é a pouca fiabilidade deste pressuposto. Com efeito, os grupos com origem nos PALOP, onde a língua portuguesa é relativamente divulgada, têm dos piores desempenhos. O caso de Moçambique é sintomático, jovens com origem étnica na comunidade indiana, que tiveram parte da socialização em Moçambique, ou pelo menos os seus pais, e que, portanto, dominam, à partida o português, possuem os melhores desempenhos educativos de entre os jovens com origem nos PALOP. Os jovens indiano-paquistaneses também suscitam controvérsias a esse nível. Por fim, refiro o ano lectivo 1997/98 que, pelos indicadores analisados, traz uma série de questões, a saber, que factores poderão explicar taxas de diplomação abaixo das taxas nos outros anos lectivos em todos os grupos culturais?

3.3.2. O Estado das coisas em Portugal. O que sabemos?

Para além dos dados fornecidos pelo Entreculturas, existem ainda algumas referências sobre este conjunto populacional ao nível académico e ao nível da comunicação social escrita.

Os estudos académicos centram-se fundamentalmente nas causas e factores que provocam o insucesso escolar de certos grupos e na apresentação de medidas pedagógicas de combate ao insucesso, centradas, na sua maioria, no agente escolar. Nestes estudos (Cortesão e Pacheco, 1991; Souta, 1991; Vieira, 1995; Cardoso, 1996; Cortesão *et al.*, 1995), filiados predominantemente numa sociologia da educação, procuram-se afinar conceitos e propor uma concepção da realidade social portuguesa multi, pluri ou intercultural. Estes são, de facto, os conceitos mais comuns, não existindo contudo consenso e unanimidade sobre definições e propostas de práticas educativas. Citam-se, a título indicativo, alguns exemplos. Ricardo Vieira (1995: 142-143), a uma educação multicultural, opõe uma educação intercultural, «contra uma educação meramente multicultural, que respeita as diferentes culturas e mentalidades mas que as deixa navegar em artérias paralelas, ou avenidas de pouca liberdade, contra também as políticas de unificação, assimilação e adesão a uma única cultural hegemónica, a pedagogia intercultural situar-se-ia, ou situar-se-á numa perspectiva dinâmica e interaccionista de enriquecimento e de aprendizagem pela troca de saberes, pelo diálogo de culturas». A metodologia apreendida passa pela comparação e contextualização «entre/dos diferentes

mundos e contextos sócio/culturais». Carlos Cardoso (1996: 817) considera, como prioridade analítica e teórica, que a educação multicultural deve entrar nos discursos e práticas educativas³⁷. No entanto, pensa ser necessário aprofundar o conceito de educação multicultural que, tradicionalmente, se refere a «práticas educativas baseadas em currículos orientados para a partilha e para a valorização das culturas de todas as crianças». A necessidade de maior reflexão prende-se com a limitação quanto aos factores explicativos da situação desfavorecida e do insucesso escolar dos alunos pertencentes a minorias e a classes sociais desfavorecidas. A explicação dominante passa pelas diferenças culturais³⁸, explicação que, na verdade, não passa de mero envólucro para as explicações de carácter biológico encontradas à luz do paradigma assimilacionista.

A escola, como instituição de reprodução social, tem claramente desempenhado, para a grande parte dos sociólogos da educação, um papel de dominação e de subjugação, e factor de insucesso entre as minorias:

Trabalhos recentes conduzidos em Portugal sobre a natureza das relações existentes entre a escola e o meio envolvente sugerem que «1) existe, por um lado, uma dinâmica baseada na classe social que produz padrões de diferença social e cultural relativamente à cultura rural e à cultura da escola, que penaliza fortemente crianças/jovens de zonas rurais e semi-rurais e, 2) percebe-se que existe, por outro lado, uma dinâmica baseada na origem étnica que produz também uma diferença de padrão social e cultural relativamente às culturas ciganas e/ou de origem africana e à cultura da escola que penaliza fortemente as crianças/jovens com origens étnicas que divergem da norma (isto é, branco, católico, urbano e português-*lusu*)». (Cortesão *et al.*, 1995:24).

Manuel Viegas Tavares (1996: 357) vai mais longe nas suas considerações e afirma que «a extinção do dispositivo de acesso à Escola Técnica a partir dos 12 anos de idade, veio prejudicar as minorias étnicas e económicas. Isto resultante do atavismo de mentalidade pequeno-burguesa, que abre as portas do ensino superior a todos os candidatos». A dificuldade não é propriamente aceder ao ensino superior, mas sim ter as expectativas e as informações correctas sobre a situação educacional do país, «jovens que

37. Reconhece, contudo, que a indeterminação e o vácuo teórico deriva, entre outros factores, do facto dos processo de educação multicultural variar ao longo dos tempos em função das ideologias e interesses dos governos.

38. «O paradigma cultural atribui as desigualdades às diferenças culturais que resultam de se pertencer a um grupo particular étnico, rácico ou de origem nacional» (Souta, 1991:49). Ver ainda Cardoso, 1996 e Portes, 1999.

abandonaram os estudos por falta de capacidade de visão de que o seu fraco aproveitamento e má compreensão do Português em nada teriam afectado as suas hipóteses de acesso à Universidade».

À parte os poucos estudos científicos existentes, os meios de comunicação social têm contribuído para o conhecimento desta população. A recolha dos artigos na qual me baseio não foi exaustiva nem sistemática (47 artigos extraídos do Público, Expresso e Diário de Notícias), contudo, permite ter um *aperçu*, em anos esparsos, dos grandes temas abordados. Os temas enquadram-se em duas grandes problemáticas, a do desempenho escolar e factores associados e a da integração na sociedade portuguesa. Para a temática da presença de minorias no sistema educativo, os termos mais frequentes são os de *abandono escolar, insucesso escolar, dificuldades decorrentes dos níveis socioeconómicos, racismo e violência na escola por parte do corpo docente, dificuldades de integração, reprodução social pais-filhos, ciclo vicioso, diferença de género, violência e droga no recinto escolar*³⁹.

Quanto ao tema da integração, o panorama extraído não é dos mais animadores. Assim, fala-se com frequência em *guetos, bairros degradados, com alusão aos bairros mais emblemáticos (Cova da Moura, Estrela d'África, 6 de Maio na Amadora), subculturas urbanas subversivas, comportamentos desviantes, conflito de identidades, marginalização, criminalidade juvenil, «gangs», nacionalidade portuguesa, burocracia, discriminação, trabalho infantil, aculturação dissonante pais/filhos*. Ainda se constata a falta de consenso quanto ao conceito a utilizar, se uma primeira geração, uma segunda geração, ou até mesmo uma terceira geração! Os meses de Julho e Agosto do ano 2000 foram prolíferos em artigos

39. Artigos consultados: «A escola deles», in *Expresso*, 20/02/1993; «Aumenta o número de estudantes estrangeiros», in *Expresso*, 06/05/1995; «Racismo fica à porta da escola», in *Expresso*, 06/05/1995; «Minorias na pauta do insucesso. Comunidade cigana apresenta taxa mais elevada de fracasso escolar», in *Público*, 31/12/1995; «A escola das minorias. Um em cada quatro alunos da Grande Lisboa é de origem africana, cigana ou indiana», in *Expresso*, 16/03/1996; «Insucesso escolar afecta minorias étnicas», in *Expresso*, 31/05/1997; «Racismo e violência na escola, pais de crianças africanas, a frequentar o primeiro ciclo, denunciam discriminação racial», in *Diário de Notícias*, 16/03/1998; «Abandono atinge 39 mil alunos», in *Diário de Notícias*, 10/01/2000; «Os dias da vida dos «gangs» de Lisboa», in *Público*, 02/07/2000; «Medo sem justificação nas escolas», in *Público*, 03/07/2000; «Falsos portugueses? Jovens de origem africana nascidos em Portugal enfrentam burocracias e desconhecimento dos serviços públicos», in *Público*, 07/07/2000; «Violência concentrada na Capital. Escolas sofrem com a pobreza e a exclusão que as rodeiam», in *Público*, 12/07/2000; «Os maus costumes», in *Expresso*, 15/07/2000; «Africanos desistem muito. Comportamento académico das minorias étnicas continua a ser pouco conhecido», in *Público*, 16/07/2000; «Associações reclamam inserção – Jovens africanos», in *Público*, 27/07/2000; «Governo prepara medidas contra o crime. Delinquência juvenil», in *Público*, 27/07/2000; «Cães de um bairro esquecido – Bela Vista», in *Pública*, 03/09/2000.

sobre criminalidade juvenil, «gangs», alarmismo social, situação que decorreu de assaltos a postos de abastecimento público de gasolina perpetrados por jovens de origem africana a residir em bairros degradados e à falta de discernimento das autoridades portuguesas.

Os casos de sucesso são pouco relatados, com efeito, a amostra, não representativa é certo, contém apenas dois artigos que nos falam do sucesso relativo entre jovens de origem africana escolarmente ou no desporto⁴⁰.

4. OBJECTO DE ESTUDO E METODOLOGIA

O que eu me proponho fazer neste trabalho é procurar entender como e por que motivo jovens, filhos de pais com baixo capital humano e a residirem ou que tenham residido em bairros degradados, conseguiram singrar no ensino superior.

As referências que foram feitas até aqui indicam a subrepresentatividade de jovens descendentes de imigrantes e minorias domésticas no ensino secundário e no ensino superior em Portugal. Pautar ou medir o sucesso escolar pela entrada no ensino superior deveu-se, de acordo com Bourdieu e Passeron (1964) (Cit. In Mónica, 1981) ao facto de que, entre esses jovens, o ensino superior representar algo de inacessível pelos meios económicos subjacentes e processo de selecção⁴¹.

A fim de poder testar algumas hipóteses levantadas no quadro teórico, a população alvo inclui dois grupos distintos, por um lado, jovens de origem caboverdiana, por outro, jovens hindus com origem indiana. A escolha destas duas comunidades prende-se ao facto de elas já terem sido estudadas, uma mais exaustivamente do que outra, e com os desempenhos escolares que, como foi visto na parte dos dados estatísticos existentes nesse domínio, diferem substancialmente. Acresce que era possível, à data do levantamento das entrevistas, encontrar famílias hindus/indianas a re-

40. Artigos consultados: «Campeão de Esgrima», in *Expresso*, 15/06/1999; «Sampaio, o salvador. Bairro da Cova da Moura recebe Presidente em ambiente de festa», in *Público*, 07/07/2000.

41. «Um cálculo aproximado das probabilidades de acesso à universidade segundo a profissão do pai, revela-nos que vão de menos de uma probabilidade em cem para os filhos dos assalariados agrícolas a cerca de setenta para os filhos dos industriais e a mais de oitenta para os filhos dos membros das profissões liberais. (...) é o resultado duma selecção que, ao longo de todo o percurso escolar, se exerce com um rigor muito desigual, de acordo com a origem social dos alunos; de facto, para as classes mais desfavorecidas trata-se, pura e simplesmente, de eliminação». (Mónica, 1981: 86).

sidir em bairros degradados. A localização geográfica do levantamento dos dados empíricos foi a Área Metropolitana de Lisboa, que concentra como já vimos a maior parte da segunda geração de imigrantes.

A hipótese que orientou a divisão do grupo em estudo releva de dois indicadores, as qualificações académicas e o estatuto sócio-profissional dos pais. Assim, temos, por um lado, uma hipótese de orientação que avança com a possibilidade de que quanto maior for a escolaridade dos pais maior é a probabilidade dos filhos terem sucesso escolar e, por outro lado, a hipótese que apela para a associação directa entre elevado estatuto sócio-profissional dos pais e elevado nível educacional dos filhos. Estas hipóteses de orientação prendem-se claramente com uma abordagem mais clássica dos factores explicativos do (in)sucesso escolar nos diversos extractos sociais⁴². No caso deste estudo, e considerando que se procurou atender aos estratos mais desfavorecidos social e culturalmente dos dois grupos em análise, as hipóteses prenderem-se ainda com variáveis ligadas aos meios relacionais que preenchem o quotidiano dos indivíduos alvo das entrevistas. Para além dos factores já referidos, temos ainda a hipótese segundo a qual o meio envolvente mais imediato, como o bairro ou o local de residência, e/ou grupos sociais primários (meio familiar no sentido lato/comunidade de origem mais próxima) tem influência no desempenho e sucesso escolar dos indivíduos entrevistados, a saber, quanto maior for a rede de contactos intra e inter-familiares, maior é a informação circulante e maior é o grau de controlo social e comportamental nos entrevistados. Assim, temos uma amostra de conveniência como se segue:

- 15 jovens de origem cabo-verdiana e 15 jovens hindus de origem indiana; cada subgrupo divide-se ainda em:
 - 10 indivíduos provenientes de áreas degradadas, com pais com baixas qualificações académicas;
 - 7 no ensino superior;
 - 3 que abandonaram o sistema de ensino no ensino básico obrigatório ou no ensino secundário;
 - 5 indivíduos pertencentes a uma classe média⁴³ com pais com qualificações médias ou superiores;

42. Ver, a título indicativo, Lúcio (1997) e Ribeiro (1996).

43. Não pretendo aqui entrar numa definição exaustiva do conceito de classe social, que justificaria por si só um capítulo teórico, apenas refiro que a definição e operacionalização seguiram uma abordagem tradicionalista do conceito: «A tipologia então proposta (nos finais da década passada) baseia-se no cruzamento entre grupos de categorias sócio-profissionais e situação na profissão (variáveis primárias principais), fazendo igualmente uso

- 3 no ensino superior;
- 2 que abandonaram o sistema de ensino no ensino básico obrigatório ou no ensino secundário.

Como se pode ver, a amostra de conveniência foi enviesada de forma a tentar perceber como é que o sucesso escolar é obtido nos casos à partida em desvantagem. A análise será feita com base numa comparação entre, por um lado, jovens hindus e jovens cabo-verdianos e, por outro, entre classes sociais.

Refiro ainda que este trabalho tem um carácter exploratório, de «ensaio analítico», procurando abrir o campo para a reflexão conceptual e tornar salientes novas abordagens e novas tipologias que poderão servir de ponto de partida para outros projectos de investigação. A reduzida dimensão da amostra não permite, portanto, cobrir a diversidade de percursos e de realidades que afectam os dois grupos em análise.

Dada a natureza dos objectivos propostos, o trabalho é de âmbito qualitativo, com a abordagem à realidade através de entrevistas semi-directivas dirigidas aos jovens que se moldaram ao perfil pré-estabelecido. Estas entrevistas são a recolha de uma auto-reflexão e de uma subjectividade dos percursos de vida dos entrevistados, levando também ao discernimento de novas variáveis de análise para além das estipuladas inicialmente no guião da entrevista.

Os contactos, por falta de uma base de dados coerente pré-existente, foram estabelecidos pelo método «bola de neve», que se mostrou particularmente eficiente no caso dos jovens hindus. Com efeito, não foi necessário esperar os longos meses, como no caso dos jovens cabo-verdianos, para obter os contactos para a feitura das entrevistas.

5. A COMUNIDADE HINDU DE ORIGEM INDIANA EM PORTUGAL

A comunidade indiana, considerada no seu todo, apresenta-se como uma das comunidades mais específicas das comunidades imigrantes existentes em Portugal. Quando debruçando-nos nas características sócio-demográficas das comunidades imigrantes ou estrangeiras instaladas no país, a comunidade indiana é vista de acordo com Baganha e Góis (1999)

de critérios como a escolaridade, a posição hierárquica, dimensão da empresa e ramo de actividade (variáveis primárias secundárias) (Almeida *et al.*, 1988: 14-17). Daqui resulta um modelo com três classes (burguesia, pequena burguesia e operariado) e treze fracções de classe [...]» (Estanque e Mendes, 1999: 181).

como pertencendo a um dos três segmentos que dividem o conjunto populacional imigrante e/ou estrangeiro⁴⁴:

É ainda possível documentar um terceiro segmento, cuja expressão numérica é ainda muito pequena, mas que está associado a nacionalidades específicas e a formas de inserção económicas particulares. Este segmento distingue-se dos anteriores essencialmente pela sua inserção económica no sector do comércio e da restauração e aparece no primeiro caso ligado a nacionais de Moçambique, Índia e Paquistão e, no segundo, a nacionais da China. (*ibidem*: 258).

Como já foi referido por diversas vezes em estudos anteriores⁴⁵, a comunidade indiana não existe como tal, isto é, dentro daquilo a que normalmente se percebe como uma comunidade una, indiana, temos uma série de comunidades diferenciadas, com graus de integração na sociedade de acolhimento também eles diferenciados, com graus de coesão interna relativamente fortes. A comunidade indiana tomada com um todo divide-se na realidade em quatro comunidades: hindu, islâmica, ismaelita e goesa. No caso das três primeiras comunidades o factor impulsionador de diferenciação é o factor religião, com o factor região de origem trabalhando para as subdivisões (Bastos e Bastos, 1999:116), que surge como o propulsor da comunitarização e de delimitação das fronteiras entre os indivíduos, como também refere Ávila e Alves (1993):

(...) em virtude da não partilha de um mesmo sistema de crenças, cada comunidade vive internamente a cultura de origem e desenvolve as suas próprias sociabilidades – a categoria indianos dilui-se na prática concreta. (Ávila e Alves, 1993:126).

Os Goeses apresentam-se como um caso à parte no que é de pertencer ou não a uma comunidade de origem indiana porque possuem características

44. O conceito 'imigrante' não parece ser o mais adequado em muitas situações ligadas à presença de comunidades não nacionais. Como refere Baganha e Góis (1999) a dificuldade prende-se com a operacionalização do conceito na sua definição normalmente utilizada nos estudos das migrações internacionais, isto é, «imigrantes são (apenas) os nacionais de um país soberano, e seus descendentes, que voluntariamente abandonam o seu próprio país para se fixarem noutra país soberano, para aí exercerem uma actividade económica, independentemente de virem ou não a adquirir voluntariamente a nacionalidade do país de acolhimento» (ibid.: 259). Sendo assim, será possível falar de uma comunidade imigrante quando falamos das comunidades indianas radicadas há mais tempo em Portugal? Para outros investigadores, o conceito abarca igualmente «os detentores da nacionalidade portuguesa originários de outras nacionalidade e regiões». (Esteves, *et al.*, 1991:27).

45. Ávila e Alves, 1993; Malheiros, 1996; Bastos e Bastos, 1999.

bem distintas das três outras comunidades. Para Malheiros, esta distinção pode até ser um motivo para uma categorização à parte:

É discutível, contudo, a inclusão dos goeses no mesmo grupo étnico, não só porque a miscigenação com os portugueses foi significativa, mas também porque as suas práticas culturais se distanciam bastante do modelo vigente nas outras comunidades. Por outro lado, os goeses reivindicam a pertença a uma etnia própria, a indo-portuguesa, não se identificando como uma «comunidade indiana» propriamente dita. (Malheiros, 1996:115).

Para percebermos os processos de integração que sucederam a estas comunidades e mais precisamente à comunidade hindu é necessário contextualizar temporal e espacialmente os processos migratórios e os factores que propulsionaram a vinda destes indivíduos para Portugal, que estruturam as especificidades que vários autores já referiram (Ávila e Alves, 1993; Malheiros, 1996; Baganha e Góis, 1999).

Antes de 1975, a presença de indianos ou de indivíduos etnicamente indianos em Portugal era remota e limitava-se a uns quantos indivíduos vindos essencialmente de Goa para completar estudos nas universidades portuguesas e que acabavam por estabelecer a carreira profissional em Portugal. Depois de 1975, a vinda de indivíduos das ex-colónias que Portugal possuía na actual União Indiana, acentuou-se, com a existência de dois grandes momentos de entrada. O primeiro momento deu-se entre 1974 e 1977, cujo contingente maioritário foi fornecido pelos Goezes e Ismaelitas, que tinham no caso dos primeiros uma maior proximidade cultural com a metrópole, um maior nível de instrução, o que deixa pressupor como constata Malheiros (1996:141) que estes indivíduos tiveram que sair mais rapidamente por ocuparem lugares na sociedade moçambicana que a maioria negra reclamou para si depois da Independência, e por fim a tomada de decisão colectiva entre os Ismaelitas possível devido ao alto grau de coesão e de contactos dentro da comunidade em Moçambique (o que já deixa antever por um lado o forte grau de etnicidade existente nela e por outro a forma de implantação em Portugal feita com base na recomunitarização dos membros que já existiam em Moçambique).

O segundo grande momento deve lugar entre 1982 e 1985 com a entrada predominante de indivíduos hindus e muçulmanos. A saída tardia de Moçambique prende-se por um lado com as condições oferecidas pelo país para a continuação do negócio e por outro por se tratar de indivíduos com um menor grau de instrução e conseqüente menor estatuto social, que lhes permitiu provavelmente permanecer por mais tempo. A entrada cada

vez mais reduzida de pessoas com estas características étnicas em Portugal prende-se pela reduzida comunidade indiana existente em Moçambique. Há, no entanto, que assinalar a entrada após 1989 de pessoas da comunidade hindu que vêm directamente da Índia, mais precisamente da região do Gujarate. Com efeito, a comunidade hindu instalada em Portugal é originária ou de Diu ou do Estado de Gujarate.

As razões ligadas à vinda para Portugal só podem ser entendidas ou analisadas dentro de um quadro macro-social mais amplo (Ávila e Alves, 1993), ou seja, por um lado, no contexto da descolonização e guerra civil que ocorreu em Moçambique nessa altura, e por outro, no contexto mais amplo dos processos migratórios existentes a partir da Índia, àquilo a que muitos autores chamam de Diáspora indiana⁴⁶, mais precisamente a partir das regiões do Gujarate e do pequeno território de Diu, de onde provém uma significativa percentagem dos efectivos. Com efeito, o processo migratório que está na base da vinda de pessoas etnicamente indianas para Portugal liga-se com uma tradição migratório familiar de Gujarate, Diu, Damão e Goa para Moçambique, tradição que remonta a várias gerações e que se insere na lógica do Império Colonial Português pré-capitalista⁴⁷, com uma intensificação dos fluxos entre a Índia e Moçambique a partir dos finais do século XIX, mais precisamente com a chegada de comerciantes indianos que estiveram na origem da instalação de comunidades de muçulmanos e ismaelitas em certas zonas de Moçambique e de comunidades hindus constituídas por comerciantes em Lourenço Marques. A vinda de hindus pedreiros processou-se mais intensamente e sob a forma de contrato na década de 40.

Para além do facto de se tratar de uma imigração provocada pela fuga a uma situação onde os indianos faziam o papel de agiotas, de acordo

46. Como refere Madhulika S. Khandelwal, para percebermos os processo de integração destas comunidades nos Estados Unidos e noutros locais de implantação, é necessário ter em conta as relações além fronteiras existentes entre as várias comunidades indianas espalhadas pelo mundo, relações baseadas, entre outros factores, numa determinada pertença religiosa, linguística, regional, classe social e geração: «A dramática expansão de comunidades Indianas imigradas em todo o mundo e as ligações entre elas são de facto uma realidade florescente para a criação de qualquer entendimento dos imigrantes Indianos nos Estados Unidos». (Khandelwal, 1996:115).

47. «[...]deve atribuir-se ao sistema mercantil do Império Colonial Português um papel fundamental no desenvolvimento das colónias hindus e muçulmanas na Costa Oriental de África, designadamente na zona costeira entre as regiões de Sofala e Nampula. (...) Para além dos comerciantes, também os pedreiros hindus de Diu, ainda hoje presentes entre os imigrantes de origem indiana instalados em Portugal (...) Como referencia Boxer (1969:336), foram utilizados pedreiros hindus do Guzarate na construção das fortalezas portuguesas de Moçambique durante o século XVI». (Malheiros, 1996:127).

com um entrevistado, eles eram os portugueses em Moçambique, também se tratou aqui de uma escolha relacionada por um lado com a proximidade linguística e por outro com o facto destes indivíduos possuírem em Moçambique a nacionalidade portuguesa, factores que facilitaram grandemente a integração em Portugal. A aquisição da nacionalidade portuguesa foi feita por diversas vias. Uma delas foi o estatuto particular e específico que regeu a administração da nacionalidade portuguesa para os indivíduos nascidos nos territórios de Goa, Damão e Diu:

Assim, os naturais do antigo Estado da Índia constituem um caso particular em relação à aquisição da nacionalidade portuguesa, que resulta, indirectamente, da aplicação do estipulado no Tratado de 17 de Abril de 1975 (D.L. 206/75, de 17 de Abril), em que Portugal reconhece a soberania da Índia sobre os territórios de Goa, Damão e Diu, a partir da data que consta na Constituição da União Indiana (20/12/1961). (Malheiros, 1996: 112).

Os indivíduos nascidos antes dessa data e ao abrigo deste tratado, podiam ter acesso à nacionalidade portuguesa através de um pedido. É ainda necessário referir que este pedido implicava a concessão da nacionalidade aos filhos menores ao abrigo do estipulado no art. 2.º da Lei n.º 37/81. Quanto aos que residiam em Moçambique de naturalidade indiana, estipulou-se no D.L. 308-A/75, de 24 de Junho que podiam conservar ou adquirir a nacionalidade portuguesa desde que «fossem naturais do antigo Estado da Índia» e que «declarassem querer conservar a nacionalidade portuguesa». Com isto, a maioria dos indianos residentes nas ex-colónias portuguesas e seus descendentes tinham total acesso à nacionalidade portuguesa. Acrescenta-se que este D.L. foi revogado pela Lei n.º 113/88, de 29 de Dezembro.

Estas características ligadas aos processos migratórios irão, ao meu ver, condicionar fortemente os níveis de integração em Portugal. Para já, a vinda para Portugal não é equacionada como uma estadia mais ou menos prolongada, mas sim como uma estadia definitiva (Malheiros, 1996:153) para a maior parte deles. Há, no entanto, um segmento da população hindu, vinda mais recentemente como já foi assinalado, que se enquadra nas migrações laborais, e que pretende regressar ao local de origem.

As expectativas que daí advém vão por seu lado, condicionar a inserção profissional destas populações e dos seus descendentes. O facto de se tratar de uma migração familiar em larga escala também irá evidentemente condicionar o processo de integração social e cultural já que estamos em presença de comunidades com formação familiar por assim dizer

completa e uma recomunitarização dos laços étnicos já existentes em Moçambique. Por outro lado, a vinda para Portugal numa situação de fuga onde muitos referem ter perdido todos os bens que lá tinham adquirido, permitiu o transporte do capital humano, social e a experiência na adaptação a meios sociais estranhos⁴⁸ que provocou uma inserção profissional próxima daquela que já possuíam em Moçambique e uma inserção social bastante discreta e funcional. Com efeito, este fluxo foi constituído por uma migração familiar e comunitária, prova desta emigração comunitária é o facto de se referir a continuação dos laços de amizade que já se tinha em Moçambique:

A análise efectuada permite concluir que a coesão interna das diferentes comunidades se encontrava, em larga medida, já estabelecida em Moçambique, uma vez que a concentração em áreas geográficas específicas deixa transparecer a ocorrência de práticas comunitárias fortes que, do ponto de vista residencial, correspondiam à existência de zonas residenciais predominantemente étnicas nas principais cidades (...). (ibid.: 163).

Conclui-se com isto, e seguindo a linha de pensamento de Jorge Malheiros, que a passagem mais ou menos prolongada por Moçambique teve uma importância fundamental não só na constituição do fluxo e mas também na própria integração profissional e social na nova sociedade de acolhimento dos elementos vindos de Moçambique, e dos elementos vindos directamente da Índia inseridos numa lógica de migrações laborais, vinda esta suportada pela comunidade hindu já formada.

No que diz respeito à quantificação actual da comunidade indiana no seu todo, as estimativas avançadas apontam para um total de 33 mil efectivos para o ano de 1992. Como referem os autores que já investigaram estas comunidades, não é possível quantificar exaustivamente indivíduos que entraram em Portugal com a nacionalidade portuguesa. No entanto, quando contactadas as associações e seus representantes, estas apresentam um número que ronda também os 33 mil indivíduos. Quanto à presença de ilegais, os números não parecem fiáveis. Assim, para começar estes dizem

48. Realidade referida mais uma vez por Jorge Malheiros quando chama a atenção para o papel de Moçambique na posterior adaptação num novo meio social distinto das características constituintes dos grupos indianos: «A função da ex-colónia portuguesa da Costa Oriental de África não deve ser entendida como um simples local de passagem, mas antes como o território onde os imigrantes das diversas comunidades indianas adquiriram e desenvolveram a sua experiência no domínio das actividades económicas, especialmente comerciais, no exterior e das práticas de integração e coesão em meios sociais estranhos». (Malheiros, 1996:152).

respeito a duas nacionalidades, indianos e paquistaneses, referindo-se predominantemente a uma migração do tipo laboral, não incluindo certamente as pessoas vindas de Moçambique, que como já vimos possuem na sua grande maioria a nacionalidade portuguesa ou a nacionalidade moçambicana. Segundo Jorge Malheiros (1996) existiriam perto de 500 pessoas numa situação de irregularidade em 1992, estimativa que não vai de encontro àquela proposta por Esteves, M.C. *et al.* (1989), de 7 000 indivíduos.

Com a finalidade de poder destacar a especificidade da comunidade em análise neste trabalho, penso ser pertinente apresentar, se bem que concisamente e de acordo com os escassos estudos efectuados sobre esta população, as três outras comunidades que, como já vimos, constituem a comunidade indiana radicada em Portugal.

A comunidade goesa é aquela que mais perto da sociedade de acolhimento se encontra. Como já referi coloca-se até a hipótese de a relegar para outra categoria que não a de comunidade indiana. A especificidade desta comunidade prende-se com os processos de colonização por parte dos portugueses, que, aos olhos do presidente da Associação Tempo de Shiva, provocaram um estatuto diferente:

Em Goa, o estatuto era diferente, Goa tinha universidade, por conseguinte tinha pessoas com uma certa formação, pessoas essas que emigraram já como quadros e muitos deles eram católicos, tinham um estatuto muito diferente em Goa. Eram indianos-católicos. (...) Foi diferente, porque o Estado Português reconheceu-lhes um determinado estatuto que não reconheceu aos outros (Presidente da Associação Tempo de Shiva).

A conversão ao catolicismo foi determinante na integração profissional nos quadros administrativos coloniais na época. O facto de ter havido casamentos com portugueses também favoreceu essa integração e estatuto especiais assim como o crescimento de uma cultura específica mais próxima da cultura portuguesa. A integração dos goeses em Portugal apresenta traços distintos das outras comunidades indianas que a aproximam da sociedade de acolhimento. Em termos demográficos, as estruturas são semelhantes, existindo até um maior grau de envelhecimento por parte dos goeses. Em termos de actividade profissional, eles afastam-se das comunidades indianas mas também da própria sociedade portuguesa pelo facto de existir uma sobre-representação das profissões liberais e dos empregados administrativos. Esta inserção confirma o alto grau de integração na sociedade de acolhimento. Devido à natureza da inserção

profissional, funções ligadas às instituições administrativas e sociais que dependem directamente do Estado Português, não houve ou parece não haver endogenização do emprego, facto que ocorre nas outras comunidades. Estas funções pressupõem igualmente um alto grau de instrução entre os goeses. Outro traço distintivo é o facto de o peso de domésticas goesas corresponder à metade do peso das domésticas nas outras comunidades. Para além de uma cultura goesa que se aproxima da cultura portuguesa, sabemos também que a prática da endogamia não é corrente ao contrário dos outros grupos. Indicador da maior integração na sociedade portuguesa é o maior grau de dispersão habitacional, não havendo uma concentração étnica como acontece nas outras comunidades.

A comunidade ismaelita perfaz um total de 3 000 indivíduos (Bastos, 1999:116).

Esta comunidade, como o atesta a língua-mãe, é originária do Gujarate. A sua inserção profissional em Portugal foi feita na base da congregação dos membros presentes e do reforço obtido através dos contactos no estrangeiro, que no caso dos Ismaelitas parece indicar a existência de uma comunidade transnacional. Assim, esta inserção foi feita na área do comércio mais concretamente no ramo do mobiliário e da hotelaria, com uma concentração espacial dos estabelecimentos em certas zonas da cidade de Lisboa. A concentração habitacional também foi efectuada numa lógica de congregação, mas com um grau menor do que aquele apresentado por exemplo pela comunidade hindu. As Paivas apresentam-se como o local privilegiado, existindo ainda outros sítios de aglomeração, como o Laranjeiro e a Cova da Piedade no Sul da Área Metropolitana de Lisboa. Tal dispersão pode indicar uma maior integração na sociedade de acolhimento. As estruturas demográficas desta comunidade apontam na faixa etária mais jovem para uma adopção de práticas de natalidade semelhantes à da sociedade portuguesa. Possui também um grau de instrução mais elevado que os muçulmanos e os hindus. Quanto à integração social, esta comunidade parece ser discreta e estar a dar sinais de uma maior permeabilidade em relação a certos aspectos culturais como, por exemplo, a maneira de vestir ou o comportamento para com as mulheres, existindo uma abertura para as jovens estudarem e trabalharem (Malheiros, 1996:167 e 190).

A comunidade islâmica em Portugal é estimada à volta de 20 000 indivíduos, a grande maioria dos quais (14 a 15 mil) provenientes directa ou indirectamente do subcontinente indiano (Índia, Paquistão, Bangladesh), os restantes provindo da Guiné (à volta de 5 000) e do Magreb (mais ou menos mil efectivos) (Bastos e Bastos, 1999: 116). A comunidade indiana de reli-

gião islâmica em Portugal apresenta um nível de instrução inferior ao dos ismaelitas. A integração profissional também foi efectuada numa lógica de «enclave económico comercial étnico», tal como ocorreu com a comunidade ismaelita e hindu. A especialização recaiu por um lado na hotelaria e por outro no comércio a retalho de produtos vindos do Extremo Oriente.

A comunidade hindu perfaz, de acordo com a maior associação étnica hindu – Comunidade Hindu de Portugal –, um total de nove mil indivíduos. Ao contrário daquilo que se pode supor esta comunidade apresenta um grau de diversidade no seu seio que não é desprezível quando se quer olhar mais atentadamente para os processos de integração que estão a decorrer na sociedade portuguesa. Antes de mais, parece-me importante referir que o termo imigrante talvez não seja o mais adequado para categorizar esta população, já que as causas que determinaram a vinda para Portugal para a grande parte dos efectivos não são as tradicionalmente apontadas na definição do conceito de «imigrante»⁴⁹. Todavia, e à falta de melhor termo, continuaremos a usar o conceito para designar as pessoas vindas de Moçambique ou directamente da Índia e que se instalaram em Portugal de uma forma que parece, *grosso modo*, e sem olhar para as especificidades dentro da comunidade hindu, ser definitiva. Caracterizar esta comunidade obriga a olhar para aspectos que não encontramos na sociedade de acolhimento, estou a referir-me ao processo de diferenciação social promovido dentro da comunidade pelos seus próprios membros que se chama «sistema de castas». Ao contrário daquilo que as teorias assimilacionistas defendiam, as comunidades imigrantes muitas vezes, transportam com elas sistemas e valores próprios da sua sociedade ou local de partida para as sociedades de acolhimento e em certos casos conseguem reproduzir internamente esses aspectos, criando no caso da comunidade hindu, diferenciações sociais muito marcadas que se podem reflectir na integração profissional, social e cultural na sociedade de acolhimento. Assim, estamos em presença de uma comunidade que reproduz numa certa medida o sistema de castas que existia na sua vila, aldeia ou região. Refiro aqui o nível micro-social de onde são extraídos os critérios de manipulação na diferenciação social, porque o sistema de castas que ainda existe na Índia, apesar das grandes alterações sofridas nos últimos anos, não é uniforme de Estado para Estado e dentro de cada Estado, de local para local. Mas antes de referir mais longamente esta realidade na comunidade hindu portuguesa, penso ser de suma importância, referir aqui alguns aspectos teórico-práticos ligados a uma realidade que condicionou fortemente, ao meu ver, a inserção na sociedade receptora e que permitiu uma transnacionalização das identidades e do próprio sistema de castas

49. Ver Baganha e Góis, 1999.

entre as várias comunidades hindus espalhadas pelo mundo (Khandelwal, 1996).

Para definir sucintamente este conceito recorro a trabalhos de cariz antropológico, disciplina que estudou exaustivamente esta realidade dentro e fora da Índia. Seguindo as definições e problemáticas levantadas por Thomas Eriksen, podemos assim definir sistema de casta como um sistema que divide toda a sociedade (Hindu) em grupos endogâmicos onde prevalece a hereditariedade como forma de pertença a cada grupo, grupos estes simultaneamente separados e dependentes através de três características: separação no que diz respeito ao casamento e ao contacto (casamentos são endogâmicos na origem social e rática); divisão do trabalho em que cada grupo representa uma profissão particular; e uma evidente hierarquia que cataloga os grupos numa escala que os divide em castas altas ou baixas. O sistema de castas tem a particularidade de englobar aspectos da cultura e da sociedade, trata-se de um sistema simbólico intimamente ligado ao hinduísmo, com um conjunto de regras e práticas que regulam a organização social, a interacção e o poder na sociedade indiana (Eriksen, 1995: 129). No que diz respeito à religião, o princípio subjacente à estruturação é o da noção do ritual de pureza e impureza, que serve portanto para justificar a segregação e a divisão do trabalho e do casamento entre as castas. Dentro de cada casta existe um conjunto de regras que regem a boa conduta dos indivíduos que lhe pertencem; por exemplo, as pessoas de castas altas têm tendência para se absterem de bebidas alcoólicas e para serem vegetarianas, características estas encontradas entre os jovens de castas altas em Portugal. No entanto, esta pequena definição não esgota a complexidade do sistema de castas que não é totalmente rígido e impossível de furar ou de possibilidades de mobilidade social ascendente. Normalmente, o sistema de castas é visto como um conjunto de quatro grandes grupos que dividem toda a sociedade hindu, os «*varnas*» (palavra sanscrita que significa «cor»). Assim, temos no topo da hierarquia os Brâmanes, os indivíduos que estão ligados à religião hindu, seguidos dos indivíduos ligados à guerra e aos reis, os *Vanias* (comerciantes) e os *Sudras* (trabalhadores e artesãos). Fora deste sistema *varna* ficam os Intocáveis que se encontram no mais fundo da escala social. Esta descrição é considerada por muitos como simplista e altamente abstracta, uma vez que a realidade é muito mais complexa e diversificada. A verdadeira base ou unidade que constitui a estratificação social da sociedade indiana não são os cinco elementos *varna* mas sim o que *Srinivas* chama de *jāti*, isto é pequenos grupos praticando uma ocupação tradicional herdada (mesmo se não praticada) e gozando de um certo nível de autonomia cultural, ritual e judicial. Assim, como se depreende desta definição existem centenas de

jāti na Índia que funcionam de uma forma sistémica, isto é existe uma dependência funcional entre os grupos num determinado local com um lugar especial dentro da hierarquia ritual. A maior parte destes *jātis* são relativamente pequenos, mas existem certos grupos com uma dimensão maior e com uma diferenciação interna com padrões de aliança assimétrica entre os segmentos genealógicos. Num nível intermédio encontram-se todas as castas ocupacionais. A questão que se coloca num primeiro momento é a função do sistema *varna*. Como explica Thomas Eriksen, «A função prática do sistema *varna* é predominantemente tornar possível aos membros dos *jātis* locais de localizarem-se em relação aos *jātis* noutras partes do país» (*ibidem*: 131). Outra questão não menos pertinente é a que se refere às possibilidades de mobilidade social dentro de um sistema que à primeira vista parece tão rígido. Para uma pessoa subir na escala social proposta pelo sistema de castas esta pessoa tem três possibilidades. A primeira é a mudança de casta, a segunda é a tentativa de melhoria do seu nível de casta, ou então negar todo o sistema e tentar fazer carreira fora dele. Estudos (Bailey, 1968) revelaram que certas castas com sucesso económico tentaram converter a sua posição económica vantajosa numa mais alta posição ritual. Este tipo de mobilidade social não desafia a hierarquia de casta como tal mas assume-a. E demonstra a existência de três escalas de ranking: a situação económico, a situação de casta e a pertença ou não à administração pública.

Mas será que é possível transpor este sistema de estratificação social para outros contextos que não a sociedade indiana? A esse propósito, surgem duas perspectivas opostas. Uma defendida por Louis Dumont diz que para entender as castas é necessário abordá-las como parte de uma totalidade social e cultural sem distanciar-se do contexto que as viu nascer. Assim, «Dumont argumenta que a casta é um aspecto da cultura Indiana e tem de ser entendida dentro de uma totalidade sócio-cultural Hindu. O conceito de «estratificação», argumenta noutra parte Dumont (1986), é sim um conceito individualista europeu que não faz sentido nas sociedades hierárquicas do sub-continento Indiano» (Cit. in Eriksen, 1995: 133), lógica intrínseca única à cultura hindu, onde o indivíduo só tem sentido em relação a um sistema cultural holístico.

A outra perspectiva afirma precisamente o oposto, isto é existem castas fora do sistema societal hindu. Por exemplo, Gerald Berreman argumenta a existência de castas nos Estados Unidos, descrevendo os afro-americanos como uma 'casta impura'.

Depois destas considerações, interessa saber o que acontece com o sistema de castas na Índia moderna. O sistema de castas tem, portanto, um

aspecto religioso, ou espiritual, e um aspecto prático, social. O sistema tem significado para a posição religiosa das pessoas e as práticas rituais, para os seus casamentos e alianças e para as possibilidades de vida profissional. É, no entanto, impossível manter intocável este sistema na Índia contemporânea, e existem quatro razões principais para tal. Primeiro, a introdução de novas profissões complicou drasticamente o sistema inicial. Segundo, o critério de contratação de certos trabalhadores assalariados passa pela qualificação e não a casta. Terceiro, as autoridades tentam nivelar o sistema através de quotas no sector público. Quarto, o crescente e importante fenómeno de urbanização tornou complicado classificar as pessoas no contacto social, e permite a muitos indianos fugir à identidade estigmatizada e estigmatizante movendo-se de uma cidade para outra. Dentro do próprio Hinduísmo movimentos houve de erradicação do sistema de castas, como exemplo mais premente temos o esforço de Mahatma Gandhi de tornar a casta dos Intocáveis uma casta menos desprivilegiada. Mas apesar destas tentativas, o sistema mantém-se muito presente.

O que nos interessa para este trabalho é saber até que ponto o sistema de castas permanece entre os hindus imigrados em Portugal. Antes de mais, refiro mais uma vez Thomas Eriksen que nos diz que apesar de os sistemas *jajmani* (sistema de castas de dependência que funcionou particularmente nas aldeias na Índia) terem desaparecido com a diáspora, a noção de casta continua presente entre as comunidades imigradas indianas, significando isto duas coisas muito importantes para a nossa análise:

(...) parece indicar que o sistema de casta pode ser simultaneamente flexível e adaptativo, e que não é certo que mudanças sociais e culturais irão erradicá-lo. Por outro lado, é certo que a casta tem um significado extremamente variável como critério para graduação e diferenciação – tanto na Índia como entre os Indianos espalhados pelo resto do mundo. Para algumas pessoas, a pertença de casta pode definir o seu lugar na sociedade com grande importância, para outros, pode ser relevante somente nas festividades religiosas, e talvez durante as campanhas eleitorais. (*Ibidem*: 137).

O que temos, de acordo com certos estudos e com a informação obtida juntos de pessoas influentes na Comunidade Hindu em Portugal, é a existência de um grau mais ou menos elevado de práticas ligadas ao sistema de castas que existia na região de partida. É preciso dizer aqui que para a maior parte dos hindus em Portugal, o sistema de castas que eles reproduzem já tinha sido implantado em Moçambique na comunidade que lá

existiu durante muitos anos. Assim, o processo de implantação passou por vários espaços e momentos e certamente reestruturações.

O que vemos inicialmente é que apesar de existir de facto um sistema de castas dentro da Comunidade Hindu, sistema este que parece mais ou menos flexível, nem todos os seus membros participam activamente nas práticas de casta e nem todos reconhecem valor e legitimidade a esse sistema. Isto significa, primeiramente, que a Comunidade Hindu é dividida no seu seio por um conjunto de grupos ligados às actividades profissionais. Assim, encontramos três grupos importantes, o grupo de comerciantes, o grupo de trabalhadores ligados à construção civil e um grupo mais disperso de pessoas ligadas às profissões liberais. A forma como é feita a hierarquização passa pelo critério económico, ou seja, parece-nos que os indivíduos ligados ao comércio, e dentro desta actividade, os indivíduos ligados ao grande comércio, são os que se encontram no topo da hierarquia. Isto pode ser visto através do reconhecimento, mesmo que no seu não reconhecimento, por parte de jovens ligados aos meios sociais mais desfavorecidos da existência de uma casta alta, a casta dos comerciantes, com os quais afirmam não ter muito contacto. O sistema foi alterado no que diz respeito a esta hierarquia quando um dos entrevistados afirmar que os Brâmanes não são a casta mais alta em Portugal, porque não detém o poder económico. Já o mesmo não acontece na opinião de o Presidente de uma associação em Sto. António dos Cavaleiros que diz que a única casta alta existente em Portugal são precisamente os Brâmanes. Com isto, podemos afirmar que a hierarquização não é unânime entre os membros da Comunidade, existindo por conseguinte uma luta pela reestruturação do sistema tradicional. Tal pode também significar que o sistema não é assim tão rígido já que o poder económico parece permitir uma passagem ou uma melhoria simbólica da condição de casta.

Todavia, a existência do sistema é incontestável quando atendemos às práticas existentes no que diz respeito precisamente ao casamento e aos contactos e alianças comerciais. Assim, é dito que o casamento é ainda hoje endogâmico, poucos são os casos de casamentos inter-castas, e quando sucedem não são bem realizados e polémicos para as famílias envolvidas. Os casamentos inter-raças, ou casamentos mistos, também não são regra e comportam para os indivíduos envolvidos uma certa margem de risco. As relações pessoais entre os indivíduos são também condicionadas maioritariamente pela condição de casta, mesmo se o processo migratório e de adaptação obrigou a tal a um maior contacto social inter-castas.

Quando questionados sobre as suas práticas alimentares e religiosas, práticas estas ligadas aos processos de purificação que cada casta acarreta, muitos dizem perpetuar as práticas transmitidas pelos ancestrais e pela condição de casta. Assim, muitos da casta dos comerciantes se dizem vegetarianos e não consumidores de álcool. A religião também parece ocupar um espaço dominante nos processos de simbolismo e de identificação. As pessoas das castas ligadas às profissões liberais e às profissões ligadas à construção civil, já não são vegetarianas. A prática religiosa também é importante e difusa mas confinada ao espaço doméstico e ao espaço do bairro.

Este sistema existe entre as pessoas que vieram de Moçambique ou da Índia, o que se pergunta é se tal acontece com os seus filhos, população alvo de estudo. De acordo com as informações obtidas nas entrevistas e ao longo do trabalho de campo, onde se inclui a realização de uma observação participante num almoço promovido pelos jovens da comunidade como uma primeira tentativa de aproximação das castas, parece-nos que o sistema ainda funciona entre esta população mais jovem. Existem todavia variantes entre esses jovens, que apresentam um maior ou menos grau de integração cultural na sociedade portuguesa. Uns demonstram um total desinteresse e banalização da questão, enquanto que outros procuram promover a coesão e até mesmo a anulação das fronteiras criadas pelos pais. Apesar disso, reconhecem indirectamente que o sistema de castas permanece e funciona como meio de diferenciação.

Quanto à caracterização sócio-demográfica, a comunidade hindu é aquela que apresenta de entre as comunidades indianas o panorama mais desvantajoso. Não entrando em pormenores nas restantes comunidades, pode-se no entanto avançar que a comunidade hindu é a que tem o maior grau de diferenciação interna ao nível da inserção profissional e condições económicas. Assim, às castas que já introduzem um grau mais ou menos rígido de estruturação social, acresce-se o contributo do extracto social. É claro que tal afirmação acarreta uma série de questões relativas ao uso dos termos extracto social e casta e a pertinência de análise de cada um dos conceitos. Mas, e estando num país que não o país de origem, a estruturação por classe também é uma realidade dentro da comunidade hindu em Portugal. A comunidade hindu apresenta, portanto, várias características que a distinguem das outras comunidades indianas e da sociedade de acolhimento.

Antes de analisar a integração profissional, convém rever o período de entrada destes indivíduos assim como a origem geográfica, que de acordo com Malheiros terá influenciado a inserção profissional. Temos dois mo-

mentos de entrada, um primeiro momento, cujo pico ocorre entre 1982 e 1985, que se caracterize pela entrada de indivíduos vindos directamente de Moçambique. Nota-se que a saída dá-se relativamente tarde comparado com a situação vivida no país, isto porque a comunidade não apresentava meios que lhe permitissem sair mais cedo como ocorreu com os ismaelitas. Outro momento, após 1989, refere-se à entrada de indivíduos já vindos directamente da Índia, fluxo que se caracteriza por relevar das migrações laborais, com a entrada de indivíduos com poucas qualificações vindos para desempenhar tarefas na construção civil. Os hindus provenientes de Moçambique traziam com eles qualificações profissionais que adquiriram ou que herdaram através do sistema de castas. Existem, portanto, comerciantes, que continuaram a desempenhar essa função em Portugal e pessoas ligadas à construção civil. O grupo dos comerciantes pode ser ainda subdividido em dois outros, comerciantes com uma maior disponibilidade monetária e comerciantes ligados à venda ambulante e ao pequeno comércio.

Ainda se pode acrescentar que a inserção profissional foi feita na sua grande maioria dentro de uma lógica de enclave étnico e endogeneização do emprego. Com efeito, e como aconteceu com a comunidade ismaelita e muçulmana, é possível constatar, por um lado, a concentração geográfica dos comércios em certas áreas de Lisboa e, por outro, constatar que o funcionamento interno da empresa basear-se no círculo familiar e comunitária. Como tal é frequente o emprego de mão-de-obra familiar e de pessoas da comunidade. O mesmo acontece com os indivíduos que trabalham na construção civil, já que muitos referem no inquérito de caracterização à comunidade apresentado por Malheiros e nas entrevistas efectuadas junto à segunda geração, trabalharam e preferiram trabalhar para sub-empregueiros indianos. Outra característica marcante desta comunidade no que se refere à actividade profissional é a situação e o estatuto que as mulheres hindus têm dentro da sua comunidade. Com efeito, a taxa de inactivas é bastante elevado por razões que se prendem com aspectos culturais, apesar de parecer existir uma desvalorização do trabalho feminino, constatou-se, no entanto, que, de forma implícita, muitas colaboram no desenvolvimento dos comércios.

Esta comunidade tem, portanto, um conjunto de famílias com rendimentos e níveis de vida mais aceitáveis e um segmento da comunidade que vive em condições de pobreza, se bem que comparado com outras comunidades imigradas, não têm condições tão drásticas como a comunidade cabo-verdiana. Tal distinção vai reflectir-se na localização geográfica destes segmentos, parte da comunidade hindu reside em bairros degradados com forte índice de concentração étnica, não significando que não estejam pre-

sentem outras nacionalidades; e a população restante concentra-se num bairro de habitações verticais e com uma maior dispersão habitacional dos hindus mais abastados, mas com uma presença mais ou menos visível. Os bairros degradados onde encontramos uma parte da população hindu menos abastada são os bairros do Areeiro e da Portela, mais precisamente os bairros da Quinta da Holandesa, Quinta da Montanha, Quinta da Passarilha, e Quinta da Vitória. Poucos são os estudos efectuados sobre estas populações, mas os que existem referem o alto grau de concentração e convivialidade intra-étnica, onde há um aproveitamento do espaço para colocar símbolos próprios à casta. Segundo um dos entrevistados, aqueles espaços relembram os locais de origem, mais precisamente Diu, de onde é oriunda a maioria dos habitantes hindus que vivem nesses bairros. A inserção profissional destes habitantes é por um lado a construção civil e por outro o comércio ambulante. Esses espaços retratam perfeitamente as diferenças de género no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho e às funções desempenhadas dentro do espaço privado, assim, durante o dia é um espaço dominado pelas mulheres que ali vivem com forte sentido comunitário, onde existe entreajuda e reunião para fazer determinadas tarefas. À noite, o espaço já é mais dominado pelos homens que regressam do trabalho e que usam o espaço público, a rua, para o convívio.

A restante comunidade pode ser encontrada no bairro de Sto. António dos Cavaleiros onde existe uma comunidade ligada ao comércio e a profissões liberais. Apesar de ser um bairro de habitações verticais, é referido numa das entrevistas o forte grau de controlo social existente entre os membros hindus. Para além deste bairro, há ainda uma pequena disseminação dos comerciantes mais abastecidos que pretendem afastar-se dos segmentos mais pobres e das castas menos prestigiadas e que procuram obviamente melhores condições de habitação proporcionadas pela condição económica.

Quando se procura discernir, com base nos indicadores usados nos parágrafos acima, diferenças de integração nas comunidades indianas entre elas e comparando com a sociedade portuguesa, a comunidade hindu, tomada no seu todo, apresenta-se mais uma vez como a mais particular.

6. A POPULAÇÃO CABO-VERDIANA EM PORTUGAL, MULTIPLICIDADE DE ABORDAGENS PARA UMA MESMA REALIDADE

Descrever a população «caboverdeana» não é tarefa fácil pelo simples facto de não ser possível distinguir com clareza os critérios que determinam a inclusão ou exclusão de um indivíduo numa pretensa comunidade.

Com efeito, ao longo das leituras realizadas, constatou-se a falta de parâmetros nítidos de inclusão e/ou exclusão a uma legítima pertença cabo-verdiana, sem falar da pertinência do conceito de imigrante para descortinar uma população que só em parte se encontra nessa condição (Baganha e Góis, 1999). Aquilo que no senso comum se afigura como a comunidade caboverdiana foi construído ao longo das últimas quatro décadas por sucessivas vagas migratórias, cada uma com características distintas que estruturaram posteriormente este conjunto populacional. Com efeito, os fluxos migratórios são por definição temporários e por isso mesmo característicos de um dado momento e espaço⁵⁰, carregando uma multiplicidade de situações.

Sem querer entrar em conceptualizações e abordagens teóricas⁵¹, parece-nos no entanto de suma importância prolongar-nos na questão da pertença a uma suposta comunidade cabo-verdiana. A primeira questão é saber quem pode ser considerado cabo-verdiano «à part entière», independentemente da segmentação interna decorrente da estrutura de classe social que atravessa qualquer conjunto populacional. A este nível sobressaem vários pontos. Por um lado, aspectos ligados à estruturação interna de cada estudo, ou seja, aquilo que o investigador considerou mais determinante e, por outro, factores ligados aos processos migratórios e às ligações históricas entre Cabo Verde e Portugal.

Poucos foram os estudos que tomaram em consideração, ao meu ver, esta problemática. Estes trabalhos tentaram abordar a comunidade cabo-verdiana sob o ponto de vista da segmentação ou diferenciação interna da comunidade ao nível das classes sociais, privilegiando aspectos sócio-demográficos e aspectos ligados aos posicionamentos identitários perante a origem cabo-verdiana. Estes estudos⁵² tiveram o cuidado de referenciar explicitamente os critérios usados na adopção do conceito «comunidade caboverdiana», assim como alertar para a nítida clivagem entre os diferentes segmentos de uma mesma comunidade.

50. A este propósito, Baganha e Peixoto referem muito claramente a pertinência da temporalidade (social, espacial...) dos processos migratórios: «Alerta-nos para a dimensão histórica de todos os processos migratórios. É que, se as migrações são constantes, os fluxos migratórios são por definição temporários e, como tal, reflectem antes de mais o mundo tal como ele é no momento em que se processaram, incorporando dinâmicas próprias de cada contexto histórico» (Baganha, Maria e Peixoto, João, 1997:238).

51. Teríamos de procurar enquadrar teoricamente os conceitos de «comunidade», «imigrante» *versus* «estrangeiro», «etnicidade», entre outros. Tal não é o propósito desta parte do trabalho que procura apenas descrever e alertar para a dificuldade de definição de uma população com traços muito distintos.

52. França, 1992; Machado, 1994; Saint-Maurice, 1993 e 1997; Amaro *et al.*, 1999.

No estudo *A Comunidade Cabo Verdiana em Portugal*, sob a coordenação de Luís de França, os autores consideram o universo da comunidade no sentido mais amplo, isto é, abrangeram no seu inquérito realizado em 1986, os seguintes subgrupos: cidadãos cabo-verdianos residentes em Portugal; indivíduos naturais de Cabo Verde com outras nacionalidades, residentes em Portugal; e os filhos das duas primeiras categorias, não nascidos em Cabo Verde nem portadores de nacionalidade cabo-verdiana, residentes em Portugal. Esta última categoria reporta-se naturalmente à chamada segunda geração de cabo-verdianos. Retomando os critérios subjacentes ao universo de «cabo-verdiano residente em Portugal», os autores desse estudo alertam para a dificuldade em iniciar uma qualquer discussão do próprio conceito de «cabo-verdiano», «(...) já que a passagem muito recente de Cabo Verde a país independente e a relação existente com Portugal torna complexo o problema da detecção das ligações entre os cabo-verdianos e o seu país de origem e/ou de referência» (França, *et al.*, 1992: 105). Apesar da dificuldade de seriação dos critérios objectivos de pertença ou ligação ao país de origem, os autores parecem preferenciar, à partida, uma abordagem subjectiva da pertença ao universo cabo-verdiano: «Tinha-se como pressuposto que embora os grupos b) e c) não tivessem a nacionalidade cabo-verdiana, e podendo mesmo ter perdido as referências daquele país, estavam sujeitos à sua influência cultural quer pela sua origem quer pelo processo de socialização familiar» (*idem*, 106).

Outro trabalho é o de Ana de Saint Maurice que, ao abordar a questão das identidades dos cabo-verdianos residentes em Portugal, e baseando-se no Recenseamento Geral da População do INE de 1981, também alerta para as diferenciações sociais existentes. Para a autora sobressaem três factores diferenciadores: a naturalidade/nacionalidade, a longevidade do período de permanência e os percursos migratórios. A autora procura preferencialmente estabelecer as diferenças sociais existentes entre as pessoas de origem ou de nacionalidade cabo-verdiana e ver até que ponto a pertença de classe se sobrepõe em determinados momentos à pertença étnica, para isso socorre-se do conceito de Gordon (1964) (Cit. in Saint-Maurice, 1997) que resulta da intersecção dos conceitos de etnia e de classe, a *ethclass*:

A distinção que elabora entre grupo étnico e *ethclass* é que o primeiro é o *locus* do sentido da identificação histórica (origem e cultura comuns), enquanto a *ethclass* é o *locus* do sentido da identificação-participação. Pessoas da mesma classe social, mas de grupos étnicos diferentes, partilham de semelhanças de comportamento, mas não do sentido de *peoplehood*, sendo o contrário também verdade, ou seja, pessoas de classes sociais diferentes, mas do mesmo grupo

étnico, partilham do sentido de *peoplehood*, mas não os mesmos comportamentos, as mesmas práticas. (Saint Maurice, 1997: 15).

Sem entrar mais profundamente na questão da pertença étnica, parecem-nos, de acordo com as informações obtidas junto dos entrevistados que existe uma nítida separação, mais ou menos consciente, entre os cabo-verdianos dos bairros degradados ou dos bairros sociais e os cabo-verdianos pertencentes às classes sociais mais elevadas. A esse respeito, temos passagens claras nas entrevistas onde se afirma a falta de contacto entre uns e outros:

Uma distância grande, por exemplo, a Associação Cabo-verdeana no Marquês de Pombal, uma pessoa olha para aquela gente e não parecem ser cabo-verdianos. Eles não se misturam. (Presidente da Associação Moinho da Juventude).

Este desfazamento é apontado por Fernando Luís Machado que sublinha o hiato existente entre a população de ascendência africana que residia em Portugal em 1974 ou que ali se fixou até 1980, e a população de ascendência africana que se fixou em Portugal depois dessa data (Machado, 1994). Nesse trabalho, o autor procura diferenciar os indivíduos de acordo com os critérios subjacentes à uma situação de imigração, apelidando de «lusó-africanos» as pessoas que, não se enquadrando num movimento migratório voluntário, optaram pela instalação em Portugal depois da descolonização:

(...) Uma, mais antiga, é a dos africanos de nacionalidade portuguesa, de condição social média ou elevada e muitas vezes racialmente mistos, que optaram por se fixar em Portugal na sequência da descolonização. (Machado, 1994:111).

Por fim, surge o último trabalho extenso que incidiu sobre a população em questão, trabalho este encomendado pela própria Embaixada de Cabo Verde, e efectuado pela Geoideia, em 1999. Neste estudo, intitulado *Caracterização da Comunidade Caboverdiana Residente em Portugal*, chama-se a atenção por diversas vezes para a dificuldade de conceptualizar e até mesmo para a pertinência do termo «comunidade cabo-verdiana», para designar um conjunto populacional extremamente recortado internamente. O que se pode concluir de antemão é que para os autores do estudo a pertença pela via da nacionalidade e a pertença através uma determinada classe social⁵³ são bons critérios de diferenciação a nível analítico

53. Apesar de reconhecerem que a pertença de classe baliza a comunidade considerado no seu todo, existe uma identidade transversal a todas as situações sociais e profissionais

das características da população, no entanto, o factor de auto-identidade e reprodução, mesmo que alteradas pelo contexto migratório, de certos aspectos da cultura cabo-verdiana são os critérios do «*découpage*» ao nível das fronteiras com a população não cabo-verdiana e são aspectos estruturadores de uma pertença derivado de uma herança e de uma historicidade comuns:

Apesar dessas diferenças existe uma forte comunalidade em torno dos elementos essenciais que conformam a identidade caboverdeana. (Amaro *et al.*, 1999: 3).

A noção adoptada é também ela uma noção abrangente, que inclui pessoas de nacionalidade cabo-verdiana, pessoas naturais de Cabo Verde com nacionalidade portuguesa, as detentoras de outras nacionalidades mas de naturalidade caboverdiana, e, ainda, as pessoas de naturalidade e nacionalidade portuguesa que tenham pais ou avós naturais de Cabo Verde, as segunda e terceira gerações. Estas gerações que os autores chamam de «jovens de etnia caboverdiana»⁵⁴, são o resultado dos processos de reagrupamento familiar e de uniões de facto e casamentos em Portugal. Todavia, e apesar de os incluírem numa comunidade caboverdiana no sentido mais lato, estas gerações foram socializadas no contexto da sociedade portuguesa, o que faz com que se distinguem dos imigrantes propriamente ditos. Esta socialização introduz factores de variação e diferenciação devido à dinâmica geracional e devido ainda aos diferentes «posicionamentos face aos locais de origem e de destino» (*idem*, 3). Resta saber se estas gerações se auto-identificam como caboverdianos ou como pertencentes de uma forma mais ou menos directa e consciente (através de uma aquisição e selecção simbólica de determinados traços identitários caboverdianos) a uma qualquer «caboverdeanidade». Resta ainda referir a pertinência que o conceito de comunidade possui nestes casos onde se descortinam traços simultaneamente identificadores e diferenciadores. Como sublinham os autores do estudo referido:

No caso em análise, a população caboverdeana em Portugal, pode constituir-se em Comunidades distintas nem sempre organizadas segundo uma dimensão étnica, p.e., a Comunidade de um determi-

que recortam e dividem esta população: «significa, pois, que apesar da heterogeneidade dos seus membros, em particular, no que se refere aos lugares de classe, existe efectivamente algo de comum entre aqueles, algo que decorre das suas heranças etno-culturais» (Amaro *et al.*, 1999:136).

54. Alguns autores previnem para a dificuldade em inserir num mesmo grupo jovens descendentes de indivíduos, que, também eles, não são imigrantes (Baganha *et al.*, 2000).

nado bairro degradado, mas é mais duvidosa a sua constituição numa Comunidade étnica unificada, porque os diferentes posicionamentos sociais e a interacção com outros grupos, não permitem este fechamento. (...) Ora, onde se entrecruzam dimensões de maior complexidade é na conjugação dessa identidade étnica orientada pelo passado com a pertença presente a diferentes grupos: profissionais, de classe, etc... isto é, a conjugação entre uma forma de identidade que contrasta claramente com os sentimentos de pertença ligados à cidadania. (*idem*, 135).

No entanto, e apesar do facto da noção operatória não poder ser mais refinada, usaremos daqui em diante, e à falta de melhor categorização, o termo «comunidade caboverdiana» para designar os indivíduos de origem – seja ela pela nacionalidade, pela naturalidade ou pela auto-identificação – cabo-verdiana.

Depois de termos visto, se bem que sucintamente, a problemática conceptual e empírica da delimitação de inclusão e exclusão da pertença a um determinado grupo, que mais não é do que uma construção sociológica com claros propósitos analíticos, cuja definição de fronteiras é sempre subjectiva, apresentam-se, de seguida, os diferentes momentos migratórios que constituíram o fluxo de pessoas naturais ou nacionais de Cabo Verde para Portugal. Como já se referiu anteriormente cada fluxo apresenta características sociais, demográficas e legais bem distintas, que estruturam a população natural/nacional de Cabo Verde na sociedade portuguesa. É ainda interessante ver como a própria migração caboverdiana tomada no seu todo, para muitos denominada de diáspora, influenciou e influencia os percursos dos «caboverdianos» para e de Portugal.

São de destacar três grandes momentos temporais na entrada de caboverdianos para Portugal, cada momento com características próprias que decorrem em parte dos contextos do país de recepção. Temos um primeiro período que tem lugar entre 1960 e 1973, com a entrada de mão de obra, maioritariamente masculina, destinada à construção civil e obras públicas. Estes «caboverdianos» que na altura detinham a nacionalidade portuguesa, vieram colmatar a falta de mão-de-obra em que se encontrava Portugal devido por um lado à emigração portuguesa e por outro às guerras coloniais que absorveram perto de 100 000 indivíduos (Amaro, 1986). Estes primeiros contingentes constituíram o núcleo de uma comunidade que mais tarde será considerada imigrante, resultado daquilo à que Baganha⁵⁵ chamou de a construção retroactiva de comunidades imigrantes,

55. Ver Baganha, 1998; Baganha e Góis, 1999; Baganha *et al.*, 2000.

efeito da alteração das leis da nacionalidade. Também será a base de uma rede migratória de apoio aos subsequentes contingentes. Já nessa época Lisboa funcionava como «plataforma de redistribuição da emigração caboverdiana para outros locais na Europa» com destaque para a Holanda (Amaro *et al.*, 1999). O segundo período a considerar é o período que se seguiu à descolonização, isto é, a segunda metade da década de 70 que veio acelerar a vinda e o número destes nacionais/naturais, que acompanharam o movimento populacional mais amplo de retorno das ex-colónias portuguesas em África⁵⁶. Estes naturais/nacionais exerciam na sua maioria as mais diversas tarefas administrativas, não só em Cabo Verde com na Guiné, Angola e Moçambique⁵⁷. Foi neste período que surgiu a alteração jurídica dos residentes cabo-verdianos em Portugal, que passaram a ser considerados estrangeiros:

Efectivamente, na sequência da revolução de Abril e da implementação do processo de descolonização, a nova legislação portuguesa (D. L. 308-A/75, de 24 de Junho) impediu o acesso directo à nacionalidade portuguesa por parte dos naturais das antigas colónias em África que não fossem descendentes, até ao terceiro grau, de naturais do continente português ou das ilhas adjacentes. Só os residentes em Portugal continental, Açores e Madeira há mais de 5 anos, à data do 25 de Abril de 1974, puderam conservar a nacionalidade portuguesa. Este último dispositivo afectou particularmente os cabo-verdeanos já residentes em Portugal, que, subitamente, passaram a ser classificados como estrangeiros num país onde tinham inicialmente chegado como co-nacionais. (*idem*, 2).

Ao longo da década de 80 restabeleceu-se a lógica do padrão de emigração laboral oriundo de Cabo Verde. Surgem, agora, como trabalhadores estrangeiros, destinados principalmente à construção civil e obras públicas. Ainda neste quadro migratório, Portugal continua tanto destino final como plataforma de redistribuição. Ainda se acrescenta que paralelamente a estes fluxos, sempre se registaram a partir do afinal da década de 40 a presença de estudantes e intelectuais de Cabo Verde vindos para Portugal afim de complementar os seus percursos escolares⁵⁸. Muitos deles insta-

56. Sobre o movimento e sua caracterização, ver Pires *et al.*, 1984.

57. «Nós, os caboverdianos que iam para Moçambique, iam em pé de igualdade com o europeu, nós íamos para colonizar. Era como se fossemos uma casta especial, em Moçambique havia isso». (Membro Associação Antigos Alunos do Liceu de Cabo Verde).

58. «O caboverdiano quando vinha, éramos todos portugueses nessa altura, mas o caboverdiano que vinha para a metrópole ou continente era o estudante, vinha com fama de culto letrado, não tinha a conotação que o caboverdiano tem neste momento, liga-se logo à tal camada operária em Portugal». (Membro Associação Antigos Alunos do Liceu de Cabo Verde)

laram-se cá, constituindo a elite desta suposta «comunidade caboverdiana».

Para muitos autores que se dedicam a esta comunidade parece fazer todo o sentido falar-se numa diáspora. De acordo com o último estudo referenciado o conceito é perfeitamente aplicável ao caso dos migrantes caboverdianos, que se constituem, portanto, como uma comunidade transnacional:

Contudo, os estudos sobre a emigração caboverdiana apontam para a manutenção e transmissão geracional dos elementos identitários, apesar de alterados pelas influências das sociedades de destino, e, também, para a existência de fluxos de diverso tipo (financeiros, de pessoas, etc.) com o território de origem. Por exemplo Wills menciona a «rede estreita das comunidades caboverdeanas nos países de destino» e refere-se «a existência de uma noção abrangente e flexível de caboverdeano (pessoas que tenham pelo menos um antepassado caboverdeano ou que participem na cultura caboverdeana) aplicada aos indivíduos que residem no exterior. (*idem*, 19).

O inquérito aplicado a esta população em 1998 utilizado nesse estudo, ressalta que 80% dos inquiridos declaram ter parentes a residir em países terceiros. Ainda 57% dos inquiridos declaram ter familiares que já estiveram em Portugal, mas que se encontram a residir, na altura da aplicação do inquérito, noutros países. Estes dados remetem para a questão do papel que Portugal desempenha neste quadro mais amplo das migrações caboverdianas, surgindo então como «nó circulatório», mas remete também para dispersão geográfica desta comunidade.

Uma população migrante, dada a sua natureza, é de difícil quantificação, mas quando estamos perante uma população diversificada a vários níveis, inclusive o nível jurídico, essa quantificação é ainda mais problemática. A população de origem caboverdiana não escapa a esse dilema. Com efeito, os dados apresentados pelas instituições públicas, como o Instituto Nacional de Estatísticas, O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, não são fiáveis a partir do momento em que a conceptualização do termo imigrante/estrangeiro é feita tomando em consideração as questões jurídicas. Para além destas razões, temos ainda o problema dos ilegais e dos jovens descendentes de populações imigrantes, que não são incluídos nesta categoria. De acordo com o INE em 1981 existiam 18 577 cidadãos caboverdianos residentes em Portugal, dos quais 17 615 nascidos em Cabo Verde. Os restantes seriam naturais de Portugal, S. Tomé e Príncipe, Angola. Para os autores do Estudo «*A Comunidade Caboverdiana em Portugal*», coordenado por Luís de França, estes dados são problemáticos, porque não incluem

peessoas numa situação de ilegalidade e porque não incluem os jovens, descendentes destes cidadãos caboverdianos ou cidadãos portugueses com naturalidade caboverdiana. Questionada a Direcção Geral da Emigração e Serviços Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, estimava-se no ano de 1985 em 50 000 o número de indivíduos pertencentes à comunidade (França, 1992:106), perfazendo a maior «comunidade imigrante/estrangeira» em Portugal.

Em 1991, O Recenseamento Geral da População contabilizou respectivamente 15 714 caboverdianos e 15 361 portugueses de naturalidade caboverdiana. Para alguns autores⁵⁹ os dados do Censo não incluem uma grande parcela da população que se pode considerar de origem caboverdiana, isto é, pessoas ilegais e pessoas com naturalidade e nacionalidade portuguesa, a segunda geração dos caboverdianos imigrados, que como já vimos podem ser incluídos na população alvo:

O Censo não capta exclusivamente os estrangeiros legalizados (e muitos destes não foram, certamente, recenseados) havendo, simultaneamente, caboverdianos em situação irregular que foram recenseados. Parece ter existido, por motivos que poderão estar relacionados com a dificuldade em recensear segmentos étnica e territorialmente muito específicos e com elevada mobilidade residencial, uma efectiva sub-avaliação da população caboverdeana. A indefinição do estatuto de nacionalidade que é frequente nesta população, pode também, de algum modo, ter contribuído para este facto. (Amaro *et al.*, 1999: 51).

Assim, perante a pouca fiabilidade dos dados oficiais, procurou-se estabelecer uma estimativa da população com base em fontes oficiais, a saber: Base de dados Entreculturas, INE 1991, SEF e Base de Dados do Recenseamento Eleitoral de 1997. Depois de testar várias hipóteses confrontando os dados do inquérito que foi aplicado para a caracterização da população neste estudo, com os dados das fontes citadas acima, concluem para estimativa final um total de 83 000 indivíduos «caboverdianos» a residir em Portugal, ano de 1998.

A descrição desta população em termos demográficos e na inserção na sociedade portuguesa será feita com base no último trabalho de grande amplitude e que se baseia, portanto, num inquérito aplicado, em 1998, a uma amostra efectiva de 1417 famílias, que permitiram caracterizar 5147 indivíduos. Para além deste inquérito, foram efectuadas entrevistas junto

59. Ver, por exemplo, França *et al.*, 1992; Amaro *et al.*, 1999; Bastos e Bastos, 1999.

de instituições que integram o movimento associativo caboverdiano e um inquérito postal aplicado a um conjunto de quadros e artistas caboverdeanos. É claro que a informação aqui seleccionada será completada por outros trabalhos com um carácter mais ou menos amplo. Iniciando esta descrição sobre os indicadores tradicionais, isto é os aspectos demográficos, denotamos que estamos perante uma população com elevada percentagem de jovens, que apresenta, ao contrário da população portuguesa, fortes contingentes populacionais de jovens e jovens adultos. Comparando a estrutura de idades da população caboverdiana com a da população portuguesa, vemos que cerca de 1/4 da população tem menos de 14 anos, contra uma média de 20% na população portuguesa. A percentagem de população em idade activa (entre 15 e 64 anos) é de 72,4% contra uma média de 66,4% para os nacionais (*idem*, 66). Esta comunidade não tem ainda uma população envelhecida. São apenas 2,2% os indivíduos com idade superior a 65 anos, contra 13,6% em Portugal. A sua distribuição por idades reflecte numa certa medida as sucessivas vagas migratórias e a natureza desses fluxos. Temos, assim, uma população mais abundante nas idades entre os 10 e os 30 anos, uma contracção entre os 30 e os 35 anos e um aumento entre os 35 e os 50 anos. A alta concentração entre os 10 e os 30 anos (cerca de 45% dos inquiridos) reflecte por um lado a descendência dos primeiros imigrantes como a ocorrência de uma vaga mais recente. É possível ainda notar o retraimento recente da imigração e uma muito provável diminuição da fecundidade entre a população caboverdiana, através do decréscimo contínuo dos efectivos quando se chega às idades mais jovens, quase que diminuindo para cerca de metade nos escalões entre os 15 e 19 anos (13%) e os 0 e 4 anos (7%). Ainda é possível perceber através das sucessivas vagas migratórias que compuseram esta comunidade, por que razão o montante de mulheres não é muito assimétrico em relação ao dos homens. Com efeito, as sucessivas vagas de reunião familiar esbateram as diferenças de distribuição por sexo: «o inquérito detectou 51,2% de homens e 48,8% de mulheres» (*idem*, 70). A população portuguesa tem uma distribuição inversa, 48,2% de homens e 51,8% de mulheres.

Interessa rever, se bem que brevemente, a situação familiar da população «caboverdiana» que é também uma das condicionantes fundamentais da sua inserção na sociedade de recepção⁶⁰. Olhando para as estruturas familiares, constata-se que 57,3% do total de inquiridos são solteiros, 28%

60. Tal como salienta Maria do Céu Esteves *et al.*, «A imigração familiar, ou a reunião familiar numa migração por etapas, para além de traduzir uma intenção de permanência longa, possibilita o estabelecimento de redes de suporte reduzindo os custos da integração tanto no plano meramente instrumental como nos domínios afectivo e simbólico». (Esteves *et al.*, 1991:52).

estão em situações de casado, 10,4% em união de facto, 2,7% no estatuto de separado/divorciado e 1,7% na condição de viúvez. A variável idade explica em parte os resultados obtidos no inquérito. Tratando-se, por um lado, de uma população predominantemente jovem é de esperar uma maioria de estatutos de solteiros, por outro, trata-se também de uma população muito pouco envelhecida o que explica o muito escasso peso de viúvos. Se compararmos o peso das uniões de facto na comunidade com o mesmo peso no total da população portuguesa, que era de 2% em 1991, constata-se nitidamente o peso significativo das uniões de facto entre os «cabo-verdianos». Este padrão explica-se por uma concepção do laço matrimonial que decorre por sua vez do conceito de família, aqui entendido na sua dimensão inicial, isto é, no local de origem. Com efeito, «A atitude do caboverdeano em relação ao casamento decorre do seu conceito de família, difere de ilha para ilha e já mudou com a imigração» (França, 1992:62). Parte destas concepções alteram-se, favorecendo a estabilização das relações matrimoniais a par com a fragilidade dos vínculos familiares. O peso de separados/divorciados é, também ele, ligeiramente superior entre os caboverdianos em relação à média portuguesa, que era em 1991 de 2,2%. Estes dados permitem avançar a possibilidade de maior precariedade dos laços familiares na comunidade cabo-verdiana do que na sociedade portuguesa. A precariedade das situações era já descrita por Luís de França que avançava várias causas para tal fenómeno, entre as quais os percursos migratórios, os problemas de alcoolismo, a importância social e estatutária que reveste o ter filhos⁶¹, e o comportamento das mulheres cabo-verdianas que passaram, também elas, com a vinda para Portugal, a abandonar a família e os filhos para viver com outro parceiro.

Quanto à dimensão média dos agregados familiares, o estudo remete para uma média de 3,7 indivíduos. Quando se estabelece novamente uma comparação com a população portuguesa constata-se que a dimensão dos agregados caboverdianos excede a média portuguesa, que era em 1991 de 3,1 indivíduos. É claro que a estrutura etária da população «cabo-verdiana» inflaciona estes dados, já que é mais jovem do que a população portuguesa. Todavia, os autores estão de acordo com a extensividade dos padrões familiares dos cabo-verdianos em igualdade de circunstâncias, isto é quando se controla a estrutura etária e seus efeitos:

(...) o superior índice de fecundidade (maior número de filhos por mulher), provável na comunidade caboverdeana; a maior dificuldade, por razões económicas, de constituição de agregados independentes por parte dos jovens (o que retarda a saída da residência familiar e a

61. «(...) prestígio social e sinal de riqueza e poder». (França, 1992:63).

fragmentação dos agregados}; e o apoio à família alargada, no âmbito das redes migratórias. (Amaro *et al.*, 1999: 83).

Ainda no que se refere às estruturas familiares, alerta-se para a existência de laços de parentesco alargados⁶² entre os migrantes assim como uma marcada dispersão geográfica da emigração e das famílias caboverdianas. As relações com o país de origem também são estreitas e enquadram-se nas redes familiares alargadas, assim por exemplo perto de 55% dos inquiridos declarou já se ter deslocado até Cabo Verde desde que se encontra em Portugal e perto de 37% dos inquiridos afirmou ter familiares «dependentes» em Cabo Verde.

Como era de esperar numa população migrante, a implantação geográfica dos locais de residência dos «cabo-verdianos» em Portugal é fortemente polarizada pela Área Metropolitana de Lisboa que tem recebido a maior percentagem dos estrangeiros e imigrantes que chegam ao país. A análise de três fontes de informação, o Entreculturas, o recenseamento Eleitoral e o SEF, permitem concluir essa distribuição. Assim, cerca de 90% da população concentra-se nos distritos de Lisboa e Setúbal, concentração sustentada por redes de solidariedade e apoio, atraindo assim novos imigrantes para determinados locais desta região⁶³. Os restantes 10% repartem-se por algumas manchas regionais com alguma significância, ou seja, pelo Algarve, Sines e Santiago do Cacém no Litoral do Alentejo, Leiria e Alcobaça e a Área Metropolitana do Porto.

Olhando mais atentamente para a distribuição por concelhos, constata-se que a maior concentração na AML se faz nos concelhos da margem norte, com destaque para o concelho da Amadora (cerca de 20% da população), e concelhos de Lisboa, Oeiras e Loures. A população no concelho de Lisboa aparenta uma progressiva periferização da população imigrante (e, em geral da população mais pobre) nas zonas históricas de Lisboa, fenómeno que pode levantar a questão de uma eventual etnização da ocupação do espaço na AML.

62. «A inquirição acerca do número de familiares que residem fora de Cabo Verde e de Portugal confirmou a importância das redes familiares alargadas, para além de revelar um alargamento inusitado da diáspora caboverdeana. Assim, entre os inquiridos, uma clara maioria – 76,2% do total – afirmou ter familiares residentes num terceiro país. (Amaro *et al.*, 1999, 87).

63. «A inserção, por vezes conflituosa, numa sociedade que lhe é estranha obrigou o imigrante caboverdeano a encontrar mecanismos de defesa, socorrendo-se dos meios ao seu alcance para recriar, na medida do possível, a sua realidade de origem e, a partir daí, «negociar» a sua integração na sociedade onde está». (França *et al.*, 1992:61).

Quanto aos concelhos suburbanos, também se registam algumas mudanças, entre as quais, o decréscimo relativamente acentuado nos concelhos de Oeiras, Cascais e Almada, reflexo do realojamento das populações que ali viviam em bairros degradados e o aumento nos concelhos de Sintra e de Loures; o crescimento em todos os concelhos da margem sul do Tejo e por fim a estabilização no concelho da Amadora tradicionalmente receptor de cabo-verdianos.

A visibilidade desta população limita-se à AML, o que nos faz acreditar que tal concentração pode ter implicações no relacionamento com algumas faixas da sociedade portuguesa.

A descrição demográfica dá apenas um *aperçu* muito geral das diferentes formas que a inserção desta comunidade reveste na sociedade portuguesa. A presença do «imigrante» nas esferas públicas de uma qualquer sociedade de acolhimento passa predominantemente pela inserção no mercado de trabalho e pela inserção habitacional, sendo a primeira particularmente sensível às qualificações escolares e profissionais dos próprios imigrantes.

A sociedade de recepção também desempenha um papel de relevo, optando ou não por medidas políticas e legislativas que tendem a influenciar a implantação e o desenvolvimento interno da comunidade.

Quanto à inserção da população imigrada cabo-verdiana, esta integra-se num quadro mais amplo que diz respeito à presença das populações imigradas com origem nos PALOP nos vários sectores da sociedade:

Em síntese, as relações entre a população imigrada com origem nos PALOP e o mercado de trabalho são marcadas por uma imigração desqualificada a que não são alheias as qualificações de partida, as dinâmicas sectoriais de absorção, as restrições formais e a marginalização nos circuitos formais de mercado de trabalho. Não obstante esses traços gerais, observa-se na última década uma evolução gradual para uma maior formalização mesmo que num contexto de precariedade. (*idem*, 93).

Os imigrantes provenientes dos PALOP, quando comparado com os restantes imigrantes e a população portuguesa, formam parte de um segmento próprio de inserção no mercado de trabalho, inserção que se pauta pela precariedade e pelo maior grau de efectivos em certas profissões⁶⁴,

64. «(...) uma inserção no mercado de trabalho no grupo de ocupações socialmente pouco valorizadas, designadamente, na categoria trabalhadores da produção das indústrias extractivas e transformadora e condutores de máquinas fixas e de transporte». (Baganha e Góis, 1999:258).

ocupando a base da estrutura sócio-profissional portuguesa (Baganha e Góis, 1999; Baganha, Fonseca e Marques, 2000). Atendendo aos critérios usados frequentemente para avaliar a inserção no mercado de trabalho, notamos primeiramente que se trata surpreendentemente⁶⁵ de uma população com índices elevadas de actividade. De acordo com os resultados obtidos no inquérito já citado, cerca de 50% da população são activos com profissão. Se se juntarem os trabalhadores estudantes, o índice de actividade aumenta para 52%⁶⁶. O percentagem de desempregados é inferior à média portuguesa⁶⁷. O desemprego atinge predominantemente o grupo etário dos 15-24 anos (40,1%), com predomínio claro de indivíduos com formação escolar básico, o que evidencia segundo os autores, «problemas de inserção que podem decorrer mais das restrições formais e das desvantagens da condição de estrangeiro» (Amaro *et al.*, 1999:94). Muitos que se encontram nessa faixa etária são jovens já nascidos ou vindos para Portugal numa idade muito jovem e que fizeram a sua socialização nas instituições do país de acolhimento dos pais, levantando-se a questão de saber se esta segunda geração também se encontra desfavorecida e condicionada por uma condição de estrangeiro que poderá decorrer de uma associação à cor da pele/bairro degradado/criminalidade?

Os activos com profissão são, portanto, pessoas adultas acima dos 35 anos (54,3%) e que possuem níveis de escolaridade baixos. Quanto à detenção de qualificações escolares, constata-se que se trata de uma população com índices reduzidos de escolaridade, 54,6% dos inquiridos ou são analfabetos, ou sabem ler e escrever ou têm o ensino primário. Apenas 7,4% do total dos inquiridos possuem habilitações médias e superiores, com destaque para os licenciados.

A inserção profissional dos caboverdianos residentes em Portugal espelha a imagem empírica que se tem desta população, assim, temos 35,4% de trabalhadores da construção civil, 23,2% de trabalhadores dos serviços domésticos e de limpeza. Todavia, nota-se claramente uma marcada assimetria no seio desta população, destacando-se a inserção nos quadros e profissional liberais (2,2%), nos empregados administrativos (2,3%) e em

65. Ver a este propósito Baganha *et al.*, 2000.

66. Estes elevados índices de actividade, informal ou não, podem ter explicação na integração dos caboverdianos na construção civil e no seu alto grau de circularidade e interação: «Nesse aspecto a comunidade caboverdeana está profundamente enraizada (...) Grande parte também já não é simplesmente um operário que desempenha uma determinada função e sabe desempenhá-la (...) Eles são extremamente circulantes na construção civil». (Entrevista membro Associação Caboverdeana em Lisboa).

67. «O índice de desempregados é baixo face à média portuguesa, o somatório dos desempregados e dos que procuram o 1.º emprego (4,8% ao total) é inferior à taxa de desemprego oficial». (Amaro *et al.*, 1999: 94).

funções de tipo empresarial: gerentes e empresários comerciais (1,7%) e empreiteiros da construção civil (2,5%). Esta distribuição remete para dois dos grandes fluxos migratórios de «cabo-verdianos» para Portugal: os imigrantes menos qualificados e o grupo de quadros e antigos funcionários da administração muitos dos quais, com nacionalidade portuguesa, que não podemos considerar imigrantes.

Quanto ao regime de trabalho dos activos, regista-se mais uma vez índices muito elevados de actividade, 89% dos activos inquiridos têm trabalho permanente. As relações de precariedade atingem mais intensamente os inquiridos mais jovens (15-24 anos), que estão mais presentes na contratação a termo.

Quando se divide a população pela nacionalidade, notam-se diferenças. Os inquiridos com dupla nacionalidade são aqueles que possuem condições de maior estabilidade contratual (75,7%). Os detentores de nacionalidade cabo-verdiana com nacionalidade cabo-verdiana são os que apresentam maior precariedade.

Cruzando ainda o regime de trabalho com as habilitações escolares, parece não existir uma relação clara já que se verifica por exemplo que os índices mais elevados de contratação permanente atingem tanto os níveis de escolaridade superior como os níveis com cursos médios e com o ensino primário. Neste último caso, poderemos talvez recorrer a variável tempo de residência como factor explicativo.

Como era de esperar, a ausência de contrato atinge claramente os anal-fabetos e os que detém habilitações no patamar do ciclo preparatório.

Finalmente, resta ainda salientar que o acesso ao emprego se pauta pelas redes sociais e respectivo capital social possuído pelas diferentes segmentos da comunidade cabo-verdiana:

Os padrões de migração e os factores de identidade e relação no seio da comunidade cabo-verdeana estão presentes de modo muito marcado na forma de obtenção do emprego actual, com quase metade a ter acesso ao emprego por via de familiares e amigos. Em segundo lugar, e fruto também de um enraizamento acentuado da comunidade na sociedade portuguesa, surge o acesso por via de amigos portugueses. (*idem*:104).

Os níveis de escolaridade apresentam-se como um indicador tradicional na avaliação da inserção de uma comunidade migrante na sociedade de

acolhimento, já que influenciam, entre outras coisas, a inserção no mercado de trabalho (Chiswick, 1979; Portes, 1999). Comparando a estrutura de habilitações da população alvo com o total da população residente no país, verifica-se que esta última é menos escolarizada; registando 10,4% de analfabetos contra 7,8% na população cabo-verdiana residente em Portugal, 47,9% de pessoas com o grau do ensino primário (completo ou não) contra 33,1% na população cabo-verdiana. verifica-se também que a comunidade caboverdiana tem um maior número relativo de indivíduos com os graus de habilitações superiores ou iguais ao ensino secundário. Com efeito, esta última apresenta níveis superiores à população total residente em Portugal, a título indicativo regista-se que 8,8% dos inquiridos possui ensino superior enquanto que a população portuguesa apresenta apenas 5,4% de pessoas com esse grau. No entanto, é necessário relativizar estes dados inflacionados, numa certa medida, por vários factores entre os quais a estrutura etária da comunidade cabo-verdiana que é muito mais jovem do que a portuguesa, o desfasamento temporal entre as duas séries de valores, a maior «predisposição para a migração por parte da população que tem já alguma qualificação escolar», registando-se um salto qualitativo desses níveis com as sucessivas vagas de chegadas⁶⁸. (*idem*, 108 e 112), e, por fim, atender à constituição da amostra, que coloca a seguinte questão: a uma população mais escolarizada corresponde um padrão de inserção laboral pior?

Apesar desta imagem, altamente enviesada, apurou-se que parte significativa da comunidade em análise tem um nível escolar igual ou inferior ao ensino primário (cerca de 40,9%). Por oposição ainda temos um grupo relativamente elevado de pessoas cujas habilitações correspondem ao ensino superior ou à sua frequência (8,8%). Estes dados vêm de facto dar suporte à dualidade existente, e já referida por diversas vezes, na comunidade cabo-verdiana. A decomposição dos níveis de escolaridade por nacionalidade e por naturalidade também apresenta resultados que vão de encontro com essa mesma dualidade social. Esta análise revela que os indivíduos com nacionalidade cabo-verdiana têm na generalidade habilitações escolares ligeiramente inferiores aos indivíduos com a nacionalidade portuguesa e os indivíduos com dupla nacionalidade.

A segunda geração apresenta qualificações mais elevadas «(...) reflectindo um aumento do nível de inserção dos membros da comunidade que, entre outros factores, está dependente do tempo de estadia no país» (*idem*, 111). Este aumento também é consequência da própria estrutura e massificação

68. «(...) antes de 1970, analfabetismo, depois de 1970, ensino primário, depois de 1980, ensino secundário» [Amaro *et al.*, 1999: 112].

do ensino em Portugal, não reflectindo, *grosso modo*, necessariamente, ao meu ver, um aumento dos níveis de inserção dos pais e seus descendentes.

Outro factor extremamente importante da inserção na sociedade de acolhimento são os locais e os tipos de habitação possuídos pelos membros de uma comunidade que reflectem os diferentes níveis de inserção. A comunidade imigrante empobrecida cabo-verdiana não escapou a uma lógica de implantação própria de migrantes económicos com baixas qualificações, isto é, a implantação na Área Metropolitana de Lisboa, região que apresenta as «melhores» condições para a inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na habitação. O total de indivíduos na AML era, entre 1990 e 1997, de 86% (Baganha *et al.*, 2000). A concentração nesta região do país foi feita com base numa segregação espacial, resultado, em parte, das estratégias de fixação espacial desenvolvidas pelos migrantes, o que, por sua vez, permitiu o desenvolvimento de redes de solidariedade. Detendo-nos no processo de implantação na AML e nas suas sucessivas fases, vemos que depois de 1974 surgiram grandes mudanças nos padrões de localização espacial dos estrangeiros. Os novos imigrantes passam a instalar-se nos municípios suburbanos da capital, com forte concentração em bairros degradados. Este fenómeno irá perpetuar, segundo Jorge Malleiros, a dimensão étnica na segregação sócio-espacial de Lisboa (Malleiros, 2000). Parte da comunidade cabo-verdiana imigrante não escapou a este processo de suburbanização, que é geralmente apelidado de guetização. A restante comunidade, formada por segmentos mais elevados na estrutura social, encontra-se localizada na cidade de Lisboa (França, 1992). De acordo com um levantamento sócio-demográfico realizado em 1994 (Cepac, 1995), em 106 bairros pobres dos distritos de Lisboa e de Setúbal, encontravam-se nestes bairros 40 904 cabo-verdianos, os quais representavam 61,5% de toda a população africana neles residente. Nos concelhos da Amadora e Oeiras, os cabo-verdeanos constituíam 84,8% e 88,0% de todos os africanos aí residentes. Na margem sul, os concelhos do Seixal e de Setúbal registavam a maior concentração. Verificou-se igualmente que 2/3 dos cabo-verdeanos residentes nos bairros inquiridos concentravam-se precisamente em 20 locais, entre os quais se destacam o Bairro Alto de Sta. Catarina, no concelho de Oeiras com cerca de 94% da população constituída por caboverdianos, o Bairro Alto da Cova da Moura, na Amadora com 73,8% de população de origem cabo-verdiana, o Bairro Estrada Militar do Alto da Damaia, na Amadora, com 98,3% de cabo-verdianos, a Pedreira dos Húngaros, em Oeiras, com 83,0%, o Bairro 6 de Maio na Amadora, com 97,1%, o Bairro das Fontainhas, na Amadora com 96,5% e refere-se ainda o Bairro Estrela d'África, também ele na Amadora, com 92,8% de cabo-verdianos.

Estes dados remetem inequivocamente para uma concentração espacial entre os membros que constituem os diversos grupos. Esta concentração, para além de se basear numa pertença nacional, também se efectuou com base na origem territorial, ao nível da ilha. Esta formação marcada por um forte sentido de herança comum irá facilitar a reprodução das práticas culturais de origem⁶⁹.

A questão da habitação degradada está associada a problemas de pobreza urbana e às condições de habitabilidade ali existentes. Assim, os nacionais de Cabo Verde representam 62% dos estrangeiros a viver em condições de pobreza urbana, como se pode ver no quadro seguinte:

Quadro 4 – Pobreza urbana por nacionalidade (em percentagem)

Nacionalidade	Percentagem	Percentagem de estrangeiros
Portugal	85	
Estrangeira	15	100
Cabo Verde	9.3	62.0
Angola	3.0	20.0
S. Tomé	1.0	7.0
Moçambique	0.45	3.0
Índia	0.45	3.0
Outros	0.8	5.0

Fonte: Silva *et al.*, 1989, in Baganha *et al.*, 2000:120.

Atendendo às condições de habitação, é possível constatar, através do estudo fornecido pela equipa coordenada por Alfredo Bruto da Costa em 1991 que incidiu precisamente sobre minorias étnicas pobres em Lisboa, que os cabo-verdianos têm faltas de condições de base nos alojamentos. Assim, é possível ver que 33% dos inquiridos nesse trabalho não tinha água canalizada, 15% viva sem electricidade, 41,6% sem banho e 9,5% sem re-trete. Estamos aqui perante claros indicadores de falta de saneamento básico, o que reflecte por seu turno a deficiência da maior parte das infra-estruturas nos bairros degradados. Quanto aos equipamentos domésticos, é possível concluir que possuem o mais essencial, isto é, frigo-

69. «O bairro é o universo mais preciso de reprodução dos quotidianos das ilhas (...) Mas os bairros acabam por constituir, no essencial das vivências, espaços quase exclusivos. Redutos em determinados momentos de afirmação, são ilhas que lhe foram impostas.(...) vieram também os espaços de convívio, do comer, do cantar e do dançar como actos colectivos». (Rocha, 1993).

rífico e fogão a gás, não tendo em 66,4% dos casos esquentador, 83,3% não tem aquecimento e 64% não tem máquina de lavar roupa (Bastos e Bastos, 1999). Parece-me ainda importante referir que muitos desses locais são apresentados, pela imprensa nacional, como espaços de violência e perigosidade⁷⁰, chegando-se mesmo, em certos casos, em comparar esses «niches» habitacionais com os guetos norte-americanos. Esta comparação, para além dos efeitos perversos que acarreta, não tem a menor viabilidade conceptual e empírica, como o sublinha Sophie Body-Gendrot:

O gueto negro, esse, (...) inscreve na objectividade do espaço e de instituições específicas as quatro formas elementares da dominação racial – a segregação, a discriminação, o preconceito e a violência-, numa mecânica de exclusão sem falhas. (Body-Gendrot, 1999:280).

Não existe nenhum estudo que tenha tentado medir os efeitos das notícias transmitidas pelos meios de comunicação sobre os preconceitos que a população portuguesa possa ter em relação a estes bairros. No entanto, é frequente ouvir-se falar da existência de um estigma em relação ao bairro, que pode prejudicar quem lá vive:

Não deveríamos subestimar o papel negativo das estigmatizações binárias, do «eles» e «nós», em particular as promovidas pelos media que diabolizam as «cidades bárbaras» e os «bairros do medo», de acordo com um processo praticamente inalterado recorrendo a termos chocantes, que evocam patologias simultaneamente sociais e urbanas com fins meramente mercantis. (*idem*: 283).

A verdade é que, tal como refere a autora acima citada⁷¹, nesses bairros, quem lá vive procura delimitar fronteiras identitárias que provocam conflitos com os meios envolventes, reflectindo uma cultura, a cultura do jingão, específica das micro-sociedades que lá se formam:

Há a cultura dos bairros, a cultura dos bairros degradados, é igual tanto nos nossos como nos outros. Se for ao Casal Ventoso, se for a

70. Podemos ler na imprensa nacional mais recente excertos onde tal ideia é claramente transmitida, como por exemplo, um artigo do Público e outro do Expresso, onde se lê que «(...) o grupo de um mini-gueto contra outro grupo de outro mini-gueto, os jogos de futebol transformados em batalha campal» (in Pública, 03/09/2000) e que «(...) a esquadra da Damaia, zona de criminalidade que já foi comparada a L.A., não tinha uma única viatura (...) No 6 de Maio, coito de ladroagem, patrões da droga e putos que crescem fazendo o ensaio geral do crime (...)» (in Expresso, 22/11/1997).

71. «As tensões que atravessam os bairros, como os guetos negros, dizem respeito às fronteiras, reais ou imaginárias, em torno das quais os grupos delimitam as suas diferenças culturais e colocam em questão a sua identidade». (Body-Gendrot, 1999:282).

Charneca do Lumiar, encontra jingões iguais, pessoal que se veste de forma diferente, que se comporta de forma diferente, e com música alta, porque está no bairro. Os bairros têm uma cultura própria, que é impor às zonas limítrofes a sua presença. É dizer eu existo. (Presidente Associação Unidos de Cabo Verde).

Esta questão remete para a construção da dimensão subjectiva da pertença à comunidade caboverdeana, medida através da prática de aspectos culturais que melhor representam o país de origem. Mas antes de referir esses aspectos penso ser interessante salientar, superficialmente, que a descrição do nível de inserção de uma comunidade tomando como ponto de referência «a sua cultura», levanta questões de ordem teórica e pragmática, a saber a pertinência dos indicadores usados que podem ou não «apanhar» todas as nuances existentes nesse domínio:

Uma segunda concepção, muito mais pragmática, interessa-se pouco à «cultura», mas sim aos comportamentos culturais. Esta concepção afasta os julgamentos de valor demasiado gerais e tem tendência em pronunciar-se em cada caso particular naquilo que convém fazer ou não fazer. É com efeito inevitável, a partir do momento em que os comportamentos culturais recobrem um vasto domínio que pode ir, por exemplo, das práticas culinárias às crenças religiosas. (Garson e Thoreau, 1999:28).

Para os vários autores das obras já citadas, é um facto inquestionável a existência de uma identidade cabo-verdiana comum aos vários membros da comunidade, independentemente da divisão social que decorre da posição perante a profissão, da aquisição da nacionalidade, e até mesmo do sentir-se ou não cabo-verdiano. Essa identidade comum é visível através das práticas de certos aspectos da «cultura» de origem e da detecção de alguns factores de coesão.

Entra neste domínio a pertença pela via da nacionalidade, que como se pode ver não tem significado, já que a maior parte das pessoas que possuem a nacionalidade portuguesa não se identificam com a sociedade de acolhimento, apenas 2% de um conjunto de inquiridos de 5147 indivíduos se reconhece numa «comunidade» portuguesa. A aquisição da nacionalidade do país de acolhimento não decorre portanto de uma identificação com Portugal nem tão pouco com o facto de os indivíduos terem nascido em Portugal⁷², mas «[...] essencial-

72. «Contudo, a nacionalidade e o local de nascimento não conotam necessariamente um comportamento cultural específico: podemos viver mais ou menos tempo no país natal, deixá-lo numa idade mais ou menos avançada, e favorecer ou não no país de acolhimento laços com a comunidade de origem». (Garson et Thoreau, 1999: 28).

mente de uma visão funcional da questão da nacionalidade, orientada segundo dois pólos distintos: o entendimento de que a posse da nacionalidade do país receptor facilita a inserção por um lado, e a ideia de que a nacionalidade portuguesa facilita a emigração, por outro» (Amaro *et al.*, 1999:137). Tal situação já tinha sido detectada no trabalho realizado em 1986, onde se afirma que 91% dos inquiridos na época, se sentiam cabo-verdianos, independentemente da nacionalidade, nalguns casos, o discurso apreendido nas entrevistas reflectia a indiferença face ao problema da nacionalidade (França *et al.*, 1992:175).

Essa identidade, «*retouchée*» com a imigração e com o tempo de permanência, não é reflectida, de acordo com os mesmos inquiridos e com as informações obtidas junto de representantes das comunidades cabo-verdianas na AML, nos seus descendentes. A reprodução intergeracional necessita de um estudo próprio, onde se pode averiguar até que ponto há ou não transmissão de valores e práticas culturais que balizam o mundo dos progenitores.

Um dos factores que mais se utiliza para distinguir populações imigradas da população autóctone (Machado, 1992) é o uso da língua de origem, que muitas vezes se constitui como um factor de coesão simbólica dentro do grupo. No caso da população cabo-verdiana, os efeitos do tempo de residência e da idade são visíveis no uso do crioulo⁷³. Assim, o crioulo é mais usado entre as populações mais velhas, mas o português também se encontra generalizado e melhor dominado entre as camadas mais jovens. O uso da língua materna é diferenciado de acordo com o nível social. A atitude típica do cabo-verdiano de fracos recursos é falar crioulo com o cônjuge e a comunidade envolvente e falar português com os filhos. O grupo de nível social médio usa o português em casa e utiliza o crioulo em situações de convívio. Para alguns deste grupo social, a vinda para Portugal reforçou o uso do crioulo, surgindo assim não só como um suporte de comunicação mas também como uma forma clara de afirmação cultural (França *et al.*, 1992 : 183).

O uso de duas línguas pode criar problemas para as crianças e jovens, descendentes destas populações, surgindo em certos casos um bilinguismo mal formado, que terá fortes consequências no desempenho escolar nestas faixas etárias.

73. «As condições sociais de produção do discurso e também a apropriação diferenciada da língua são reflexo de estratégias de integração diversificadas. A diversidade das situações encontradas não retira a importância que, ainda hoje, os entrevistados atribuem à língua materna mas exemplifica situações de enraizamento, de aculturação e de perspectivas de futuro diferenciadas que advêm de uma história pessoal e de uma construção social da realidade presente e futura não homogénea». (França, 1992:183).

Ainda no que se refere aos factores de coesão registam-se os contactos com instituições que representam Cabo Verde, nesta caso a Embaixada, que possui um grande número de inscritos, e a participação nas instituições do país de inserção, e aí denota-se uma fraca participação social, salientando-se os poucos caboverdianos registados nos sindicatos do trabalho (Amaro, 1986). Nas faixas etárias mais jovens regista-se a participação em associações que representam o grupo de origem e a participação em associações na sociedade portuguesa. Estes factos parecem indicar duas coisas, por um lado, existe uma identificação com a identidade dos pais e da comunidade, ou seja a afirmação de uma pertença étnica apreendida certamente noutros moldes, por outro lado uma maior integração na sociedade que os viu nascer e/ou os socializou, sendo necessário saber a natureza das associações para melhor averiguar o grau de inserção e em que faixas populacionais essa integração é feita.

A ligação a Cabo Verde é mantida ainda através das associações que representam as comunidades imigradas, associações espalhadas por toda a AML. Estas associações têm o papel de reforçar a comunidade através de intervenções e de exigências perante a sociedade civil e as instituições públicas. No caso caboverdiano, as associações abrangem uma diversidade populacional que se reflecte no tipo de associação existente. «O associativismo da Comunidade caboverdeana é disso um bom exemplo pela sua diversidade de interesses, de grupos representados e de modos de acção» (Amaro *et al.*, 1999:168). A maior parte destas associações tem um carácter étnico, exercendo funções de mediação entre o grupo e o Estado. Muitas são associações de bairro, que servem para reviver e reproduzir aspectos culturais e para ajudar os seus membros na integração no meio envolvente. Para além das associações com forte incidência territorial, existem ainda associações formadas por grupos com interesses muito específicos e associações que procuram divulgar a cultura de origem e preservar os interesses comuns através a pressão junto das autoridades. É necessário ver que nem todas as associações têm o mesmo apoio, dependendo dos interesses, de quem a constituiu, do momento político e do encontro de interlocutores que legitimam a acção governamental. A própria mobilização é fomentada pelos grupos intermédios e as elites da comunidade. As faixas mais marginalizadas não demonstram muita apetência para este tipo de envolvimento. Contudo, esta comunidade esteve na origem da formação de associações de carácter étnico ou representativas de populações imigradas em Portugal, estando, portanto, o processo já consolidado, mesmo se existem diferenças e atritos entre as associações e os diferentes interesses que representam (Carita e Rosendo, 1993).

A forte identidade existente entre os membros desta população leva à constituição maioritária de uma rede de amigos constituída por cabo-verdianos, revelando um fechamento e uma eventual auto-marginalização na sociedade portuguesa (França *et al.*, 1992; Amaro *et al.*, 1999).

A ligação com o país de origem ainda se verifica nas deslocações e investimentos para lá canalizados, principalmente na compra de casa ou de terrenos. Existe sempre um ideário de regresso que se esbate com o tempo de permanência e nas faixas etárias mais jovens, todavia entre estas últimas existe uma forte vontade de «regresso», o que parece indicar um forte sentimento de pertença e de identidade com Cabo Verde.

A identidade e a ligação verificam-se igualmente nas práticas culturais específicas de um grupo nomeadamente na gastronomia, música, literatura, dança e rituais profanos e religiosos, que são usados com maior ou menor relevo no quotidiano, dependendo da classe social a que se pertence, sobrepondo-se em certos casos uma identidade de classe a uma identidade étnica (Saint-Maurice, 1993 e 1997). No entanto, uma maior inserção na sociedade receptora não corresponde necessariamente a uma menor ligação ao país de origem, mesmo que se verificam algumas variações nas práticas culturais. Na verdade, e seguindo de muito perto as conclusões do último trabalho de caracterização desta população, mais do que as práticas culturais são os sentimentos de pertença⁷⁴ a uma comunidade que atravessam toda a população e lhe confere a especificidade que já lhe conhecemos (Amaro *et al.*, 1999:169).

Outra situação que não encontramos na literatura é a existência de uma diferenciação entre os membros da comunidade pela cor da pele. Este assunto é claramente controverso e pouco abordado hoje em dia⁷⁵, no entanto, as entrevistas apontam nesse sentido e penso que poderá ter algum significado a nível da estruturação da comunidade. Assim, e devido ao grau de mestiçagem que ocorreu em Cabo Verde, existe uma pluralidade de tonalidades de cor de pele entre pessoas de origem cabo-verdiana que tem os seus efeitos estruturadores. Para começar, existe muito cabo-verdiano branco⁷⁶ que, na sociedade de origem, estava no topo da estrutura de

74. Os factores e as formas de identidade sócio-cultural utilizados pelos autores, para medir o grau de identidade étnica entre os indivíduos ligados a Cabo Verde, são os seguintes: a nacionalidade real ou simbólica, a língua de origem, os contactos e modos de participação à terra-mãe, as práticas culturais específicas.

75. «Acompanhando o pensamento científico, o senso comum terá vindo a adoptar a ideia de cultura, e de diferenças entre culturas, para explicar diferenças de comportamento que, antes, explicava a partir da «raça» (Vala *et al.*, 1999:142).

76. A cor da pele pode levantar questões metodológicas, inclusive no que é de saber quem deve ser considerado imigrante ou não (Baganha e Góis, 1999).

classe, facto é que, na ilha de Santiago existe um cemitério para «brancos», isto é para pessoas da elite local. Referem qualquer processo de integração à sociedade de acolhimento como um processo de branqueamento, com uma conotação claramente pejorativa para quem fica do lado de lá, ou seja, para os que não permanecem enraizados na cultura de origem. Para além da conotação que dão à palavra «branco», existe também um processo de escalonamento social pela cor de pele, como muito bem refere uma representante da associação SOS Racismo que, questionada sobre os jovens da elite caboverdiana, aponta para o fechamento social deste segmento:

Acho que na maior parte dos casos casam entre si da mesma casta social ou mais alta. Social e não só, é também bom que tenha a mesma cor de pele, também há essa distinção, o mulato, o mestiço etc... Há que evoluir! (Representante SOS Racismo).

Não foi possível averiguar ao longo das entrevistas se a diferenciação pela cor de pele funciona também nas classes mais baixas, porque este fenómeno foi detectado por acaso ao longo do discurso dos entrevistados, nunca se tendo anteriormente posta a possibilidade de questionar essa realidade, formalmente condenada hoje em dia no discurso público mas que nem por isso deixou de se revelar no discurso de alguns dos entrevistados.

Já referimos alguns aspectos de âmbito jurídico que caracterizam as populações migrantes e nomeadamente a população de origem cabo-verdiana. Com efeito, as formas de inserção promovidas pela própria sociedade de acolhimento passam pelo enquadramento legal das populações não nacionais. No caso de Portugal, os nacionais de países africanos de língua oficial portuguesa são alvo de dois parâmetros estabelecidos pela Constituição da República Portuguesa:

(...) segundo o artigo 15.º, «os estrangeiros e os apátridas que se encontram ou residem em Portugal gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres do cidadão português» (n.º 1), mas «aos cidadãos de países de língua portuguesa podem ser atribuídos, mediante convenção internacional e em condições de reciprocidade, direitos não conferidos aos estrangeiros (...)» (n.º 2). (Amaro *et al.*, 1999, 223).

Alguns consideram este tipo de abordagem e discriminação positiva como um resquício mais ou menos consciente de um passado colonial mal digerido. Sem querer entrar em controversias de filosofia política, esta medida presente na constituição pode, se bem aplicada na prática, constituir uma forma de integração ao nível da esfera da cidadania.

O direito da nacionalidade apresenta-se como um direito fundamental que constitui a base de todos os restantes direitos. A este nível, as populações imigrantes foram alvo de reformulações, passando-se de um direito da nacionalidade baseado no critério do *jus soli*, para um critério do *jus sanguini*.

O momento das reformulações foi o período a seguir à revolução de 1974 e ao processo de descolonização que trouxe consigo o movimento de retorno de pessoas radicadas nas ex-colónias que eram cidadãos portugueses àquela data. Com o fim do império foi necessário reformular a lei da nacionalidade com cláusulas excepcionais que viessem legitimar a posse da nacionalidade portuguesa entre as pessoas nascidas nas ex-colónias⁷⁷. Nesse sentido, o Decreto-Lei n.º 308-A/75 veio especificar em que medida é que se podia incluir ou excluir da nacionalidade portuguesa os indivíduos residentes nas ex-colónias. Assim, esse decreto veio incorporar como princípio a perda da nacionalidade portuguesa a esses indivíduos, abrindo contudo duas exceções: por um lado, os que, residindo nas ex-colónias, fossem nascidos em Portugal ou naturalizados e os seus descendentes até ao terceiro grau (art. 1.º); por outro, os que, embora nascidos nas ex-colónias entretanto independentes, fossem residentes em Portugal há mais de cinco anos em 25 de Abril de 1974 (art. 2.º).

Mas foi sobretudo através a cláusula de excepção que se encontrava contemplada nessa lei de 1975, que muitos cabo-verdianos conseguiram conservar a nacionalidade portuguesa:

(...) de acordo com a qual «em casos especiais, devidamente justificados», o Conselho de Ministros poderia determinar a conservação de nacionalidade portuguesa. Os critérios seguidos para essa conservação casuística eram os seguintes: continuidade da ligação a Portugal, aferida pela fixação de residência no país até fins de 1975; prestação de serviços ao Estado Português, em Portugal ou nas ex-colónias; prevenção de situações de apatridia; aplicação do princípio do reagrupamento familiar. (*idem*, 224).

77. «O direito vigente em Portugal em 1974 (Lei n.º 2098, de 29 de Julho de 1959) determinava que «todas as crianças nascidas em território português são portuguesas». Por essa adopção do critério do *jus soli*, os nascidos nas ex-colónias eram automaticamente nacionais portugueses. Assim, após a efectivação dos processos de descolonização, tornou-se imprescindível regular o direito de nacionalidade dos cidadãos ali nascidos, tendo em conta o elevado número de intenções de deslocação para a ex-metrópole e as modificações políticas e administrativas resultantes da ascensão dos antigos territórios africanos de expressão portuguesa à independência» (Amaro *et al.*, 1999, 223).

A lei da nacionalidade sofreu nova alteração, desta vez com mudança de critérios, em 1981 (Lei 37/81, de Março de 1981). Assim, de um critério de *jus soli* passou-se a legitimar a aquisição e conservação da nacionalidade portuguesa com base no critério do *jus sanguini*, isto é, a nacionalidade passou a depender do facto de os pais serem cidadãos portugueses ou, no caso de serem estrangeiros, de residirem legalmente em Portugal há mais de 6 anos. O ano de 1981 passou a ser considerado, para alguns estudiosos, como o ano charneira na imigração em Portugal, com, por um lado, a alteração à lei da nacionalidade que já vimos, e por outro, como enquadramento jurídico da regulação das entradas, permanências e saídas de estrangeiros em território nacional (D.L. 264-B/81).

Significa tão-somente que entendemos que é a partir dessa data que politicamente o país se irá definir como um país de imigração e que a sociedade portuguesa irá também ela, através dos seus órgãos de comunicação social, «atribuir» a categorização de imigrante aos nacionais dos PALOP e aos nacionais portugueses de ascendência africana. (Baganha e Góis, 1999:268).

Outras medidas legislativas foram tomadas nestes últimos anos numa tentativa de cumprir o estipulado na Constituição da República e nas convenções rectificadas por Portugal sobre direitos humanos. Estas medidas vêm demonstrar a vontade política por parte dos governantes em reconhecer e inserir nos discursos e práticas políticas a presença dos imigrantes em Portugal. Dessa medidas legislativas, sobressai o direito eleitoral que foi alargado a imigrantes entre os quais cidadãos caboverdianos, que podem agora exercer, se assim o desejarem, o direito de voto nas eleições dos órgãos das autarquias locais (art. 6.º da Lei 50/96).

Outra medida de extrema importância, foi o estabelecimento da equiparação de direitos para trabalhadores imigrantes no que respeita à prestação laboral. Com efeito, a Lei 20/98, de 12 de Maio anulou o regime de restrições quantitativas à admissão de trabalhadores estrangeiros que constava do Decreto-Lei 97/77.

Outras medidas foram também implementadas de maneira a que os cidadãos cabo-verdianos possam ter acesso aos direitos de protecção social comuns:

(...) para lá da obrigação geral de vinculação de todos os trabalhadores (portugueses e estrangeiros) ao regime contributivo, regista-se igualmente uma inclusão geral de todos os residentes legais em Portugal em situações de pobreza extrema no regime do rendimento

mínimo garantido, ou seja, no benefício das prestações sociais respectivas e também nos programas de promoção nele promovidos. (Amaro *et al.*, 1999:227).

Em Junho de 1999, 1.3% das pessoas incluídas no programa do rendimento mínimo garantido eram de um país africano, o que perfazia um conjunto de 5 463 num total de 405 777 indivíduos. Desses 5 463 efectivos, 33% eram de Cabo Verde, percentagem que indicia um grau de pobreza e a exclusão social a que estão votados cidadãos caboverdianos a residir em Portugal (Baganha *et al.*, 2000). Este programa integra-se num quadro mais largo de medidas públicas para a inclusão social, que tocam de perto as minorias formadas por imigrantes em situação de pobreza e precariedade. Desse medidas destacam-se aqui o Programa Integrar, a criação em 1990 de dois comissários a norte e sul do país para implementar projectos de erradicação da pobreza; o Mercado de Emprego Social criado em 1996 afim de facilitar a integração laboral de certas franjas mais vulneráveis ao mercado de trabalho; e medidas especiais para a promoção da integração laboral de nacionais de países terceiros, das quais se coloca em relevo as políticas educacionais dirigidas especialmente para os filhos dos imigrantes a residir no país. Neste contexto, adquire relevo a criação do Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural em 1991.

7. PERCURSOS ESCOLARES IDÊNTICOS? JOVENS HINDUS DE ORIGEM INDIANA *VERSUS* JOVENS DE ORIGEM CABO-VERDIANA

7.1. Caracterização dos Grupos Entrevistados

Quadro 5 – Caracterização dos jovens hindus de origem indiana

Identificação da Entrevista	Idade	Sexo	Ensino Superior	Local de Nascimento	Tempo de Residência em Portugal	Nacionalidade	Casta (auto-identificação)
1	24	M	Sim	Moçambique, Beira	19	Portuguesa	Baixa
2	24	F	Sim	Moçambique, Maputo	17	Portuguesa	Baixa
3	24	M	Sim	Moçambique, Maputo	17	Portuguesa	Baixa
4	24	M	Sim	Moçambique	19	Portuguesa	Baixa
5	22	M	Sim	Moçambique	17	Portuguesa	Baixa
6	22	M	Sim	Moçambique, Beira	16	Portuguesa	Baixa
7	23	M	Sim	Moçambique, Maputo	21	Portuguesa	Baixa
8	22	M	Não	Moçambique, Maputo	13	Portuguesa	Baixa
9	23	M	Não	Moçambique	20	Portuguesa	Baixa
10	23	M	Não	Moçambique, Maputo	18	Portuguesa	Baixa
11	20	F	Sim	Moçambique, Beira	18	Portuguesa	Alta
12	23	M	Sim	Moçambique, Maputo	17	Portuguesa	Alta
13	26	M	Sim	Moçambique, Maputo	20	Portuguesa	Alta
14	23	M	Não	Índia – Gujarati	18	Portuguesa	Alta
15	21	M	Não	Portugal, Lisboa	21	Portuguesa	Alta

Quadro 6 – Caracterização dos jovens de origem cabo-verdiana

Identificação da Entrevista	Idade	Sexo	Ensino Superior	Local de Nascimento	Tempo de Residência em Portugal	Nacionalidade	Classe Social
1	25	F	Sim	Cabo Verde	23	Portuguesa	Baixa
2	21	M	Sim	Portugal, Lisboa	21	Portuguesa	Baixa
3	21	F	Sim	Espanha	19	Cabo-verdiana	Baixa
4	24	F	Sim	Portugal, Lisboa	24	Portuguesa	Baixa
5	29	F	Sim	Cabo Verde	18	Cabo-verdiana	Baixa
6	23	F	Sim	Portugal, Lisboa	23	Portuguesa	Baixa
7	25	F	Sim	Portugal, Lisboa	25	Portuguesa	Baixa
8	24	M	Não	Portugal, Lisboa	24	Portuguesa	Baixa
9	20	F	Não	Portugal, Lisboa	20	Portuguesa	Baixa
10	23	F	Não	Portugal, Lisboa	23	Portuguesa	Baixa
11	26	F	Sim	Portugal, Lisboa	26	Portuguesa e Cabo-verdiana	Alta
12	26	M	Sim	Portugal, Lisboa	20	Portuguesa e Cabo-verdiana	Alta
13	22	F	Sim	Cabo Verde	12	Portuguesa e Cabo-verdiana	Alta

7.2. Percurso Escolar Diferenciado

O desempenho escolar é aqui entendido como a variável dependente que, à partida, apenas dá conta de uma das premissas de base da hipótese levantada, presença ou não no ensino superior. O que se averiguou ao longo do trabalho empírico, foi que o processo de selecção para ingresso no ensino superior era desigual entre os entrevistados provenientes de bairros degradados. Os entrevistados da comunidade caboverdiana radicada

em bairros degradados têm um percurso escolar e um processo de selecção e de ingresso mais difícil que os seus pares hindus.

Os percursos escolares foram verificados através dos dados seguintes: reprovacão, escola frequentada, apoio escolar em casa, presença de colegas co-étnicos, auto-reflexão sobre o desempenho escolar.

O processo de ingresso ao ensino superior, quando tal sucede, é descrito através dos dados seguintes: universidade pública ou privada, área do curso, tempo de espera, fase de entrada, média de entrada, localização geográfica dos estabelecimentos frequentados.

a) Hindus com origem indiana com residência em bairros degradados

A análise do percurso escolar indica que este foi pouco atribulado, com apenas dois casos de reprovacão nos diversos graus escolares; com frequência nas escolas circundantes ao local de residência; com presença de jovens co-étnicos, que se vai reduzindo ao longo do percurso escolar, «*A partir do 10.º ano, eles todos deixaram de estudar, eles eram mais velhos do que eu, e também como chumbaram à matemática, tinham que repetir o ano, e para não estar, começaram a abandonar*» (n.º 6), e com o apoio escolar por parte dos pais durante os quatro primeiros anos de escolarização, «*A minha mãe ensinava-me a tabuada e a ler e escrever antes de ir para a primária*» (n.º 5).

Quanto ao processo de ingresso no ensino superior, verifica-se que dos sete entrevistados, seis ingressaram no ensino público, nos estabelecimentos da cidade de Lisboa; as áreas de especialização têm como disciplina de base a matemática, quatro estão em Gestão/Economia, dois em Engenharia e um em Matemática Aplicada; o ingresso foi imediato e efectuado para seis deles na 1.ª fase de entrada. As médias variam entre 10 e 16, sendo a média do grupo de 14.15 valores. Relembra-se aqui que a média nacional na específica de matemática é de 7 valores, sendo das mais baixas dos países da OCDE⁷⁸.

b) Jovens de origem cabo-verdiana vivendo em bairros degradados

Verifica-se, igualmente para este conjunto, que o percurso escolar até ao 12.º ano é pouco atribulado. Registam-se duas reprovacões na escola primária e uma reprovacão no 9.º ano; frequência até ao 9.º ano, em cinco

78. Ver artigo, «Condenados a ser os últimos? Em 2015 Portugal vai continuar a ter os mais baixos níveis de escolaridade, segundo a OCDE», in Público, 11/12/1997.

casos sobre sete, das escolas públicas do bairro onde moravam, as restantes escolas situadas em Lisboa, a saber o colégio Opus Dei e as escolas do ensino básico do Restelo. A presença dos colegas co-étnicos faz-se sentir, sobretudo, nos primeiros anos de escolaridade. O panorama altera-se ligeiramente no ensino secundário quanto à frequência das escolas do bairro, assim, quatro continuam a frequentar as escolas de bairro, e três passam a frequentar as escolas centrais de Lisboa. O desempenho escolar é considerado, na generalidade, bom, como se constata por exemplo nas palavras seguintes: «*Chamaram-me ao SASE a dizer que de todos os alunos que lá estavam, quem tinha tido melhores notas era eu, então atribuíram-me a bolsa que era de doze mil escudos*» (n.º 6). Já o apoio escolar em casa é, para a quase totalidade dos casos, inexistente.

O ingresso no ensino superior revela diferenças quando comparado com o ingresso dos jovens hindus com mesmo *background* sócio-económico. Em sete casos, cinco entraram no ensino superior privado, em estabelecimentos da cidade de Lisboa; o tempo de espera é mais prolongado, com efeito, cinco deles esperam um ano, entre a conclusão do 12.º ano e o ingresso, com duas tentativas frustradas de entrada no ensino superior público; a área que predomina são as Humanísticas, cinco em sete, os dois restantes em cursos de Gestão. A média de entrada varia entre 13.5 e 18 valores, sendo a média do grupo inquirido de 15.07 valores. Salienta-se ainda que apesar de possuírem uma média de grupo relativamente elevada, essa mesma média não surtiu o efeito desejado, pelo facto de que na área de Humanidades as médias de entrada nos cursos desejados eram sempre mais elevados do que as médias detidas pelos entrevistados.

c) Hindus, residentes em bairros degradados, e abandono escolar

O percurso escolar é, ao contrário daquilo que é suposto acontecer, constante e pouco atribulado até à entrada no ensino secundário. As escolas frequentadas nos três primeiros níveis de escolaridade, são as escolas que circundam o bairro de residência, também elas frequentadas pelos co-étnicos que ingressaram no ensino superior. As reprovações não se fazem sentir no 1.º ciclo e no 3.º ciclo, mas sim no 2.º ciclo com duas reprovações, no 5.º ano e no 6.º ano. Regista-se também a presença de colegas indianos, presença que vai diminuindo ao longo do percurso escolar, devido às desistências e aos abandonos. O apoio escolar em casa não é referido, com a excepção de um caso. O abandono escolar acontece no 9.º ano, 10.º ano e 11.º ano, depois de se reprovarem no respectivo ano de abandono.

d) Jovens de origem cabo-verdiana com residência em bairros degradados e abandono escolar

Até ao 3.º ciclo, momento do abandono escolar, o percurso é efectuado sem grandes percalços, nas escolas do bairro, com apenas uma reprovação na 1.ª classe. As escolas eram frequentadas igualmente por jovens dos bairros degradados circundantes, inclusive jovens com mesma origem étnica e sócio-económico no ensino superior.

O abandono foi efectuado em dois casos a meio do ano lectivo no 9.º ano, e outro no 8.º ano, depois de o repetir duas vezes. Nenhum deles teve apoio escolar em casa.

e) hindus com origem indiana de castas altas no ensino superior

O percurso escolar destes jovens pauta-se pelo bom desempenho, medida pela ausência de reprovação e pela auto-apreciação do percurso escolar. Em dois casos, houve frequência de colégios e externatos privados desde o 3.º ciclo até à conclusão do 12.º ano. O apoio escolar em casa esteve presente ao longo dos três primeiros ciclos de ensino. A presença de colegas indianos era reduzida.

O processo de entrada no ensino superior é feito em estabelecimentos de ensino público da cidade de Lisboa em dois casos. O tempo de espera é inexistente, isto é, a entrada é feita de imediato. Quanto aos cursos temos dois elementos na área de Gestão/Economia e um na área de História. A média de entrada varia entre os 12.8 e os 16 valores, sendo a média do grupo de 14.6 valores.

f) Jovens de origem cabo-verdiana classe média no ensino superior

O percurso deste grupo é menos linear do que o grupo hindu de casta alta. Durante os três primeiros ciclos, a reprovação ocorre apenas num caso. Frequentou-se a escola pública perto do local de habitação e o ensino privado. O apoio escolar por parte dos pais é constante. Todos eles dizem ter bom desempenho escolar. Todavia, o percurso nos estabelecimentos públicos do ensino secundário averiguou-se mais complicado, nomeadamente na aprovação das disciplinas de matemática e físico-química. Dificuldade que leva a uma mudança de área e a perda de um ano, depois do 12.º ano, para obter aprovação nas disciplinas em atraso.

O processo de entrada no ensino superior não se distingue muito do processo obtido pelos jovens hindus. Assim, temos dois jovens no ensino su-

perior público e um no ensino superior privado. A entrada é também ela imediata. Já as áreas são diversificadas e, em dois casos, vão de encontro aos cursos dos pais: sociologia, gestão e medicina. A média de entrada varia entre o 14 e o 18, sendo a média do grupo de 15.6 valores. As universidades já se situam fora de Lisboa, nomeadamente Coimbra. Mas apesar das semelhanças, falta aqui salvaguardar um facto novo, a entrada no ensino superior sob contingência, isto é, através de uma vaga para o curso de Medicina disponibilizado pela Embaixada Cabo-verdiana.

g) Hindus de casta alta com abandono escolar

Resta, por fim, este grupo que não tem o seu semelhante entre os jovens de origem cabo-verdiana como já se referiu. O percurso escolar é feito sem problemas até ao ensino secundário, quando se dá a quebra e o abandono. O ensino é efectuado em estabelecimentos privados com algum prestígio, e com presença de co-étnicos, filhos de amigos dos pais e primos. Também não se registam reprovações até ao 12.º ano. O abandono acontece no 12.º ano devido, por um lado, à dificuldade com a disciplina de matemática, e por outro, por não se ter média suficiente para ingresso no ensino superior, significando, com isto, que a meta seguinte era a continuação do percurso escolar.

Desta análise depreendem-se várias pistas de trabalho. Primeiro, o abandono escolar não é acompanhado forçosamente de um percurso atribulado e pouco consistente, como alertam sociólogas francesas Marie Duvu-Bellat e Agnès Van Zanten (1999) e Françoise Lorcerie (1999). O que se constata é que o abandono escolar entre os jovens provenientes de bairros degradados se dá no ensino secundário no caso dos hindus e no final do 3.º ciclo incompleto, no caso dos jovens de origem cabo-verdiana. Parece-nos que esta realidade poderá significar motivos de abandono diferenciados e, talvez, processos adaptativos diversos.

Outro ponto não menos importante é de que se verificou, em quase todos os grupos, a frequência nas escolas localizadas perto dos bairros de residência. Este facto levanta a questão de se saber até que ponto a frequência de escolas situadas perto de bairros degradados é factor, por si só, de desvantagem. Outros factos medeiam certamente os efeitos da frequência de escolas localizadas em áreas desprivilegiadas, como alertam os estudos de David Gilborn (1990), Isabel Paes (1993), Min Zhou e Alejandro Portes (1993), Min Zhou (1997); Yael Brinbaum (1999) e Alejandro Portes e Dag MacLeod (1999). Procura-se-á, por conseguinte, analisar os efeitos de bairro sobre o processo adaptativo dos entrevistados. Convém contudo notar que frequentar colégios e externatos privados, como no caso dos hin-

de casta alta que sofreram abandono escolar, não significa ingresso no ensino superior como um *fait accompli*.

O género encontra-se presente em toda a estruturação das diferenças entre hindus e originários de Cabo Verde, com efeito, entre os jovens hindus no ensino superior dominam os elementos masculinos, inversamente ao que acontece com os jovens caboverdianos onde dominam os elementos femininos. Este facto indicia, mais uma vez, processos adaptativos diferenciados, que, por sua vez, condicionam o percurso escolar entre esta segunda geração.

Os dados relativos ao apoio escolar auferido em casa também apontam no sentido de estilos e normas educativos diferenciados no seio familiar de acordo com a origem social (Seabra, 1997), que procurarei descrever numa parte posterior do trabalho.

Por fim, os resultados encontrados entre os jovens provenientes de bairros degradados no ensino superior obrigam a repensar e a problematizar de novo a questão de partida. Para além de procurar discernir factores explicativos do ingressar no ensino superior, tenho ainda de procurar averiguar, se possível, que factores determinam desempenhos escolares tão distintos.

7.3. Exposição à Sociedade de Acolhimento

De entre as determinantes da adaptação da segunda geração à sociedade de acolhimento, registam-se factores de nível individual, especificados nos modelos da assimilação clássica⁷⁹ e que integram, de uma forma permeada e em interacção com factores de ordem estrutural, o modelo da assimilação segmentada (Zhou, 1997; Van Ours e Veenman, 2000; Husted e Smith, 2000). Entre os factores de nível individual, destacam-se o local de nascimento, a idade à chegada, o tempo de residência no país de acolhimento, as aspirações e a fluência na língua nativa. O que o modelo clássico

79. Barry Chiswick (1979, 1990, 1991 e 1992) constatou, por exemplo, que, para homens imigrantes brancos e seus filhos masculinos, a integração, medida através de indicadores de salários/rendimentos e mobilidade ocupacional, disponíveis nos Censos da População Americana de 1970, se processava em forma de U, isto é, a posição económica de desvantagem em que se encontravam inicialmente os imigrantes é ultrapassada, com o tempo de residência, chegando mesmo a superar os rendimentos económicos dos nativos. Quando se debruça sobre os filhos dos imigrantes, os seus resultados permitem-lhe concluir que estes têm salários superiores (até 5%) do que os pares com pais nativos e com mesmo nível escolar.

sugere é que «[...] desempenho educativo, forte aspiração e motivação, habilidade no Inglês, nascimento no país de acolhimento dos pais ou chegada numa tenra idade, tempo de residência prolongado nos Estados Unidos, cor de pele mais leve, estatuto de classe familiar elevado, e residência fora dos enclaves étnicos deveriam contribuir para uma adaptação de sucesso» (Zhou, 1997: 984). O entrecruzar destas variáveis só é possível numa análise extensiva, que permitiria determinar até que ponto cada característica influencia o grau do sucesso no processo adaptativo. Apesar dessa limitação metodológica, pareceu-me interessante examinar, num primeiro momento, os factores de exposição à sociedade de acolhimento entre os entrevistados, procurando com isso ver se é possível constatar diferenças entre os dois grupos étnicos em confronto. Assim, os factores são aqueles passíveis de apreender ao longo de uma entrevista semi-directiva: local de nascimento, idade à chegada, tempo de residência, nacionalidade e aspirações/opinião a propósito da sociedade portuguesa. Medir a fluência na língua dominante só era possível através de uma escala de medição apropriada e testes linguísticos, situação que colocámos de parte, já que, e perante o facto da socialização ter sido efectuada maioritariamente em Portugal, a assimilação linguística, mais ou menos tardia de acordo com a condição social, não ser um quesito significativo entre a segunda geração (Portes e Schaufli, 1996).

a) Hindus de origem indiana

O tempo médio de residência em Portugal é de 18 anos, sendo que 13 sobre 15 nasceram em Moçambique. Todos eles são detentores da nacionalidade portuguesa, situação que decorre, não de um processo normal de aquisição da nacionalidade, mas do estatuto especial que usufruíram juridicamente os seus pais (Malheiros, 1996)⁸⁰.

Quanto à imagem que construíram à volta da sociedade portuguesa, é possível verificar a unanimidade de opiniões que atravessa as castas e o percurso escolar. Com efeito, todos eles têm um discurso coerente à volta de uma representação muito positiva da sociedade portuguesa.

«Os portugueses também são espectaculares, tratam muito bem as pessoas» (n.º 3); «As pessoas são acolhedoras e as oportunidades mesmo» (n.º 13); «Há muito emprego aí» (n.º 14); «Eu não conseguia sair desta sociedade, não porque não posso, mas porque não quero mesmo. Porque eu sinto-me optimamente nela» (n.º 15).

80. Ver igualmente o capítulo relativo à descrição da comunidade indiana/hindu radicada em Portugal.

O discurso de um deles é bastante elucidativo, demonstrando alguma relutância à vinda de mais imigrantes para Portugal, com uma judiciosa apropriação da cidadania portuguesa⁸¹:

«É receptiva demais. É concorrência para nós, acho que o país não está preparado para receber tantos imigrantes» (n.º 3).

As aspirações profissionais, que passam pelo permanecer em Portugal, patenteiam a representação positivo do país e indicam, por um lado, uma boa integração simultaneamente na comunidade de origem e na sociedade portuguesa, e, por outro, redes de apoio e de acesso a oportunidades no mercado de trabalho.

«Trabalhar, trabalhar, quero fazer a minha vida em Portugal» (n.º 2); «Mas também já surgiram outras ideias de eu criar a minha própria empresa» (n.º 12); «Eu estou confiante» (n.º 11); «Vamos lá ver se conseguimos implementar mais progresso [na empresa familiar]» (n.º 15).

Os hindus de casta baixa que abandonaram o sistema de ensino não pretendem retomar os estudos, mas sim continuar na área onde se encontram inseridos. Isto poderá indicar duas situações, ou a satisfação com a inserção profissional, e/ou a pouca utilidade que os estudos têm como meio de ascensão social, o que poderá sugerir, por sua vez, uma adaptação não problemática no meio e uma base sócio-económico familiar de relativa privação ou ainda uma forte integração na comunidade de origem. Como refere Portes (1997) um dos pontos de referência no estudo da segunda geração é precisamente o conceito de privação relativa. A segunda geração, como cidadãos e plenos participantes da sociedade que os viu nascer e/ou crescer, irá avaliar-se pelos *standards* e serão avaliados por esses mesmos valores da sociedade onde vivem, o que também pode não acontecer se houver um enorme fechamento do grupo.

b) Jovens de origem cabo-verdiana

A maior parte dos entrevistados (8 em 13) nasceram em Portugal, os restantes nasceram ou em Cabo Verde ou, num caso, na Espanha. O tempo de

81. Este pequeno facto demonstra o quanto o conceito de cidadania, entendido aqui como uma propriedade de pertença a um espaço geográfico e social, necessita de reformulações constantes, que estes grupos provenientes da imigração suscitam: «Por exemplo, quando um filho de estrangeiro recusa a identidade de imigrante reivindica a de Francês de origem estrangeira, ou «Beur», ou cidadão francês muito simplesmente, coloca em causa, não somente a definição da sua própria identidade mas também a da identidade francesa e a noção de cidadania.» (Taboada-Leonetti, 1990:55).

residência é mais elevado neste grupo, cerca de 21 anos. A situação jurídica destes entrevistados reflecte processos de integração diferenciados; assim, 8 detêm nacionalidade portuguesa, 2 a nacionalidade cabo-verdiana e 3 a dupla nacionalidade, portuguesa e cabo-verdiana. Estes elementos são provenientes da classe média cabo-verdiana radicada em Portugal⁸².

A avaliação que têm da sociedade portuguesa difere de acordo com a origem social e o grau de escolaridade. Os que se encontram no ensino superior têm uma visão mais crítica da sociedade portuguesa, ao contrário dos jovens que abandonaram, que têm, surpreendentemente, o discurso oposto. Tal situação reflecte o sentimento de bem estar no meio em que vivem:

*«Portugal é o meu país, é super acolhedor, 95% são boas pessoas» (n.º 8); «[...] gosto deste país, das condições deste país» (n.º 9); «Interessa até defendo que Portugal é, é um país fixe, vá de férias cá dentro, Portugal tem coisas interessantes, eu gosto de viver porque **a Cova da Moura está em Portugal**» (n.º 10).*

A percepção da sociedade portuguesa é mais inflectida de pessimismo nos jovens de bairros no ensino superior do que nos jovens da classe média. Temos entre estes dois subgrupos, dois tipos de discurso, um discurso mais inflamado e acusador,

«A sociedade portuguesa tem uma mania, que é quando acontece alguma coisa, a culpa é logo dos pretos» (n.º 1); «Eu sempre quis ir para um país africano, cá somos negros e isso prejudica (...) e também precisam mais de jovens que estão cá a estudar do que Portugal precisa de nós. Eu sei que não precisam de mim (...) primeiro porque há a questão da raça e de sexo para já» (n.º 3);

e um discurso mais discreto, que evita posições de inferioridade perante a sociedade que acolhe:

«Está a frieza das pessoas, o ser à parte, nós, há o espírito» (n.º 12); «É um bocado complicado, porque não sei até que ponto tem que facilitar [integração dos imigrantes na sociedade portuguesa]» (n.º 13).

As aspirações profissionais são conforme a área de especialização no ensino superior, entre os que estudam, e passam pelo retomar dos estudos

82. Como foi possível ver no capítulo relativo à descrição da comunidade cabo-verdiana, são os detentores de dupla nacionalidade os que possuem as melhores condições contratuais (Amaro *et al.*, 1999).

entre os que abandonaram. Facto interessante é o desejo expresso por alguns de partir ou para Cabo Verde ou para um país da União Europeia, a fim de desenvolver a actividade profissional, reflectindo um certo grau de mobilidade entre a população cabo-verdiana⁸³ e a percepção que se tem do país e das oportunidades existentes na comunidade étnica.

Para além desta realidade, há a vontade por aqueles provenientes de bairros degradados, de tentar singrar no mercado de trabalho através das associações de bairro e/ou imigrantes. Situação que poderá exprimir, numa primeira abordagem, ou uma maior integração num dos segmentos da comunidade caboverdiana, mas que não é mais do que uma das poucas oportunidades ao alcance destes jovens de iniciar a vida profissional, ou um conhecimento de como se pode usar a etnicidade como recurso sócio-político.

Da análise dos factores de exposição à sociedade de acolhimento, constata-se, ao contrário do estabelecido na teoria da assimilação clássica, que uma maior exposição à sociedade de acolhimento não significa necessariamente maiores aspirações⁸⁴. Outros factores, a meu ver, parecem estar subjacentes às diferentes opiniões registadas acerca da sociedade portuguesa, nomeadamente, a estrutura de oportunidades existente na comunidade imigrante e o grau de coesão dentro de cada grupo social. Outro facto interessante é o bem estar sentido e expresso pelos elementos que abandonaram o sistema de ensino prematuramente a viver em bairros degradados, em ambos os grupos étnicos. Tal facto remete, se aceitarmos as afirmações dos entrevistados, para uma integração processada, à semelhança daquilo defendido na teoria da assimilação segmentada, num determinado segmento da comunidade imigrante.

7.4. Capital Humano e Social no Seio Familiar

As condições sócio-económicas existentes no seio familiar condicionam, de forma directa e imediata, o processo adaptativo da segunda geração na sociedade receptora (Zhou, 1997: 988).

83. Ver Amaro *et al.*, 1999.

84. «Estudos recentes revelaram um padrão oposto: quanto maior o tempo de residência nos Estados Unidos maiores os problemas de adaptação, sejam eles medidos em termos de desempenho escolar, aspirações, ou comportamentos e independentemente do grupo imigrante. (...) esta situação significa que mesmo se a geração paterna é capaz de trabalhar muito a fim de conseguir maiores estatutos e rendimentos, o acesso dos seus filhos a esses ganhos pode estar seriamente comprometido pela aculturação». (Zhou, 1997: 978).

Os recursos disponíveis no seio familiar explicam as diferenças entre os que perduram no sistema de ensino e os que abandonam, mas poderão explicar, como reflexo da estrutura interna da comunidade a que se pertence, as diferenças de desempenho escolar entre as duas comunidades imigrantes. O capital humano é operacionalizado pela variável, «aspectos materiais», o capital social através dos «aspectos sócio-demográficos» e «aspectos culturais».

Os aspectos materiais são captados através das habilitações literárias do pai e da mãe, a profissão do pai e da mãe, e os rendimentos mensais.

Os aspectos sócio-demográficos são, portanto, os aspectos dos membros do núcleo familiar, isto é, a presença dos pais biológicos, o número de filhos, a ordem de nascimento dos filhos, a inserção profissional e/ou escolar dos irmãos do entrevistado.

Os aspectos culturais são o envolvimento e as aspirações educacionais nutridas pelos pais na educação dos filhos.

a) Capital Humano

Começando pelas habilitações literárias, constatam-se situações contraditórias, que remetem, em especial na Comunidade Hindu, para as características internas do grupo imigrante.

No caso hindu, as castas altas não se distinguem pelo nível educacional, mas sim pela transmissão da condição e pela situação profissional.

O nível educacional não pode, entre as castas baixas, explicar o prosseguimento dos estudos nuns e o abandono escolar noutros. Com efeito, o nível educacional em média é similar nos dois subgrupos com patamares na 4.^a classe, no 6.^o ano e no 9.^o ano. A diferença que encontramos é que as mães têm, no geral, qualificações mais elevadas que os pais.

Quanto às castas altas, encontramos uma situação que contradiz os pressupostos comuns, as habilitações literárias são mais elevadas entre os pais dos que abandonaram.

Quadro 7 – Nível educacional dos pais hindus por casta e percurso escolar do entrevistado

	Casta Baixa					Casta Alta				
	Ensino Superior			Abandono Escolar		Ensino Superior		Abandono Escolar		
	4. ^a classe	6. ^o ano	9. ^o ano	4. ^a classe	6. ^o ano	4. ^a classe	Ensino superior	6. ^o ano	12. ^o ano	Ensino superior
Pai	5	2	0	3	0	2	1	1	1	0
Mãe	4	2	1	1	2	3	0	0	1	1

A situação dos pais cabo-verdianos pelo contrário vai de encontro aos pressupostos de partida, assim, as poucas habilitações literárias entre os pais das classes baixas parecem condicionar o percurso escolar dos filhos. Com efeito, no caso dos jovens que abandonaram, as mães eram todas analfabetas. Quanto aos pais, o nível educacional é também ele pautado por níveis elementares. Os que ingressaram no ensino superior, e apesar de se averiguar dois casos de analfabetismo entre as mães, os níveis escolares são, em média, mais elevados.

A situação educacional dos pais de classe média não é surpreendente. Com efeito, registam-se graus elevados, ensino superior ou 12.^o ano com frequência do ensino superior.

Quadro 8 – Nível educacional dos pais cabo-verdianos por classe social e percurso escolar do entrevistado

	Classe Baixa					Classe Média/ /Média Alta					
	Ensino Superior					Abandono Escolar			Ensino Superior		Abandono Escolar
	Analfabetismo	1. ^a classe	4. ^a classe	10. ^o ano	12. ^o ano	Analfabetismo	4. ^a classe	6. ^o ano	12. ^o ano	Ensino superior	
Pai	0	0	5	0	1	1	1	1	0	3	0
Mãe	2	1	3	1	0	3	0	0	1	2	0

Quando comparamos as habilitações literárias entre hindus e cabo-verdianos, deparamo-nos com uma situação que vai, a meu ver, de encontro com as diferenças culturais e sociais que constituem os dois grupos. Os níveis educacionais nos grupos provenientes de bairros degradados (classe e casta baixa) são mais elevados entre os hindus, por não se registarem casos de analfabetismo. Entre a população com uma situação sócio-económica desafogada, os caboverdianos têm um nível educacional mais elevado de acordo com o padrão educacional da classe média⁸⁵, ao passo que os hindus das castas altas não detêm na generalidade níveis educacionais elevados.

Conclui-se que as habilitações literárias constituem factor de diferenciação nos percursos educativos da segunda geração nos caboverdianos, mas que nos hindus não possuem esse determinismo.

A situação profissional apresenta também ela situações distintas entre um grupo e outro.

Antes de tudo as mulheres da comunidade hindu não se inserem no mercado de trabalho, desempenhando actividades no espaço familiar. Assim, não temos um único caso em que a mãe é empregada de outrem:

«As mulheres indianas não trabalham, isto é, não trabalham para os outros, porque a minha mãe está na loja todos os dias com o meu pai» (n.º 1); «Todos trabalham para o negócio excepto as mulheres. Têm as suas funções» (n.º 15).

85. Ver a este propósito Mónica, 1981.

A presença da mãe no seio familiar é, por conseguinte, uma constante entre as famílias hindus e transversal às castas.

A inserção do pai vai na continuidade da actividade desempenhada em Moçambique e de acordo com o estatuto de casta. Os homens pertencentes às castas baixas inserem-se em dois tipos de actividade, a construção civil e o pequeno comércio. Os que são operários da construção civil trabalham para sub-empregados indianos. Os que detêm uma actividade comercial, são pequenos comerciantes, proprietários de lojas de venda à retalho ou na restauração. Nas castas altas, a inserção profissional foi feita no ramo detido em Moçambique mas com uma clara ascensão social provocado pelo processo migratório. Temos os que representam os grandes comerciantes da Comunidade Hindu, que se dedicam à venda à retalho em larga escala de produtos de diversa ordem, desde artigos de publicidade a artigos de papelaria... com uma excepção, o caso de um hindu que desempenha funções nas profissões liberais, como engenheiro por conta própria.

Quadro 9 – Emprego detido pelo pai dos entrevistados hindus

Casta Baixa		Casta Alta	
Ensino Superior	Abandono Escolar	Ensino Superior	Abandono Escolar
<ul style="list-style-type: none"> - operários da construção civil para sub-empregados indianos; - pequenos comerciantes, donos de lojas de venda a retalho, hotelaria. 	<ul style="list-style-type: none"> - operários da construção civil, para sub-empregados indianos; - pequeno comerciante área da restauração; - empregado de loja num comércio indiano. 	<ul style="list-style-type: none"> - engenheiro por conta própria; - grande comerciante, artigos de papelaria, lojas de revenda; - pequeno comerciante, venda a retalho. 	<ul style="list-style-type: none"> - proprietários de armazéns de revenda, <i>cash & carry</i>, lojas de venda a retalho.

A inserção profissional dos pais cabo-verdianos vai de encontro aos dados já conhecidos nesta matéria. Nas classes mais desfavorecidas, a inserção profissional da mulher é na área dos serviços de limpeza, ou como empregadas domésticas, ou como empregadas de limpeza de empresas especializadas no ramo da limpeza industrial e dos serviços. Entre os homens, a inserção profissional é maioritariamente na construção civil e profissões manuais especializadas. Sobressai uma excepção: supervisor-chefe nos CTT. Mas mais do que esta inserção profissional tradicional, o

que realmente é de destacar é o facto de que a inserção profissional dos pais dos filhos no ensino superior ser mais estável do que no caso dos pais dos entrevistados com abandono escolar. No primeiro caso, temos o desenvolvimento da actividade por conta própria, subempreiteiros da construção civil, no segundo caso, operários não qualificados da construção civil.

A inserção profissional, por fim, dos pais da classe média vai de encontro às habilitações educacionais possuídas. As profissões das mães estão ligadas ao sector terciário, como técnicas especializadas. As profissões dos pais são profissões liberais ou actividades ligadas à representação consular.

Quadro 10 – Actividade profissional detida pela mãe, de acordo com o percurso escolar do entrevistado de origem cabo-verdiana

Classe Baixa		Classe Média/Média Alta
Ensino Superior	Abandono Escolar	Ensino Superior
<ul style="list-style-type: none"> - Empregadas domésticas (5); - domésticas (1); - reformada (1). 	<ul style="list-style-type: none"> - Empregadas domésticas (1); - reformadas (2). 	<ul style="list-style-type: none"> - secretária na Embaixada de Cabo Verde em Portugal; - empregada de banco; - técnica de análises clínicas, proprietária de uma óptica.

Quadro 11 – Actividade profissional detida pelo pai, de acordo com o percurso escolar do entrevistado de origem cabo-verdiana

Classe Baixa		Classe Média/Média Alta
Ensino Superior	Abandono Escolar	Ensino Superior
<ul style="list-style-type: none"> - subempreiteiros da construção civil (4); - electricista da Carris e proprietário de café/restaurante; - metalúrgico. 	<ul style="list-style-type: none"> - operários da construção civil não qualificados; - supervisor-chefe CTT. 	<ul style="list-style-type: none"> - empregado de banco, embaixador de Cabo Verde em Portugal; - médico oftalmologista; - Cônsul na embaixada de Cabo Verde em Dakar, Senegal.

Os rendimentos mensais dão conta de diferenças existentes entre as duas situações escolares nas classes mais desfavorecidas.

O rendimento mensal médio entre os hindus de casta baixa é mais elevado nos núcleos familiares com presença de filhos no ensino superior do que nos núcleos onde sobressai o abandono escolar. Ainda assim, os rendimentos mensais no primeiro caso são provenientes do salário ou ganhos do pai, enquanto que no segundo caso, os rendimentos têm várias fontes, entre as quais a participação salarial dos filhos.

Como é de esperar, os rendimentos nas castas altas são elevados e, pressupõe-se, à falta de dados concretos, que sejam semelhantes nos dois subgrupos.

Quadro 12 – Rendimentos mensais dos núcleos familiares hindus de acordo com o percurso escolar do entrevistado

Casta Baixa		Casta Alta	
Ensino Superior	Abandono Escolar	Ensino Superior	Abandono Escolar
– 150 < 800 contos; – média dos agregados: 271 contos.	– 100 < 150 contos.	– ganhos elevados.	– ganhos elevados.

Situação semelhante verifica-se entre os cabo-verdianos a viver em bairros degradados. Os rendimentos mensais médios são muito mais elevados nos núcleos com filhos no ensino superior do que nos núcleos onde vivem os entrevistados que abandonaram o sistema de ensino. Essa diferença de rendimentos reflecte a inserção profissional de um grupo e de outro. Os ganhos dos pais de classe média/média alta são elevados e concomitantes com a profissão desempenhada. Ressalva-se que os rendimentos são provenientes de salários ou ganhos do pai e da mãe nos diversos subgrupos considerados.

Quadro 13 – Rendimentos mensais dos núcleos familiares cabo-verdianos de acordo com o percurso escolar do entrevistado

Classe Baixa		Classe Média/Média Alta
Ensino Superior	Abandono Escolar	Ensino Superior
<ul style="list-style-type: none"> - mãe 70 < 80 contos; - pai 150 < 500 contos; - média dos núcleos: 280 contos. 	<ul style="list-style-type: none"> - mãe 40 contos (pensões); - pai 40 < 300 contos; - média dos núcleos: 90 contos. 	<ul style="list-style-type: none"> - ganhos elevados.

Quando comparamos os hindus e os cabo-verdianos, notam-se diferenças nos rendimentos dos núcleos familiares em situação desfavorecida. No caso dos filhos com abandono escolar, os rendimentos são mais elevados nos núcleos familiares hindus. Nos restantes subgrupos, as situações assemelham-se.

b) Capital Social

De acordo com a hipótese difusamente usada do Capital Social, as diferenças de grupo ao nível da adaptação na sociedade devem-se sobretudo à estrutura familiar, aspirações e redes parentais (Coleman, 1990, cit. in Zhou e Bankston III, 1996). Esta última dimensão será analisada juntamente com o capital social constituído pela comunidade. Nesta parte inicial, veremos como se estruturam as famílias e as aspirações detidas pelos pais quanto à educação dos seus filhos.

A presença de pais biológicos no núcleo familiar, que se pode traduzir numa forma de capital social pelos efeitos de controlo reforçado dos filhos, tem sido apontado com um dos factores de sucesso escolar da segunda geração⁸⁶. A este propósito, o que encontramos nos dois grupos imigrantes é uma presença maioritária de núcleos com ambos os pais biológicos tanto nos extractos sociais baixos como nos extractos sociais altos. Contudo, a presença de pais biológicos é mais elevada nos hindus (14 em 15 casos) do que nos cabo-verdianos (9 em 13 casos), devido ao facto de que os divórcios e uniões de facto não serem hábito na comunidade hindu pelo repúdio instituído por essas formas de relacionamento.

86. «Noutra parte da literatura do capital social, McLanahan e Saudefur (1994), Parcel e Menaghan (1994) e Hao (1994) demonstraram a importância das famílias com a presença de ambos os pais para o perfil académico e psicológico das crianças.» (Portes e MacLeod, 1999: 376).

Relativamente ao número de filhos e à ordem cronológica dos nascimentos, constata-se diferenças entre os extractos sociais baixos e extractos sociais médios. Assim, nos hindus, o número médio de filhos é mais elevado nas castas baixas (4) do que nas castas altas (2.2). Mas aqui, não se vêem diferenças entre os que abandonaram e os que prosseguiram os estudos. Nos caboverdianos, pelo contrário, o número de filhos distingue, primeiro, as classes baixas (5) das classes altas (2), e, por outro, os núcleos com filhos no ensino superior (4.5) e dos núcleos com abandono escolar (7). A ordem de nascimento apresenta interesse porque, entre os jovens de casta baixa no ensino superior, estes últimos ou estão num nível intermédio ou são os mais jovens. Regista aqui outro facto peculiar, os casos simultâneos de núcleos com filhos no ensino superior e filhos que abandonam o sistema educativo antes de concluir o 12.º ano. Isto indica que o ingresso no ensino superior foi um processo exclusivo no seio familiar. Outra facto interessante, que já foi referido, é a diferença de género existente entre os dois grupos imigrantes. Temos mesmo uma inversão da situação nos dois grupos, perfazendo um efeito espelhado invertido dos processos diferenciados na adaptação dos jovens hindus e nos jovens de origem cabo-verdiana.

Quadro 14 – Aspectos sócio-demográficos dos núcleos hindus de acordo com a casta e o percurso escolar do entrevistado

		Casta Baixa		Casta Alta	
		Ensino Superior	Abandono Escolar	Ensino Superior	Abandono Escolar
Presença Pais Biológicos		7	3	2	2
Outros Familiares		3	0	0	0
Número Médio de Filhos por Núcleo		4	4	2	2.5
Sexo do Entrevistado	M	6	2	2	2
	F	1	1	1	0
Irmãos no Ensino Superior		3	0	0	0
Irmãos que Abandonaram Sistema de Ensino		6	3	1	1

Quadro 15 – Aspectos sócio-demográficos dos núcleos familiares cabo-verdianos de acordo com a classe social e o percurso escolar do entrevistado

		Classe Baixa		Classe Média/ /Média Alta
		Ensino Superior	Abandono Escolar	Ensino Superior
Presença Pais Naturais		5	2	2
Outros Familiares		0	0	0
Número Médio de Filhos por Núcleo		4.5	7	2
Sexo do Entrevistado	M	1	1	1
	F	6	2	2
Irmãos no Ensino Superior		7	0	3
Irmãos que Abandonaram Sistema de Ensino		7	3	0

A hipótese geral relativamente às aspirações e ao envolvimento dos pais no percurso escolar dos filhos diz que quanto mais altas as aspirações e o envolvimento na educação por parte dos pais, mais alto e mais longo será o percurso escolar dos filhos (Zhou, 1997; Brinbaum, 1999; Portes e MacLeod, 1999).

De acordo com os dados apreendidos na análise do discurso dos entrevistados, as aspirações detidas pelos pais parecem ir no sentido apontado pela hipótese levantada, nas classes/castas baixas em ambos os grupos imigrantes. Com efeito, os que prosseguiram os estudos, dizem que os pais possuíam fortes aspirações educacionais; no caso hindu:

«Ele vê o curso superior como um instrumento de trabalho que dá condições de trabalho melhores que as que ele me podia dar se eu

tivesse na loja ou na construção civil ou em Londres» (n.º 1); «acho que os meus pais consideram os estudos fundamentais» (n.º 5); no caso caboverdiano, «Investiam nos resultados. Massacravam-me» (n.º 1); «Acho que atribuem importância. Uma pessoa quanto mais longe chegar tem mais possibilidades, mais oportunidades e eles encaram isso dessa forma» (n.º 3).

Os que abandonaram afirmam precisamente o contrário, entre os jovens hindus, o discurso que melhor sintetiza o envolvimento dos pais é o seguinte:

«Controlavam-me bastante, só que o problema se calhar foi também dos meus pais, não me controlavam o bastante» (n.º 9); «A minha mãe, o meu pai nunca controlou (...). a minha mãe é que controlava um bocado as notas... na passagem do ano» (n.º 10).

Num dos casos a educação diferenciada de género ditou a sentença:

«Foi por causa dos meus tios, mandavam aquelas bocas «por que é que ela vai estudar, se daqui uns anos, vai para a cozinha» (n.º 8).

Entre os filhos de imigrantes cabo-verdianos, é possível reter que o discurso é mais reivindicativo e sobretudo mais acusador, imputando o insucesso escolar à desresponsabilização e desinteresse dos pais:

«O meu pai só dizia 'estão na escola, trabalho todo o dia para comprar os livros, depois vocês é que sabem se querem estudar, estudem, vocês é que sabem o que querem fazer' (...). eu já sei ler e escrever pronto já sou melhor do que ele» (n.º 10); «Os meus pais nunca me deram nada, não havia necessidade de comprar livros, se fosse por eles a gente nem ia à escola» (n.º 9); «Sinceramente, estudei, o meu pai nunca foi a uma reunião da escola. Sabes o que é uma pessoa estudar, para quê que eu ia estudar, o meu pai nem sequer sabia se era boa, se era má» (n.º 10).

Contudo, as diferenças apagam-se quando atendemos ao envolvimento dos pais na educação dos filhos, com efeito, quase todos, com excepção de um ou dois casos, constataam que os pais não agiam activamente na educação, delegando responsabilidades para os próprios filhos. Assim, temos afirmações do género, entre os jovens hindus:

«Dizíamos aos nossos pais, mas não no sentido de pedir opinião, a gente fazia o que bem entendesse» (n.º 2); «Nada, lá em casa, quem

decide o que eu devo fazer nos estudos sou eu. Eles também não percebem muito disso» (n.º 4).

Estudos demonstraram que a significância atribuída ao capital social, e em particular o envolvimento dos pais na educação, tem sido exagerada (Portes e Macleod, 1999).

Quanto à situação encontrada entre as classes mais elevadas, verifica-se, por um lado, que entre os cabo-verdianos, as aspirações não são expressas com clareza, o que induz que o sucesso escolar entre os seus pares é um *fait accompli*; por outro, que as aspirações entre os hindus são mediadas pela necessidade intergeracional do negócio familiar e pelo género:

«(...) quer dizer, eu sempre quis ter um curso e como não havia e não há ainda necessidade de mais uma pessoa na firma, o meu pai concordou com a minha decisão, porque se as coisas corressem mal eu tinha ido ajudar» (n.º 12); «Primeiro, passei uma fase da minha vida em que decidi entre estudar e trabalhar, todos nós indianos passamos, (...). não foi bem recebido por ele, isso de continuar a estudar, porque ele viria-me como um herdeiro lá na loja» (n.º 13); «Ele próprio também andava dividido, não sabia se me mandava para estudar, se me puxava para a loja. Para mim não acharam [importante]» (n.º 14).

O mesmo já não sucede entre os pais cabo-verdianos que acompanham de perto a educação dos filhos:

«Estudava porque a minha mãe obrigava-me a estudar (...)» (n.º 11); «A minha mãe era um bocadinho mais puxada, estava-me sempre 'Olha a escola, olha a escola'» (n.º 13); «Ainda hoje me pergunto como é que os meus pais me conseguiam matricular naquela escola» (n.º 12).

7.5. O Bairro

Como explicar o sucesso escolar de jovens, filhos de imigrantes, que residem em áreas de habitação degradada, onde a maior parte dos seus pares tem fortes índices de abandono escolar, e onde impera uma cultura subversiva e anti-escola⁸⁷? Como é que estes jovens evitam as pressões de nivelamento (Portes, 1999) existentes no bairro e se defrontam com aquilo a que Min Zhou (1997) chama de «dilema de escolha forçada», isto é, a adesão aos valores dominantes no bairro degradado, ou a actuação de acordo com os valores e expectativas dos pais.

Averiguar o peso que o bairro detém nos percursos escolares é possível atendendo a duas situações, o grupo de amigos detido pelo entrevistado e as escolas frequentadas. Como referem frequentemente na literatura vigente a realidade vivida no bairro é usualmente transposta, devido ao processo de acesso e de inscrição, para as escolas anexas a esse mesmo bairro, constituindo-se essas mesmas escolas em verdadeiras arenas de injustiça (Zhou, 1997). A importância adaptativa de que se reveste o grupo de amigos já foi aqui aflorado, com efeito, a integração em grupos de conhecidos onde se desenvolvem atitudes pró ou contra a cultura da escola parece influenciar o percurso escolar do jovem em questão. Este grupo social primário remete, posteriormente, para a criação de subculturas, que se caracterizam, de acordo com David Gilborn (1990: 46 e 47) e José Machado Pais (1993) pela partilha intensiva de interacções entre pessoas,

87. «Tradicionalmente, os efeitos de bairro nos estudos da mobilidade intergeracional estão associados com ao impacto dos efeitos de subclasses de bairro nas crianças que crescem no seio de comunidades pobres. Os efeitos de bairro no capital humano das crianças podem aumentar através da modelação de papéis, do cumprimento das normas sociais pelos residentes da comunidade, e através da influência das instituições sociais, como por exemplo as escolas nos bairros» (Husted e Smith, 2000:3), ver ainda Paes, 1993; Portes e Zhou, 1993; Zhou, 1997; Portes, 1997 e 1999; Kelly, 1999. As entrevistas efectuadas aos representantes apontam nesse sentido: «Há a cultura dos bairros, a cultura dos bairros degradados, é igual tanto nos nossos como nos outros. Se for ao Casal Ventoso, se for a Charneca do Lumiar, encontra jingões iguais, pessoal que se veste de forma diferente, que se comporta de forma diferente, e com música alta, porque está num bairro. Os bairros têm uma cultura própria, que é impor às zonas limítrofes a sua presença. É dizer eu existo. (...) porque as pessoas sentem que os filhos não têm futuro nestes bairros, porque estão pensando nos filhos e nos malefícios, nos problemas que os filhos têm com a droga, com a prostituição, com a gravidez precoce» (Associação Unidos de Cabo Verde); «Nas horas da escola não vão, vão ter com rapazes de 18, 19, 20 anos e vão fazer furtos de carros, de assaltos a pessoas, e essas coisas. Eles agora estão a ver essa vida e estão a gostar e são incentivados pelos outros. (...) Deve-se um bocado á frustração que eles devem sentir do insucesso escolar, devem sentir-se humilhados (...). A gente nota que a escola não lhe diz nada. A escola aquilo é um choque para eles, deve ser uma tortura imensa». (Associação Moinho da Juventude).

que se encontram numa situação comum (papel ou problema) e que desenvolvem um corpo de interpretações colectivas e acordos incluindo objectivos e valores partilhados e modos de cooperação.

A vivência no bairro degradado tem implicações diferenciadas de acordo com o grupo imigrante considerado e com o grau de inserção nos grupos juvenis que lá se formam.

Viver no bairro não é sinónimo de dificuldades no processo e percurso escolar entre os jovens hindus. Pode até dizer-se que estar integrado em grupos juvenis no início do processo educativo não foi necessariamente sinónimo de rejeição à cultura da escola, mesmo se o abandono escolar é a norma nos bairros considerados, a Quinta da Montanha e da Holandesa no Areeiro e a Quinta da Vitória na Portela. Os motivos referidos pelos hindus não estão ligados a uma subcultura de bairro, problemas nas escolas de bairro ou problemas linguísticos, mas sim aos núcleos familiares, onde impera a necessidade de um ingresso «prematureo» no mercado de trabalho e a necessidade de manter tradições:

«Nos primeiros anos da 1.^a classe ao 6.^o ano, os pais têm por norma porem os filhos na escola. Mas a partir do 7.^o, 8.^o, ou eles saem por livre vontade ou são os próprios pais que tiram para trabalhar» (n.º 2); «[...] é criar os filhos e casá-los o mais cedo possível. [...] aquela mentalidade de há séculos. Medo que os filhos se afastem da cultura hindu, por causa da escola e isso. Porque mesmo aqueles do bairro têm dinheiro, porque nós temos conhecimento que eles mandam somas e somas para Diu e constróem lá magníficas casas» (n.º 11).

Entre os elementos de origem cabo-verdiana, constata-se que as implicações de se viver num bairro degradado com forte presença co-étnica fazem-se sentir negativamente nos percursos adaptativos e escolares, como se pode detectar nos motivos apresentados pelos entrevistados relativos ao abandono escolar: os motivos ligados ao abandono escolar são situações ligadas ao bairro e à escola. As situações ligadas ao bairro referem-se ao desenvolvimento de uma cultura juvenil subversiva (rejeição da norma escolar) ligado ao «rap», às situações familiares e ao facto de se falar crioulo:

«Língua, dificuldades em comunicar, basicamente os professores deixam-nos de lado» (n.º 3); «Algumas turmas onde havia muitos alunos de origem africana, é uma coisa que eu acho que fazem mal. Fazer uma turma só com alunos africanos, é um insucesso escolar

tão grande, aqueles alunos parece que estão sempre no mesmo ano» (n.º 4); «Eles [os pais] ganham bem, mas vão espatifar esse dinheiro em carros, eles nem sequer compram uma casa, são prioridades que são um bocado confundidas» (n.º 2); «Suporte familiar primeiro de tudo. Cada vez mais haver diálogo, quando falha começar a haver uma certa distância e o jovem procura acompanhamento junto de outros jovens, e acabam por entrar em grupos de risco. Nota-se cada vez mais uma degradação das famílias» (n.º 5); «Horizontes muito curtos, vivem num mundo em que os exemplos que vêem não são os melhores, não se procura outra coisa. Cresceram no bairro, vivem no bairro e quando saem do bairro é para fazer porcaria porque os outros assim o fazem (...). há muitos que os filmes passam pela América, e passam muito pela cultura norte-americana, o jeito de vestir, maneira de andar, não mexe tanto comigo, não quer dizer que eu não gosto do rap, depois há uma questão muito ligada ao “Rap”» (n.º 6).

A relação existente entre os jovens de origem cabo-verdiana no ensino superior e os grupos juvenis é de dupla rejeição, pelo entrevistado que não se identifica com a subcultura juvenil existente e pelos pares que vêem o entrevistado como um «vendido». Parece aqui que o facto de não ter existido integração nos grupos juvenis de bairro permitiu evitar as normas de nivelamento a uma subcultura subversiva e, por conseguinte, ter mantido com a escola uma relação não conflituosa :

«Eu aqui no bairro não tenho ninguém (...). já fui visto como um preto branco ou branqueado (...). eu tenho uma educação totalmente diferente da deles, por exemplo, a nível de música, música africana já gosto, agora rap e isso (...). eu não me identifico (...). houve uma altura em que tentei inserir-me neste meio e não fui nada bem sucedido porque não gostei» (n.º 2); «Eu também nunca fui de me dar assim com pessoal do bairro. (...) diziam montes de coisas, que nós éramos muito finas, não gostávamos de certas coisas, não vestíamos certas coisas. Eu sei que sempre até agora dizem que nós somos finas» (n.º 3).

Os filhos de imigrantes que abandonaram o sistema de ensino têm relações muito fortes com os colegas do bairro e com colegas da escola com mesmo perfil sócio-económico. Aqui, os amigos não são necessariamente da mesma origem étnica, existindo grupos mistos. O abandono escolar entre os de origem cabo-verdiana foi propulsionado pelo envolvimento em grupos juvenis, constituídos na escola:

«Em que eu e as pessoas da minha idade se afirmavam, eu quis me afirmar, tanto via que os rapazes estavam lá e as miúdas ficavam ao pé deles, eu então pensava que aquilo é que era bom, estudar é que não prestava (...). com uma ou duas pessoas, sei que alguns estão presos, há outros que são toxicodependentes, há um ou dois como eu que deixaram de estudar mas seguiram, foram trabalhar» (n.º 8); «la para a escola, depois saía da escola vinha aqui para o bairro. (...) porque naquele tempo, era todo o mundo a falar, temos que ser independentes, sair à hora que a gente quiser, sair fora do bairro, porque dentro do bairro não dá, tanto que no ano é que abandonámos a escola, abandonámos um grupo» (n.º 10).

Resta, por fim, apurar o tipo de escola frequentado e se, o facto de ser uma escola de bairro tem alguma relação com o percurso escolar.

As escolas frequentadas, nos diferentes níveis de ensino, pelos entrevistados a residirem em áreas de habitação degradada com forte presença imigrante, são, para ambos os grupos, escolas localizadas perto do local de residência e com grande percentagem de alunos das origens consideradas. O que se pode concluir de antemão é que a frequência das escolas do bairro não constitui por si só problema, torna-se factor de desvantagem, quando associado a outras situações, como a integração em grupos juvenis com uma cultura «anti-escola», o que parece indicar o caso dos entrevistados de origem cabo-verdiana.

Os jovens hindus dos bairros do Areeiro estiveram nas escolas localizadas perto da zona de residência. No 1.º ciclo, a escola frequentada é a EB 1C n.º 101 de Lisboa, que tem perto de 30% de alunos de origem indiano-paquistanesa, e cerca de 50% de alunos de origem lusa. O 2.º ciclo é efectuado em duas escolas com forte presença de originários da Índia/Paquistão, a EB23C Gaspar Correia (entre 5 a 12% de acordo com os anos lectivos) e a EB23C Almirante Gago Coutinho (entre 4.5% e 20% de acordo com os anos lectivos), onde se regista sempre uma maioria lusa. O 3.º ciclo foi efectuado em quatro escolas distintas todas elas, na zona do Areeiro, a EB23C Gaspar Correia, a EB23 Cesário Verde, a Escola Secundária das Olaias e a EB23C Almirante Gago Coutinho. Os alunos com origem indiano/paquistanesa estão mais dispersos, não perfazendo percentagem muito elevadas (não mais do que 7 a 10%). Os alunos lusos são dominantes nessas escolas. Os que frequentaram o ensino secundário perto de casa (5 em 7) registaram presença em dois estabelecimentos escolares, a Escola Secundária Rainha D. Leonor e a escola Secundária das Olaias, que também recebem administrativamente os alunos dos bairros do Areeiro.

As escolas frequentadas pelos entrevistados de origem caboverdiana provenientes de bairros degradados são, para cinco em sete dos que estão no ensino superior e para a totalidade dos que abandonaram, escolas perto dos bairros com grande número de co-étnicos nos três primeiros níveis, com o esperado reduzir de efectivos ao longo dos ciclos de ensino. As escolas são, no 1.º ciclo, a EB1C n.º 3 de Buraca, com uma enorme percentagem de alunos com origem cabo-verdiana entre 52.8% e 65.8%, e uma muita reduzida percentagem de alunos lusos, nunca excedendo os 21.3%; a EB1C n.º 1 de Buraca, com uma percentagem mais reduzida de alunos de origem caboverdiana e a EB1C n.º 3 de Damaia com uma percentagem também elevada de alunos caboverdianos. Estes dados estão de acordo com informações recolhidas junto dos representantes das associações de bairro, onde se constata que há uma selecção administrativa dos alunos por parte das escolas, e um encaminhamento para uma ou duas escolas, que se tornam como que caboverdianas e o reflexo da vivência do bairro. O 2.º ciclo é efectuado na EB2C Prof. Pedro da Cunha, Damaia, com percentagem também elevada de alunos de origem cabo-verdiana (à volta de 45%).

O 3.º ciclo é efectuado ou na Escola Secundária D. João I, Damaia, ou a Escola Secundária Dr. Azevedo Neves, com uma redução dos efectivos de origem cabo-verdiana, de 12 a 25%.

Por fim, os que frequentaram as escolas circundantes ao local de habitação, foram ou para a Escola Secundária D. João I da Damaia (3 a 12%) ou para a escola Secundária Dr. Azevedo Neves (2 a 14%). Os números de alunos de origem cabo-verdiana são, a este nível, bastante reduzidos, atestando o grau de abandono escolar drástico que atinge este grupo.

7.6. Integração na Comunidade de Origem, Factor de Vantagem ou de Desvantagem?

O capital humano e cultural detido pelos pais não explica cabalmente as diferenças encontradas dentro de cada subgrupo e nem explica por que motivo jovens a residir em bairros degradados conseguem evitar as pressões⁸⁸ que lá existem.

88. As pressões niveladoras dizem respeito ao conflito cultural dos filhos de imigrantes decorrente da oposição das expectativas de mobilidade ascendente por parte dos pais às normas niveladoras descendentes do bairro ou «inner city», isto é, o posicionamento adversarial para com as normas e os valores dominantes na sociedade de acolhimento (Portes, 1999a e b). Como reflecte ainda Portes (1999a: 103) o mecanismo social subjacente a estas normas é o receio de que «a solidariedade forjada pela experiência comum da adversidade seja minada pela saída dos membros bem sucedidos

De acordo com Min Zhou e Carl Bankston III (1996), Min Zhou (1997), Alejandro Portes (1999a e b) e Bernard Nauck (1999) a resposta pode estar na densidade das redes de relações sociais, nomeadamente como as famílias individuais estão relacionadas entre si na comunidade étnica e como os seus filhos estão envolvidos nessas redes:

(...) factores individuais e estruturais estão interligados com a cultura imigrante e com as características de grupo predispostas para moldar os destinos dos imigrantes e seus descendentes. (Zhou, 1997: 993).

Para Alejandro Portes (1999a) são necessários dois elementos para a transformação dos grupos imigrantes em comunidades étnicas, a saber, uma memória cultural comum trazida do país de origem e a emergência de um sentimento de pertença a um nós, «(...) favorecido pela experiência de serem amalgamados numa mesma categoria, definidos em termos depreciativos e sujeitos a uma discriminação comum pela sociedade de acolhimento» (*idem*, 106). A combinação destes dois elementos cria, pelo seu lado, dois tipos de etnicidade, uma etnicidade linear, ou seja a continuação das práticas culturais aprendidas no país de origem; e uma etnicidade reactiva, produto emergente da experiência da imigração. O capital social existente numa comunidade étnica dependerá, entre outros factores, da etnicidade que emergir, isto é, do tipo de contacto efectuado ao longo do tempo de residência entre a comunidade e a sociedade de acolhimento.

Na análise dos efeitos do capital social na adaptação dos jovens de origem vietnamita na cidade de New Orleans, nos Estados Unidos, Min Zhou e Carl Bankston III (1996) concluem que a adaptação de crianças imigrantes, especialmente de comunidades pobres, depende largamente dos valores que possuem, dos hábitos de trabalho que desenvolvem e do envolvimento na comunidade étnica. Os autores ainda nos dizem que o nível educacional dos pais não detém o determinismo que lhe é atribuído na adaptação escolar dos filhos.

Estudos revelam (Rumbaut, 1994, Zhou, 1997) que as culturas imigrantes podem servir de recursos potenciais, com dois efeitos distintos, facilitar a adaptação ou bloquear o processo de mobilidade ascendente. Ainda se acrescenta que a cultura imigrante por si só não explica padrões diferen-

da comunidade», com a imposição de ordem social opressora. «(...) a emergência dessas normas niveladoras reduz as possibilidades de promoção individual, na medida em que elas socializam os jovens na crença de que é fútil procurar singrar pelo mérito próprio (...) essas normas niveladoras descendentes não são o resultado da «desorganização social» ou da anomia. (...) Normas niveladoras consideradas como uma ilustração dos efeitos potencialmente negativos do capital social».

ciais entre a segunda geração. Com efeito, os padrões culturais de um grupo imigrante podem ser semelhantes noutros grupos, as consequências desses padrões podem divergir de acordo com a habilidade do grupo em utilizar os recursos já existentes e em gerar novos recursos, e ainda de acordo como esses padrões culturais são entendidos pela sociedade de acolhimento. A pertença ao grupo étnico e a retenção de padrões culturais originais podem criar fontes de vantagens adaptativas. Isto leva a pressupor que a etnicidade pode ser usada como uma forma distinta de capital social, construída a partir de legados culturais (tais como as obrigações e as expectativas), canais de informação e normas sociais (Zhou e Bankston III, 1996; Zhou, 1997; Portes, 1999; Nauck, 1999). O capital social pode ser então definido como «(...) sistemas fechados de redes sociais inerentes a uma estrutura de relações entre pessoas numa colectividade (Coleman, 1990)» (Zhou e Bankston III, 1996: 200). O contexto étnico pode também servir como um importante mecanismo de controlo social. De acordo com Min Zhou (1997), esta característica inerente ao capital social aplicado a comunidades imigrantes pode fazer com que este último conceito se aproxime do conceito de Emile Durkheim (1897/1951) de integração social, que diz, basicamente, que quanto maior a integração de um indivíduo num grupo social, maior será o controlo do grupo no indivíduo. Assim, para se poder considerar a etnicidade como uma fonte de capital social, quer vantajosa quer desvantajosa, é necessário examinar como a integração numa comunidade étnica particular pode afectar a adaptação dos jovens.

Os indicadores usados para averiguar o grau de integração do núcleo familiar na comunidade étnica são os seguintes: tipo de contacto com familiares em e fora de Portugal; tipo de contactos com o país de origem; presença ou não de famílias intactas entre os entrevistados; nacionalidade dos amigos dos pais; atitude perante a discriminação vivida na sociedade de acolhimento⁸⁹ e auto-avaliação do entrevistado sobre a integração do núcleo familiar na sociedade portuguesa.

Quanto ao envolvimento do entrevistada na comunidade imigrante de origem, este é medido através dos seguintes dados: língua falada em casa; origem étnica dos amigos; endogamia; atitude perante a discriminação; auto-identificação; actividade em associações de bairro e/ou imigrantes (Zhou e Bankston III, 1996).

89. Permite ver o fechamento do grupo (Portes, 1999a e b). Bernard Nauck (1999) assume ainda que esses sentimentos são relacionados e transmitidos intergeracionalmente e que a discriminação em si diminui a integração social.

Começando pela comunidade hindu, podemos afirmar, com base nos dados escrutinados, que a integração do núcleo familiar e do entrevistado na comunidade é extremamente elevado, bem como o controlo exercido pelas famílias.

O forte contacto inter-familiar explica-se, por um lado, pela forma como se processou a história migratória da comunidade hindu, feita com base numa migração familiar e comunitária alargada, e, por outro, devido à necessidade imperiosa de manter os laços familiares fortes e coerentes:

«Acho que eles quiseram seguir uma tradição, todos os indianos em Lisboa e Porto quiseram, tiveram essa ideias de ter uma família, uma estrutura» (n.º 13).

O forte contacto com o país de origem, a Índia, motivado pela presença de familiares ou por motivos meramente lúdicos, é bastante sintomático pelo facto de muitos dos pais terem vivido ou até mesmo nascido em Moçambique antes de vir para Portugal. Este facto atesta a forte coesão à volta de uma identidade indiana entre os imigrantes hindus.

A presença de ambos os pais também determina o grau de coesão comunitário e sobretudo o controlo social exercido sobre a segunda geração. No caso hindu, quatorze em quinze núcleos são famílias intactas.

A discriminação por parte da sociedade envolvente aos pais hindus, se existente, não é comentada dentro do núcleo, o que atesta um forte grau de fechamento do grupo comunitário.

Os contactos e redes sociais dos pais são os familiares e os amigos hindus/indianos que já conheciam em Moçambique. Houve como que uma recomunitarização em satélite/em casta⁹⁰:

«Porque eles conhecem-se, muitos de Moçambique, os que são mesmo de Diu, conhecem-se bastante. Tem-se uma boa relação» (n.º 1): «Os meus pais têm quase os mesmos amigos que eles tinham em Moçambique. Quase todos os amigos deles vieram para cá e depois eles continuaram todos aqui, eles estão todos aqui, não tiveram assim grande dificuldade» (n.º 4).

Facto paradigmático desta forte coesão intra-comunitária e de um processo adaptativo selectivo é a existência do ponto de referência comunitária-

90. Ver Bastos, 1990; Malheiros, 1996.

ria para a mobilidade social e profissional não se encontrar na sociedade portuguesa mas sim na comunidade ismaelita:

«Não há criatividade nos indianos que estão cá. A nossa comunidade está um bocado atrasada em relação a outras comunidades minoritárias, por exemplo os Ismaelitas» (n.º 14); «não fazem nada, não progridem. As outras envolvem-se muito, os Ismaelitas por exemplo, a nível de vida são muito avançados., têm mais disciplina, a nível de regras eles respeitam aquilo» (n.º 15).

A integração na comunidade étnica depende de um sistema de castas, que reproduz o sistema social vigente do país de origem à data da partida. Esse sistema de castas é, portanto, uma instituição da comunidade e da cultura de origem que sobreviveu aos dois processos migratórios que caracterizam grande parte esta comunidade. Tal facto significa, igualmente, uma transformação do grupo imigrante em comunidade étnica com base numa memória e práticas comuns, perfazendo, portanto, aquilo a que Portes chamou de etnicidade linear⁹¹. A integração é, num primeiro nível, efectuado na subcasta e, posteriormente, no sistema mais alargado de castas, onde só o confronto e a existência dessa escala social permitem a sobrevivência do próprio sistema. O relacionamento inter-casta existe nas relações profissionais, muitos dos hindus das castas baixas trabalham para membros da comunidade de castas altas (Malheiros, 1996), e nos momentos de convívio religioso. O forte grau de integração é visível no controlo comunitário inter e intra-casta que todos os entrevistados referem com alguma insistência e no casamento endogâmico intra-casta:

«E sempre que há conflito dentro de uma subcasta, quer dizer, na minha subcasta, o chefe de família, de cada casa reúne-se e tomam uma decisão» (n.º 5);

«O meu pai é divorciado e o divórcio não foi bem vista na comunidade, principalmente porque a família da minha mãe é tradicionalista e está muito implementada na comunidade. Implica que todos apontavam o dedo ao meu pai» (n.º 13);

«Abrimos numa zona que na altura era dita como uma «redzone», o Intendente, uma zona de prostituição. Fomos muito contestados pelos outros indianos» (n.º 15); «O Presidente da Comunidade

91. Refiro aqui que, de acordo com os vice-presidentes das duas associações entrevistadas, o carácter das associações hindus é meramente cultural e religioso, não lhes são conhecidas reivindicações sociais e políticas.

quando faz os seus discursos diz sempre, «estudem, façam alguma coisa na vida», dirige-se àquelas pessoas que não fazem nada, acomodadas» (n.º 15);

«Nós, hindus, temos que adaptar uns certos padrões, mas é um processo automático já, natural, porque se nós não adoptarmos esses padrões, esses comportamentos, essas regras, não diria discriminados, mas afastados da comunidade. Há um grande controlo ainda que faça com que as pessoas não tenham esse incentivo de consumir droga (...). a cultura indiana funciona deste modo, é a família, Igreja e a Comunidade em si. Quase todas as famílias funcionam assim. Da organização em si» (n.º 3);

«Se bem que é forte a influência e difícil de combater, mas não. Nesse aspecto, não temos tido essas confusões (...). da mentalidade, há aquela tendência de as pessoas, há o grupo familiar, depois há a comunidade, que tende a envolver-se, a dar o seu contributo, mesmo que seja perverso entre aspas, mas que não contribui para a felicidade da família. Pronto, é a pressão psicológica que não nos deixa, nós desejamos uma coisa, mas não podemos por essas pressões, tanto da comunidade que é tão fechada, mesmo agora, não nos deixa ir, aquilo da liberdade, os jovens indianos e indianas não podem sentir (...). Pessoas que têm profissão e que são vigiadas e tal, e são faladas. Eu não entendo, é aquele medo, a Comunidade, os valores da comunidade, por mais que se quer, os valores da comunidade estão sempre lá. mesmo directa ou indirectamente em casa, não podes porque podes ser falada na comunidade» (n.º 11).

Quando questionados sobre a adaptação dos pais na sociedade portuguesa, o que se verifica é que esta é feita através do pai nos seus contactos profissionais e é selectiva:

«O meu pai tem outra cultura e como a gente está aqui, temos que nos adaptar a este sistema, a esta sociedade» (n.º 1);

«Os meus pais sempre foram muito antiquados, aquela coisa nós temos a nossa vida, o melhor é não nos metermos muito com os outros, vivemos num meio português mas não mais do que isso. Veste uma calça ou uma saia e vai, nós sempre fomos muito discretos, não há aquela coisa de mostrar que é indiano. Agora dizer que sou fundamentalista, nem pensar, a gente quer-se adaptar ao país da melhor maneira possível» (n.º 14).

Relativamente ao envolvimento do entrevistado na comunidade étnica, é possível adiantar que esse envolvimento é extremamente forte.

Com efeito, todos eles falam a língua-mãe em casa, com os pais e irmãos, «*Em casa, fala-se sempre gujarati. Nós, na nossa tradição, falamos gujarati em casa e com a família*» (n.º 7). Quanto à etnicidade da rede de amigos, todos eles possuem amigos hindus da mesma casta, que se conhecem do local de residência – o bairro – e no Templo, onde exercem actividades culturais. Paralelamente a estes amigos hindus, existem os amigos portugueses adquiridos na escola ou na universidade. Não existe uma recusa ou rejeição dos amigos do grupo étnico, no entanto, a junção das duas redes é fraca.

A aceitação por parte dos entrevistados, mais ou menos dolorosa, das práticas do casamento endogâmico intra-casta atesta a forte integração dos jovens no grupo de origem:

«Eu não ponho a hipótese de casar com um branco. Não podia ser por causa dos meus pais» (n.º 2);

«Eu sei que tenho que casar com uma rapariga indiana. Eu sei que tenho que respeitar a minha tradição e eu quero respeitar a minha tradição. Raparigas indianas não são para o namoro. Eu tenho uma visão diferente delas (...) conceito de família»; «Tenho que aceitá-la, porque desde pequenino fui assim criado, que há coisas que eu não consigo perceber, nem consigo aceitar, que é por exemplo a diferença de castas, o casamento dentro da mesma casta» (n.º 12).

A forma como enfrentam a discriminação racial ou cultural remete para um grau de integração e um grau de protecção simbólica suficientemente elevado para relativizar o acto de discriminação, ou negando-o, ou inserindo-o num contexto pontual. Alguns vão mesmo ao ponto de considerar a discriminação racial/cultural como uma situação normal, facilmente superável. Ainda se depreende do discurso, na mesma lógica de desdramatização, que para eles existem diferentes níveis de interacção inter-grupal, situação esta não esperada pelo entrevistador, que tinha implícita na pergunta a relação portugueses → indianos. Referem, então, mais três níveis grupais: indianos → pretos; indianos → chineses; indianos → indianos:

«Claro que considero [existir racismo], mas está a falar de pessoas portuguesas para indianos?» (n.º 2);

«Se as pessoas vandalizam, é uma marca de racismo. As pessoas indianas não andam por aqui a vandalizar, não destroem coisas, em relação à comunidade africana, eu noto que há sempre vandalismo, eu também não gosto, não estou à vontade com certas pessoas, porque é assim, eu também já fui assaltado várias vezes e foi sempre por africanos» (n.º 5);

«Se calhar um bocado como a gente sente em relação aos chineses» (n.º 14).

Em relação à posição detida perante as duas realidades em que vivem, a sociedade portuguesa e a comunidade hindu; os entrevistados têm uma posição clara quanto à identificação grupal, consideram-se hindus/indianos:

«Eu sei que Portugal não é o meu país, o meu país é a Índia» (n.º 5);

«A identidade é a preservação da nossa cultura original. Eu sou mais indiana; sou mais indiana agora, agora que me interessa mais por isso» (n.º 11);

«Parece que chegamos a um momento da nossa vida em que temos que escolher a cultura que nós queremos. O convívio entre indianos é mais intenso. A comunidade é um grande grupo. Há sim senhora [uma dualidade] e espero que haja sempre, porque não estou disposto a ser só indiano» (n.º 13);

«Eu considero-me um hindu a viver em Portugal. Eu tenho que estar bem dentro da comunidade para estar bem comigo próprio. Porque afinal de contas, o meu país é a Índia» (n.º 14);

«Eu não me considero totalmente indiano, eu gostava [de ser totalmente indiano]» (n.º 15).

A cultura imigrante é muito vincada, entre os hindus, como o demonstram os preceitos de uma educação diferenciada de género, que todos referem a um dado momento, e pela opinião que certos elementos masculinos detêm sobre a mobilidade profissional e educacional das raparigas:

«Raparigas é que infelizmente, e esta nova geração só pensa mesmo em casamento, arranjar namorado (...). Na maioria das casas, os pais ensinam as filhas a cuidarem da casa» (n.º 1);

«É porque não há assim muita necessidade, porque ela é rapariga, não é uma questão de machismo, se ela é rapariga, é assim, elas chegam a uma altura da sua vida, casam-se e vão com o marido» (n.º 5).

As práticas da cultura imigrante são efectuadas ou, em casa, ou no Templo da Comunidade, que serve de local para actividades religiosas, recreativas e culturais (salão para casamento). Ainda se teve conhecimento ao longo do trabalho de campo da criação de um espaço somente para os jovens da Comunidade, que demonstram interesse em participar e manter vivas as tradições, que se verifica na criação de um *e-group*, onde se trocam informações profissionais, culturais, excursões a locais de interesse no país, reuniões e sessões para implementar projectos dirigidos aos jovens da comunidade, almoços, alguns jantares (poucos contando com a falta de participação de elementos femininos). A participação é aberta a todas as castas, mas, apesar dessa democratização, a afluência dos jovens de castas baixas é reduzida.

A observância das regras impostas pelos pais, e num segundo nível pela casta circundante, atestam da centralidade detida pelos pais e pela comunidade na vida destes jovens. Poder-se-á dizer até que os casos de dissonância intergeracional⁹² são poucos e relacionados com a introdução do filho do sexo masculino na sociedade portuguesa, contacto condenado deliberadamente pelos pais com medo de um desgastar das regras e normas comunitárias. Ainda se acrescenta aqui que os jovens das castas mais elevadas são mais críticos em relação ao dismantelar da comunidade devido à existência das castas, que eles condenam pelo seu efeito corrosivo na coesão do grupo.

O processo de integração na comunidade cabo-verdiana é pautado pela classe social. Essa suposta integração é, de facto, estruturada de acordo com a comunidade em que se vive⁹³. Além disso, o processo de integração entre os núcleos com filhos no ensino superior e filhos que abandonaram a escola no bairro e na comunidade que se formou é distinta.

Começando por estes núcleos, é possível afirmar que a convivialidade intra-familiar é muito forte. Já o contacto e a integração na rede de vizinhança inter-familiar é distinta. Enquanto que os núcleos com filhos no ensino superior não mantêm contactos estreitos com as famílias do

92. A dissonância/consonância intergeracional refere-se às diferenças de níveis de aculturação entre pais imigrantes e seus filhos (Zhou, 1997: 995).

93. Na descrição da comunidade no capítulo, é referido com alguma insistência a diversidade de realidades que caracteriza a comunidade radicada em Portugal.

bairro, os núcleos com filhos com insucesso escolar estão mais integrados na rede de vizinhança. Tal diferenciação repercute-se nas consequências da censura e do controlo no bairro. Com efeito, não parece surtir grande efeito nos núcleos mais distanciados, pela ligação inter-familiar e pela solidariedade intra-comunitária estarem num processo de erosão. Essa erosão e quebra de obrigações sedimentadas numa solidariedade étnica não permitem dar suporte e fechamento ao grupo perante a adversidade, como os momentos de discriminação vividos pelos pais. Transcreve-se aqui um exemplo que ilustra bem o ressentimento existente para com os agressores:

«Eles vieram para cá no tempo em que os pretos se contavam, o meu pai disse que ao princípio quando veio para cá era horrível, eles não podiam sair à rua. A minha mãe conta que quando começou a trabalhar na fábrica, as colegas diziam que nós comíamos gente, que éramos canibais, tínhamos um frigorífico cheio de pessoas. E o meu pai já foi agredido por um grupo de brancos, bateram-lhe tanto, tanto, tanto, que só não morreu porque pronto. O meu pai não esquece» (n.º 10).

Contudo, as famílias intactas dominam entre os núcleos familiares dos entrevistados, em dez casos, sete são núcleos com a presença de ambos os pais biológicos. Atendemos agora aos testemunhos dos entrevistados provenientes de áreas de habitação degradada:

«Isso observam-nos, mas não é bem controlada, porque continuo a fazer a minha vida» (n.º 3);

«Porque as pessoas aqui, por exemplo, quando os meus pais vieram para cá construir a casa, o que haviam eram barracas de madeira, e os meus pais fizeram logo uma casa de tijolo, rebocada e com telhado, as pessoas diziam que eles eram finos. Quando a minha mãe nos pôs na creche foi a mesma coisa» (n.º 4);

«Muita solidariedade, dentro da família ela é grande, entre as famílias, já não é tanto cá em Portugal, sociedade de acolhimento, porque a vida é diferente, as pessoas têm outros hábitos, as pessoas são obrigadas a integrarem-se» (n.º 5);

«Depende do sentido em que estamos a falar. Consegue-se ainda alguma [solidariedade], a minha tia diz que em Cabo Verde, conseguia-se de certeza» (n.º 6);

«O meu pai houve uma altura em que ainda estava na escola, lembro-me que tive um problema por causa do tal grupo que andava, começaram a dizer coisas que eram falsas. Foram dizer ao meu pai que andava com raparigas muito mais velhas, que tinham namorados, que não eram novas, novas no sentido de não serem virgens» (n.º 10).

A integração na comunidade cabo-verdiana entre os núcleos familiares da classe média é uma integração num grupo constituído precisamente pelos membros da classe média, média/alta existentes entre originários de Cabo Verde. Não existe contacto através de redes de amizade ou de suporte com as classes sociais mais empobrecidas:

«Tem mais contacto com os cabo-verdianos de Lisboa. A minha mãe conhece professores, médicos, enfermeiros, profissões médias. A minha mãe foi criada num meio assim abastado e é por isso que ela é um pouco selecta, ela não consegue ter uma conversa com aquelas cabo-verdianas dos bairros que só falam em peixe» (n.º 11);

«O meu pai tem conhecidos na Embaixada. O meu pai faz parte de uma organização de médicos cabo-verdianos, conhece quase todos os médicos de Cabo Verde, até o Presidente da República foi colega dele» (n.º 13).

A integração do jovem entrevistado na comunidade étnica em que vivem os pais, não é imediata, principalmente entre os jovens do bairro degradado. Houve, ao longo do percurso de vida, uma re-descoberta e descomposição da comunidade cabo-verdiana e da sua cultura imigrante, que se processou numa fase mais tardia, sobretudo no final da adolescência e já numa fase adulta.

A língua-mãe – o crioulo – não é falado, na generalidade dos casos. Dentro e fora do espaço privado, fala-se a língua portuguesa que é imposta pelos pais desde o início da socialização dos filhos:

«Os meus pais não queriam que eu aprendesse crioulo para não influenciar o português» (n.º 2).

O crioulo vem, posteriormente, numa fase mais adiantada do processo de socialização e por opção do entrevistado:

«O crioulo foi uma coisa que entrou na vida assim quase aos tram-bolhões» (n.º 4);

«Agora uso mais do que antigamente, depois que eu fui para o Moinho comecei a usar bastante» (n.º 6);

«Tudo aquilo que a gente sabe foi porque a gente resolveu saber» (n.º 11).

As redes de amizade dos jovens de bairro são diversificadas na origem étnica, cabo-verdiana, outras origens nacionais africanas, nomeadamente dos PALOP, e portugueses brancos, que foram adquiridos no meio escolar.

Tal como os seus pais, os jovens no ensino superior a viverem num bairro degradado não mantêm contactos estreitos com os grupos juvenis que lá se formam. Os amigos são de outros bairros, conhecidos através de familiares e de actividades em associações. Verifica-se ainda que o namoro com portugueses brancos é quase inexistente. Namora-se ou com filhos de imigrantes cabo-verdianos ou com filhos de imigrantes dos restantes países dos PALOP, Moçambique, São Tomé, Angola...

Para eles, a discriminação racial ou cultural é um facto, latente ou manifesto, do dia-a-dia, que faz parte integrante da sociedade portuguesa. Todos eles se dizem alvo de discriminação, e são muitos críticos em relação à situação e até mesmo fatalistas, a cor da pele é o passaporte de identificação e condiciona o percurso profissional na sociedade portuguesa:

«É mais a cor da pele fala por ti. Eu noto lá no emprego, para além de ser nova, tenho outra agravante» (n.º 1);

«Mais uma razão para aquilo que estou a pretender fazer, as pós-graduações e isso tudo, que é para não olharem para a cor mas sim para o papel» (n.º 2);

«Vou a um sítio e me pedem os meus documentos, Ah ela é portuguesa! Nasceu cá» (n.º 9).

Os jovens das classes sociais mais elevadas vão mais longe e relativizam o acto de discriminação, afirmando que também existe de pretos para brancos e que depende da classe social;

«Acontece conforme a condição da pessoa (...) O meio que eu frequento, as pessoas são mais abertas ou até mesmo mais cuidadosas» (n.º 13).

O envolvimento nas associações de bairro é elevado entre os jovens das classes sociais mais baixas e acarreta duas consequências, como meio de inserção e formação profissional e como meio de divulgação da cultura imigrante.

Enquanto que os jovens no ensino superior desempenham funções remuneradas para as quais foram convidados, com as quais sustentam os estudos; os jovens que abandonaram a escola completam a formação educativa e profissional nessas mesmas associações.

Esse envolvimento nas associações permitiu ainda à maior parte deles definir com clareza a identidade à comunidade cabo-verdiana e/ou africana. Contudo, não se distingue com clareza se se exacerba uma identidade cabo-verdiana ou uma identidade africana, mas, mesmo assim, essa identificação foi tardia e sujeita a um balanço e uma escolha entre as práticas e uma consciencialização das práticas escolhidas provenientes da comunidade cabo-verdiana e/ou africana, considerando com isto que a identidade actual foi construída reactivamente:

«Foi por e através do Moinho, e daí eu me ter identificado às vezes não como cabo-verdiana mas mais como africana do que propriamente como cabo-verdiana» (n.º 6); «Não me assumo cabo-verdiana, assumo-me mais africana» (n.º 6);

«Mas há uns anos atrás não, era confuso. (...) Eu sempre assumi a cultura portuguesa, só que identifico-me como cabo-verdiana. Claro quando estou com um português, falo de uma maneira, quando estou com um negro falo de outra» (n.º 11);

«O chamado ganhar de consciência, um indivíduo chega a uma certa idade e... acordar de manhã e descobrir que é preto. Não há que sentir orgulho ou não, é o que eu sou, e não tenho tão pouco que aceitar (...). Com naturalidade, vamos lá ver, eu gosto de ser de origem cabo-verdiana, sinto-me cabo-verdiana acima de tudo» (n.º 12).

Mas a identificação a uma origem cabo-verdiana e/ou africana não se dá sem uma crítica aos hábitos adquiridos pela comunidade cabo-verdiana em Portugal e à existência de clivagens de cor e de classe entre os cabo-verdianos de lá e de cá:

«Eu conheço muito pouco da elite. Eles não querem saber das associações, consideram que estão muito bem integrados, não precisam disto. Acho que há uma separação. Acho que o pessoal do bairro é

uma coisa, o pessoal que tem bons empregos é outra história» (n.º 7);

«Se foram brancos ou não, é que em Cabo Verde há um conceito muito engraçado, o branco não decorre da cor da pele mas sim se é da elite ou não, de uma família bem, de gente bem. O cabo-verdiano é atrevido, não precisa de saber das coisas, para mandar bocas» (n.º 12);

«Há uma classe mais alta, há uma média e há por exemplo o vice-presidente da Cimpor que é cabo-verdiano, por acaso conheço pessoalmente, há alguns que são juizes, advogados» (n.º 13).

Quanto à transmissão de valores e normas da cultura imigrante, esta é diferenciada, mais uma vez, de acordo com a classe social.

Entre as classes mais baixas, a transmissão é pautada pela dissonância intergeracional, mantendo-se, contudo, a centralidade dos pais, devido à autoridade opressora exercida pelo pai nos filhos:

«Eles sempre souberam por onde andava e com quem saía, as pessoas que eu frequentava, passavam a frequentar a minha casa» (n.º 3);

«A relação com os meus pais é boa, porque consigo compreender a educação dos meus pais mas consigo fazer a minha à parte. Eu tenho uma visão do mundo diferente da deles» (n.º 5);

«Às vezes, chocamos de frente, ela tem uma opinião, eu tenho outra» (n.º 6);

«Nunca me meti em grandes esquemas porque tinha medo dos meus pais, tive uma educação muito rígida, muito severa» (n.º 8);

«Chegava, lavava a louça (...) eu aprendi a cozinhar muito cedo. (...) eu faltava muitas vezes às aulas para ir com ela [a mãe] ao hospital. Ou tinha de tomar conta dos meus irmãos, ou tinha de faltar para fazer o jantar, era sempre. Eu não sabia de nada, como se engravidava. (...) com o meu pai foi sempre muito conflituoso, muitos problemas, batia-me (...) às vezes tenho alguma raiva dele» (n.º 9);

«A partir dos sete, oito anos, já tem que ter uma educação muito rígida. (...) A gravidez foi, foi porque, pronto, eu quando cresci, os pais

tipo fecharam os olhos ao meu crescimento e nunca em casa tinha ouvido a palavra sexo, sexualidade» (n.º 10).

Os valores transmitidos pelos pais aos entrevistados das classes médias são valores ligados à valorização da auto-estima e da origem cabo-verdiana:

«Tens que gostar daquilo que és, sempre nos incentivou a gostar daquilo que somos» (n.º 11);

«dentro das tradições de Cabo Verde, os costumes, os hábitos, o modo de estar na vida (...)» (n.º 12).

7.7. Bilinguismo como Factor de Sucesso Escolar Diferenciado e como Reflexo de Constituições Comunitárias Internas Distintas

Até aos anos 60, acreditou-se que o bilinguismo era factor de falhanço adaptativo e de confusão mental. No entanto, a partir dessa data, constatou-se que o verdadeiro bilinguismo, isto é, a capacidade de comunicar de forma competente em duas línguas, estava associado a mais altos resultados nos testes de inteligência (Portes e Schauffler 1996). Com efeito, numa análise efectuada numa amostra nacional de estudantes de liceu nos Estados Unidos, uma correlação positiva entre desempenho escolar e bilinguismo emergiu entre os jovens hispânicos (Portes e Schauffler 1996). Como afirmam Portes e Schauffler (1996):

Os estudantes bilingues têm uma pequena mas significativa vantagem no desempenho na disciplina de matemática em relação àqueles estudantes com um «background» similar mas que perderam a língua paterna. A habilidade de falar uma língua estrangeira adiciona, e não retira, uma vantagem para o sucesso da criança. (*idem*: 26 e 28).

Perante isto, procuramos ver se se pode inferir a mesma conclusão sobre as diferenças de desempenho escolar entre os jovens hindus e caboverdianos no ensino superior provenientes de bairros degradados. Com efeito, verificou-se, no subcapítulo – 7.2 «Percurso escolar diferenciado» –, que os jovens hindus possuíam processos de entrada no ensino superior de melhor qualidade que os jovens cabo-verdianos.

Ainda se viu que os jovens hindus de casta baixa no ensino superior falam a língua-mãe com fluência. Para além da fluência e da prática constante do Gujarati, estes jovens frequentaram nos primeiros anos de escolarização a escola indiana, promovida pela Comunidade, onde se ensinava a ler

e a escrever Gujarati, a conceptualizar a matemática em Gujarati e aulas de cultura indiana. Talvez a combinação desses dois factores⁹⁴, explica que as notas acima da média nacional nas disciplinas de matemática e de ciências em grupos com *background* sócio-económico em desvantagem.

Como se notou anteriormente, os jovens caboverdianos só começaram a falar com regularidade crioulo numa fase avançada, ou na adolescência ou na fase adulta jovem, o que não permite falar-se em bilinguismo⁹⁵.

Embora o facto de dominar apenas o português, com dificuldades nos primeiros anos de escolaridade, não signifique menor desempenho escolar por si só, pode ser factor de menor qualidade no desempenho escolar acumulado ao longo do processo educativo quando não dominado fluentemente. Aqui entra o *background* sócio-económico parental que tem efeitos contraditórios no bilinguismo. Possui efeitos positivos na competência e habilidade de falar a língua nativa e um efeito insignificante na retenção da língua de origem (Portes e Schaufler, 1996).

Resta por fim levantar a questão de se saber o que determina a preservação/retenção da língua de origem entre os dois grupos? Em teoria, podem existir três situações no que é do confronto de linguístico vivido pela segunda geração: assimilação plena da língua (monolingüismo português); bilinguismo fluente; e retenção plena da língua dos pais (monolingüismo na língua dos pais) (Portes e Schaufler, 1996).

O que sobressai mais é a retenção da língua de origem do que a aquisição da língua nativa. Esta é sempre adquirida e usada com frequência quanto mais não seja pelo contacto com a escola. Para os autores aqui citados, a retenção da língua de origem prende-se com a formação e o carácter da comunidade imigrante: «(...) – a sua diversidade interna, a história, e a coesão – que parece deter a chave da combinação bem sucedida de duas línguas nas crianças da segunda geração» (*idem*: 25).

A maior retenção da língua de origem entre os jovens hindus significa, portanto, que a comunidade hindu possui uma coesão, uma diversidade interna e uma história favorável à retenção de práticas da cultura imigrante, significa ainda que a comunidade possui os recursos culturais suficientes à sua própria reprodução. O mesmo já não sucede com a comunidade cabo-verdiana onde se inserem os jovens entrevistados.

94. «Bilinguismo fluente é um recurso intelectual e cultural.» (Portes e Schaufler, 1996: 29)

95. « M. Sigúan e W. F. Mackey expressam que há três formas de adquirir uma segunda língua: simultaneamente com a primeira; depois da primeira e espontaneamente; e depois da primeira e na escola» (Sigúan e Mackey, 1986:75).» (Tavares, 1996:175)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adaptação da segunda geração de imigrantes em Portugal é diferenciada de acordo com a origem étnica. Com efeito, foi averiguado ao longo deste trabalho que a adaptação dos filhos de imigrantes cabo-verdianos é em muito distinta da adaptação dos filhos de imigrantes hindus/indianos, reflectindo-se nos resultados escolares.

Os diferentes resultados adaptativos entre os dois grupos acarretam diferentes combinações de factores externos e internos ao grupo, colocando em relevo a pertinência de uma análise mais aprofundada da inserção da comunidade étnica na sociedade de acolhimento e o peso detido pelas estruturas da sociedade envolvente na formação e estruturação internas da comunidade étnica e das oportunidades que lhe são oferecidas.

Entre os elementos da comunidade caboverdiana, é possível discernir, de facto, três tipos distintos de adaptação, que vão de encontro aos três sub-grupos pré-estabelecidos.

Temos um grupo constituído por elementos da classe média que detêm uma adaptação em consonância com o estatuto sócio-económico e social dos pais, o que faz com que os casos de abandono escolar sejam excepção. Este grupo reflecte a cisão existente na comunidade imigrante cabo-verdiana, cisão resultante das condições históricas do processo migratório e das classes sociais que a atravessam.

Temos outro grupo formado pelos elementos das classes sociais pobres com abandono escolar, que tipificam, numa certa medida, a situação vivida pela segunda geração de imigrantes empobrecidos em bairros degradados. É uma situação onde a percepção do bloqueamento das oportunidades existentes na sociedade envolvente, resultante do estatuto social e racial, levou à constituição de uma cultura de resistência que se pauta pela recusa consciente dos elementos da cultura dominante e por um sentimento de frustração e de pessimismo perante as oportunidades existentes na sociedade portuguesa. As consequências para o processo adaptativo são flagrantes: «Nos bairros localizados no centro das cidades, a exposição pode levar ou a uma mobilidade descendente ou prender a descendência imigrante nos mesmos níveis a partir do qual eles começaram. Por outras palavras, esse tipo de assimilação pode causar neles a estigmatização e a condenação pela sua própria comunidade e pela sociedade em geral; pode também destruir todas as esperanças acalentadas pelos pais para os filhos» (Zhou, 1997: 990).

Por fim, temos os elementos no ensino superior, filhos de imigrantes com baixo capital humano residentes em bairros degradados. Estes jovens constituem uma excepção no panorama adaptativo desta segunda geração. A sua excepcionalidade advém-lhes do facto de terem rompido com os laços comunitários, o que lhes permitiu ultrapassar as pressões de nivelamento do local de habitação e corresponder às expectativas educacionais dos pais. Isto levanta a questão de se saber se a comunidade étnica é ou não factor de vantagem adaptativa:

Contudo, as comunidades étnicas podem, de forma plausível, impedir a adaptação dos membros jovens dos grupos imigrantes. De modo similar, é possível que as crianças imigrantes devam cortar com as tradições e a língua de origem para participar plenamente na sociedade Americana. A questão é saber se a pessoa que teve sucesso deixando a comunidade étnica empobrecida representa uma excepção ou uma tendência. (*idem*: 997).

As variáveis determinantes e imediatas nestes diferentes tipos de adaptação educacional são o capital humano, cultural e económico detido pelos pais à chegada no país de acolhimento, e a estrutura familiar. Assim, a localização em bairros degradados é um factor determinante na formação da comunidade e nos valores culturais que lá se formaram. O factor étnico aparece como um factor de desvantagem quando associado às condições sócio-económicas deficientes. Os efeitos da cultura imigrante foram, por conseguinte, mediados não só pelas estruturas micro-sociais mas também, pelas estruturas macrosociais da sociedade envolvente.

O caso hindu suscita alguma controvérsia por se verificar que o acesso ao ensino superior ser uma excepção entre as castas baixas e as castas altas, que se dedicam ao comércio. A comunidade étnica detém o papel central no processo adaptativo dos descendentes dos imigrantes hindus/indianos. O capital humano e económico detido pelos pais assim como as estruturas familiares não diferenciam os jovens com percursos escolares distintos dentro das castas consideradas.

O elemento de distinção está no sistema de castas muito implementado na comunidade hindu, que se traduz por um forte controlo e suporte sociais entre as famílias hindus, e que acaba por bloquear os processos educacionais, trata-se de uma verdadeira «comunidade sempre vigilante e observador dos seus membros» (*idem*: 996). Existe portanto pertinência em associar o factor étnico à estruturação interna de casta da comunidade: «Os resultados da adaptação, desse modo, dependem de como os filhos de imigrantes se ajustam na sua própria comunidade étnica, ou no meio

local quando tal comunidade é inexistente, e de como a sua própria comunidade étnica ou meio local se ajusta na sociedade Americana em geral» (*idem, ibidem*).

A comunidade condiciona as condições imediatas em simultâneo com o capital económico detido pelos pais, como o local de habitação. O factor étnico explica, portanto, por que motivo não se fala em grupos subversivos (em drogas, gravidez precoce ou bairros problemáticos e até mesmo uma segunda geração hindu problemática) entre as castas baixas. O grupo étnico medeia o processo de adaptação escolar e de mobilidade social e profissional, evitando processos descendentes, mas bloqueando qualquer processo de mobilidade ascendente através da aquisição de capital humano e cultural. Assim, o fraco acesso ao ensino superior entre os hindus não significa processo adaptativo recheado de dificuldades mas sim que as regras estipuladas no seio familiar e nas castas ditam ainda os destinos da segunda geração hindu/indiana das castas baixas e castas altas de comerciantes. Neste aspecto nada nos parece mais exemplificativo do que o papel detido pelas raparigas que reproduzem os das suas próprias mães. Penso ainda que os resultados da adaptação desta segunda geração seriam mais elucidativos ao nível da inserção profissional.

Como explicar que o factor étnico, associado ao estatuto racial e social, seja desvantajoso no caso cabo-verdiano e vantajoso no caso hindu? Ou como explicar a significância que se pode atribuir à retenção da língua de origem nos resultados escolares a longo prazo? Penso que os modos de incorporação foram o factor mais determinante na adaptação destas duas comunidades, a saber, as políticas governamentais, a recepção social e a comunidade co-étnica. De acordo com Portes e MacLeod (1999) e para finalizar este trabalho, os modos de incorporação traçam todo o percurso adaptativo dos imigrantes e dos seus filhos:

«(...) Parece claro de que não só a educação dos pais ou as redes sociais, mas o peso total das experiências de um grupo imigrante desempenha um papel fundamental na educação das crianças. O que os imigrantes individuais trazem com eles sob a forma de capital humano e social é importante, mas também o é o contexto estrutural que os recebe e os guia nas suas caminhadas. A hostilidade governamental e a discriminação nativa contra certos grupos fornecem à sociedade um pobre serviço na medida em que esses grupos permanecem e se estabelecem sob tais condições de desvantagem. Essa vulnerabilidade é transmitida através as gerações e reproduz desvantagens educacionais e sociais entre os seus jovens. Essas desvantagens podem levar, como uma profecia auto-sustentada, às

mesmas patologias das quais os primeiros imigrantes eram grosseiramente acusados». (*idem*: 392)

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Isabel Coelho (1997), *A Segunda Geração e o Regresso – A Geografia do Actor de Fronteira*. Tese de Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade de Coimbra.

ALBA, Richard e NEE, Victor (1997), «Rethinking assimilation theory for a new era of immigration», *International Migration Review*, 31 (4): 826-874.

ALBUQUERQUE, Rosana *et al* (2000), *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório – Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal*. Oeiras, Celta Editora.

ALUND, Aleksandra (1999), «Ethnicity, Multiculturalism and the Problem of Culture», *European Societies*, 1 (1), pp. 105-116.

AMARO, Rogério Roque (1986), «Mercado de Trabalho e Franjas Marginalizadas – O Caso dos Imigrantes Cabo-Verdianos». In *O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica*, II Conferência do C.I.S.E.P., vol. II, Lisboa, Instituto Superior de Economia, pp. 355-378.

AMARO, Rogério Roque *et al.* (1999), *Estudo de Caracterização da Comunidade Caboverdeana Residente em Portugal, Relatório Final*, Lisboa, ESE/GEOIDEIA.

ÁVILA, Patrícia (1994), «Comerciantes indianos na cidade de Lisboa». Comunicação Apresentada no *Colóquio Minorais Étnicas – a Participação da Vida na Cidade*, organizado pelo Conselho Municipal das Comunidades Imigrantes e das Minorias Étnicas do Conselho de Lisboa, Lisboa (não publicada).

ÁVILA, Patrícia e ALVES, Mariana (1993), «Da Índia a Portugal: Trajectórias Sociais e Estratégias Colectivas dos Comerciantes Indianos», *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 13, pp. 115-133.

BAGANHA, Maria I. (1998), «Immigrant Involvement in the Informal Economy: the Portuguese Case», *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 24 (2), pp. 367-385.

BAGANHA, Maria I. (1999), *Legal Status and Employment Opportunities: Immigrants in the Portuguese Labour Market*, Oficina do CES, n.º 139.

BAGANHA, Maria I. e PEIXOTO, João (1997), «O estudo das Migrações Nacionais: Ponto de Intersecção Disciplinar». In *Entre a Economia e a Sociologia*, Oeiras, Celta Editora, pp. 233-239.

BAGANHA, Maria I. e GÓIS, Pedro, «Migrações Internacionais de e para Portugal: O que Sabemos e para Onde Vamos?», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 52/53, Novembro 1998- Fevereiro 1999: 229-280.

BAGANHA, Maria *et al.* (2000), «Towards An Emerging Ethnic Class in Portugal?». In *Towards Emerging Ethnic Classes in Europe?*, Vol. 2, Southern Europe, Weinheim: Freudberg, pp. 51-130.

BAGANHA, Maria *et al.* (2000), «*Is An Ethclass Emerging in Europe? The Portuguese Case*», Lisbon, Luso-American Foundation.

BASTOS, Susana Pereira (1990), «Espaço Doméstico, Espaço Simbólico e Identidade – Um Olhar sobre o Viver Indiano na Cidade de Lisboa». In *Actas do Colóquio Viver n(a) Cidade*, Lisboa, Grupo de Ecologia Social do Laboratório Nacional de Engenharia Civil/ Centro de Estudos Territoriais do ISCTE, pp. 17-31.

BASTOS, José e BASTOS, Susana (1999), *Portugal Multicultural*, Lisboa, Edições Fim de Século.

BAUBOCK, Rainer (1998), *International Migration and Liberal Democracies: the Challenge of Integration*. Paper Presented at the 3rd International Metropolis Conference, Zichron Yaakov, Israel, 30 November to 3 December 1998.

BLALOCK, Hurbert M. (1964), «The Measurement Problem: a Gap Between the Languages of Theory and Research». In *Methodology in Social Research*, Blalock, Hurbert M. (Jr) e Blalock, Ann B., Mc Graw Hill, pp. 5-27.

BODY-GENDROT, Sophie (1999), «Ghetto, Mythes et Réalités». In *Immigration et Intégration – L'État des Savoirs*, Dewitte, Philippe *et al.*, Paris, La Découverte, pp. 279-284.

BOYD, Monica e GRIECO, Elizabeth (1998), «Triumphant Transitions: Socioeconomic Achievements of the Second generation in Canada», *International Migration Review*, 32 (4), pp. 853-876.

BRINBAUM, Yael (1999), *Educational Aspirations of Immigrants in France: Family Logic and Integration Processes*. Paper Presented at the ESF

Conference «European societies or European Society?», Obernai, France.

BRUBAKER, William (1996), «Immigration, Citizenship and the Nation-State in France and Germany: A Comparative Historical Analysis», *International Sociology*, n.º 7.

CAMILLERI, Carmel (1990), *Stratégies Identitaires*, Paris, PUF.

CAPUCHA, Luís (1990), «Associativismo e Modos de Vida num Bairro de Habitação Social», *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 8, pp. 29-41.

CARDOSO, Carlos Manuel (1996), «Referências no Percurso do Multiculturalismo: do Assimilacionismo ao Pluralismo2», *Inovação*, n.º 9, pp. 7-20.

CARITA, Cristina (1994), «Associativismo Étnico Caboverdiano. Comunicação» Apresentada no Colóquio *Minorias Étnicas – a Participação na Vida da Cidade*, Organizado pelo Conselho Municipal das Comunidades Imigrantes e das Minorias Étnicas do Conselho de Lisboa, Lisboa.

CARITA, Cristina e ROSENDO, Vasco Nuno (1993), «Associativismo Cabo-Verdiano em Portugal – Estudo de Caso da Associação Cabo-Verdiana em Lisboa», *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 13, pp. 135-152.

CASTLES, Stephen (1995), «How Nation-States Respond to Immigration and Ethnic Diversity», *New Community*, 21 (3), pp. 293-308.

CASTLES, Stephen *et al.* (1987), *Here for Good – Western Europe's New Ethnic Minorities*, London, Pluto Press.

CASTLES, Stephen e MILLER, Mark (1993), *The Age of Migration*, MacMillan Press.

CEPAC (1995), *Os Números da Imigração Africana. Os Imigrantes Africanos nos Bairros Degradados de Lisboa e Setúbal*, Cadernos Cepac, n.º 2.

CHISWICK, Barry (1979): «Immigrants and Immigration Policy». In *Contemporary Economic Problems*, W. Fellner (Ed.), Washington D.C., American Enterprise Institute, pp. 285-325.

CHISWICK, Barry (1990), «L'Immigration et l'Économie des Etats-Unis», *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 6 (1), pp. 59-70.

CHISWICK, Barry (1991), «Speaking, Reading, and Earning among Low-Skilled immigrants», *Journal of Labor Economics*, 9 (2), pp.149-169.

CHISWICK, Barry e MILLER, Paul (1992), «Language in the Immigrant Labor Market». In *Immigration, Language and Ethnicity – Canada and the United States*, Barry Chiswick (Editor), Washington D. C., The AEI Press – Publisher for the American Enterprise Institute, pp. 229-476.

COHEN, James (1999), «Intégration: Théories, Politiques et Logiques d'État». In *Immigration et Intégration – L'État des Savoirs*, Dewitte, Philippe (sous la direction de), Paris, Éditions la Découverte, pp. 32-42.

CORTESÃO, Luiza (1994), «Quotidianos Marginais 'Desvendados' Pelas Crianças», *Educação, Sociedade e Culturas*, n.º 1, pp. 63-82.

CORTESÃO, Luiza e PACHECO, Natércia (1993), «O Conceito de Educação Intercultural. Interculturalismo e Realidade Portuguesa», *Forma*, n.º 47, pp. 54-61.

CRAVEIRO, João Lutas e MENEZES, Marluci (1993), «Ecologia Social de um Bairro Degradado de Lisboa: A Quinta de Casquilha nas Vésperas da Mudança». In *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do 2.º Congresso Português de Sociologia, Vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, pp.139-155.

DEWIND, Josh e KASINITZ, Philip (1997), «Everything Old is New Again? Processes and Theories of Immigrant Incorporation», *International Migration Review*, 31 (4), pp. 1096-1111.

DEWITTE, Philippe *et al.* (1999), *Immigration et Intégration – L'État des Savoirs*, Paris, La Découverte.

DEWITTE, Philippe (1999), «L'immigration, Sujet de Rhétorique et Objet de Polémiques». In *Immigration et Intégration – L'État des Savoirs*, Dewitte, Philippe (sous la direction de), Paris, Éditions la Découverte, pp. 5-12.

DUVU-BELLAT, Marie e VAN ZANTEN, Agnès (1999), « Les Inégalités de Carrières dans le Système Scolaire Français», *Sociologie de l'École*, Paris, Armand Collin, pp. 37-53.

ERIKSEN, Thomas Hyllard (1995), *Small Places, Large Issues, An Introduction to Social and Cultural Anthropology*, London, Pluto Press.

ESTANQUE, Elísio e MENDES, José Manuel, «Análise de Classes e Mobilidade Social em Portugal: um Breve Balanço Crítico», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 52/53, Novembro 1998/Fevereiro 1999: 173-198.

ESTEVES, Maria do Céu (org.) (1991), *Portugal, país de imigração*, Lisboa, IED.

FAVELL, Adrian (1997), «Citizenship and Immigration: Pathologies of a Progressive Philosophy», *New Community*, 23 (2), April 1997, pp. 173-195.

FRANÇA, Luís de *et al.* (org.) (1992), *A Comunidade Cabo Verdiana em Portugal*, Lisboa, IED.

FREIRE, João (1991), «Imigrantes, Capatazes e Segurança no Trabalho da Construção Civil», *Organizações e Trabalho*, n.º 5-6, pp. 147-153.

FREITAS, Maria João e CASTRO, Paula (1993), «Vale do Areeiro. Reflexões acerca de uma Realidade Multiétnica». In *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do 2.º Congresso Português de Sociologia, Vol. I, Lisboa, Editorial Fragmentos/Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 960-981.

GAILLARD, Jean-Michel (1999), «L'Irrésistible Appel de l'Europe», *L'Histoire*, n.º 229, février 1999, pp. 34-41.

GANS, Herbert J. (1997), «Toward a Reconciliation of «Assimilation» and «Pluralism»: the Interplay of Acculturation and Ethnic Retention», *International Migration Review*, 31 (4), pp. 875-892.

GARCIA, José Luís *et al.* (2000), «Educação, Abandono Escolar, Grupos Imigrantes». In *Estranhos – Juventude e Dinâmicas de exclusão Social em Lisboa*, Oeiras, Celta Editora, pp. 65-102.

GARSON, Jean-Pierre e THOREAU, Cécile (1999), «Typologie des Migrations et Analyse de l'Intégration». In *Immigration et Intégration – L'État des Savoirs*, Dewitte, Philippe *et al.*, Paris, La Découverte, pp. 15-31.

GASTAUT, Yvan (1999), «Des Trente Glorieuses à la Crise des Banlieues», *L'Histoire*, n.º 229, février 1999: 48-53.

GILBORN, David (1990), *Race?, Ethnicity and Education: Teaching and Learning in Multi-Ethnic Schools*, London, Unwin Hyman.

GONÇALVES, Helena Seita (1994), «Processo de (Re) Construção de Identidades Culturais num Bairro de Habitação Social», *Sociologia – Problemas e práticas*, n.º 16, pp. 135-149.

GOYETTE, Kimberly e XIE, Yu (1999), «Educational Expectations of Asian American Youths: Determinants and Ethnic Differences», *Sociology of Education*, Vol. 72 (1), pp. 22-35.

HEISLER, Barbara (1992), «The Future of Immigrant Incorporation: Which Models? Which Concepts?», *International Migration Review*, 26 (2), pp. 623-645.

HELLER, Agnes (1996), «The Many Faces of Multiculturalism». In *The Challenge of Diversity Integration and Pluralism in Societies of Immigration*, Baubock, Rainer et al. (eds.), Aldershot, Avebury, pp. 25-41.

HUSTED, Leif et al. (2000), «The Transition from School to Work for Second Generation Immigrants in Denmark». Paper Presented at the Euresco Conference «Migration and Development», Italy.

JUSTINO, David et al. (1998), *Children of Immigrants. A Situation In Flux Between Tension and Integration*. Lisboa, Socinova, n.º 7.

KELLY, M. Patricia (1999), «Social and Cultural Capital in the Urban Ghetto: Implications for the Economic Sociology of Immigration». In *The Economic Sociology of Immigration, Essays on Networks, Ethnicity, and Entrepreneurship*, Portes, Alejandro (ed.), New York, Russell Sage Foundation, pp. 213-247.

KHANDELWAL, Madhulika S. (1996), «Indian Networks in the United States: Class and Transnational Identities». In *Immigrants and Immigration Policy: Individual Skills, Family Ties, and Group Identities*, Duleep, Harriet et al., London: Jai Press Inc., pp. 115-131.

KRISTEN, Cornelia (2000), *Ethnic Differences in Educational Placement – An Empirical Analysis of the Transition from Primary to Secondary Schooling*. Paper Presented at the ECSR Workshop «Migration and Interethnic Relations», Oxford, UK, September 13-14.

LORCERIE, Françoise (1999), «La 'Scolarisation des Enfants de Migrants': Fausses Questions et Vrais Problèmes». In *Immigration et Intégration – L'État des Savoirs*, Dewitte, Philippe (ed.), Paris, Éditions la Découverte, pp. 212-221.

LÚCIO, Maria Manuela (1997), *Contributos para o Estudo do Insucesso Escolar na Adolescência*, Tese de Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.

MACHADO, Fernando Luís (1992), «Etnicidade em Portugal – Contrastes e Politização», *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 12, pp.123-136.

MACHADO, Fernando Luís (1994), «Luso-Africanos em Portugal: Nas Margens da Etnicidade», *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 16, pp. 111-134.

MACHADO, Fernando Luís (1997), «Contornos e Especificidades da Imigração em Portugal», *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 24, pp.9-44.

MACHADO, Fernando Luís (1999), «Imigrantes e Estrutura Social», *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 29, pp. 51-76.

MALHEIROS, Jorge Macaísta (1996), *Imigrantes na Região de Lisboa: Os Anos da Mudança: Imigração e Processo de Integração das Comunidades de Origem Indiana*, Lisboa, Edições Colibri.

MALHEIROS, Jorge Macaísta (2000), «Urban Restructuring, Immigration and the Generation of Marginalized Spaces in the Region of Lisboa». In *Eldorado or Fortress? Migration in Southern Europe*, Russell King et al. (Edited by). MacMilan Press, pp. 207-232.

MARTINIELLO, Marco (1995), *L'Ethnicité dans les Sciences Sociales Contemporaines*, Paris, PUF.

MENEZES, Manuela e CUNHA, Conceição Pinho da (1987), «Cabo-verdeanos em Portugal», *Terra Solidária*, n.º 6, Caderno D, pp. 1-2.

MÓNICA, Maria Filomena (1981), *Escola e Classes Sociais (Ontologia)*, Lisboa, Editorial Presença.

MUNZ, Rainer (1996), «A Continent of Migration: European Mass Migration in the Twentieth Century», *New Community*, 22 (2), pp. 201-226.

NUNES, João Arriscado (1997), «Boundaries, Margins and Migrants. On Paradigm Shifts, Heterogeneity and Culture Wars». In *Immigration in Southern Europe*, BAGANHA, Maria (ed.), Oeiras, Celta Editora, pp. 89-100.

OSTERBERG, Torun (2000), *Children With Immigrant Background – and Ethnic Externalities in their Labour market Performance*. Paper Presented at the Euresco Conference, «Migration and Development», Italy.

OURS, Jan van e VEENMAN, Justus (2000), *Second Better than First? On the Educational Attainment of Second-Generation Immigrants in the Netherlands*. Paper Presented at Euresco Conference «Migration and Development», Itay.

PAES, Isabel Sasseti (1993), «Crianças de Imigrantes. Que oportunidades?». In *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do 2.º Congresso Português de Sociologia, Vol. I, Lisboa, Editorial Fragmentos/Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 296-316.

PAES, Isabel Sasseti (1993), *Migrações e Multiculturalidade, Escola e Sociedade Multicultural*, Lisboa, Ministério da Educação, Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural, pp.76-90.

PAIS, José Machado (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

PERISTA, Heloísa e PIMENTA, Manuel (1993), «Trajectórias Profissionais e Inserção Laboral dos Imigrantes Residentes em Bairros Degradados de Lisboa». In *Emigração-Imigração em Portugal*, Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração-Imigração em Portugal nos séculos XIX-XX, Lisboa, Editorial Fragmentos, pp. 434-445.

PERLMANN, Joel e WALDINGER, Roger (1997), «Second Generation Decline? Children of Immigrants, Past and Present – a Reconsideration», *The International Migration Review*, 31 (4), pp. 893-922.

PERLMANN, Joel e WALDINGER, Roger (1998), «Second Generations: Past, Present, Future», *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol. 24, n.º 1, pp. 5-24.

PETERSEN, William *et al.* (1980), *Concepts of Ethnicity*, Cambridge, Harvard University Press.

PIMENTA, Manuel (1992), «Imigrantes e Minorias Étnicas Pobres em Lisboa», *Guia Anti-Racista*, Lisboa, SOS Racismo, pp. 49-55.

PIRES, Rui Pena *et al.* (1984), *Os Retornados – Um Estudo Sociográfico*. Lisboa, IED.

PORTES, Alejandro (ed.) (1996), *The New Second Generation*, New York, Russell Foundation.

PORTES, Alejandro (1997), *Divergent Destinies: Immigration, The Second Generation, and the Rise of Transnational Communities*. Lisboa, Socinova.

PORTES, Alejandro (1999a), «Os filhos dos Imigrantes. A Assimilação Segmentada e as suas Determinantes». In PORTES, Alejandro, *Migrações Internacionais – Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora, pp. 97-123.

PORTES, Alejandro (1999b), «Economic Sociology and the Sociology of Immigration: A Conceptual Overview». In PORTES, Alejandro (ed.), *The Economic Sociology of Immigration, Essays on Networks, Ethnicity, and Entrepreneurship*, New York, Russell Sage Foundation, pp.1-41.

PORTES, Alejandro e ZHOU, Min (1993), «The New Second Generation: Segmented Assimilation and its Variants», *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 530, pp.74-96.

PORTES, Alejandro e SCHAUFFLER, Richard (1996), «Language and the Second Generation: Bilingualism Yesterday and Today». In PORTES, Alejandro, *The New Second Generation*, (ed.), pp. 8-29.

PORTES, Alejandro e MACLEOD, Dag (1999), «Educating the Second Generation: Determinants of Academic Achievement Among Children of Immigrants in the United States», *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 25 (3), pp. 373-396.

QUEDAS, Maria João (1994), «Expectativas Habitacionais e Coexistência Espacial de Grupos Étnicos: Inquérito à População Mal Alojada do Concelho de Loures», *Sociedade e Território*, n.º 20, pp. 55-62.

RAVEAU, François (1987), «Ethnicité, Migrations et Minorités». In *L'Éducation Multiculturelle*, O.C.D.E. – Centre pour la Recherche et l'Innovation dans l'Enseignement, Paris, pp.106-123.

RIBEIRO, Maria da Conceição Marques (1996), *Sucesso Escolar – Para uma Revisão do Conceito*. Tese de Mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.

ROCHA, Elza (1993), *Lisboa Africana*. Lisboa, Asa.

RUMBAUT, Ruben (1994), «The Crucible Within: Ethnic Identity, Self-Esteem and Segmented Assimilation Among Children of Immigrants», *International Migration Review*, 28 (4), pp.748-794.

RUMBAUT, Ruben G. (1997), «Assimilation and its Discontents: Between Rhetoric and Reality», *International Migration Review*, 31 (4), pp. 923-960.

SAINT-MAURICE, Ana de (1993), «Cabo-verdianos Residentes em Portugal – Imagens a Preto e Branco». In SILVA, Maria Beatriz Nizza da *et al.* (orgs.), *Emigração/Imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, pp. 392-406.

SAINT-MAURICE, Ana de (1997), *Identidades Reconstruídas – Cabo-verdianos em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

SAINT-MAURICE, Ana e PIRES, Rui Pena (1989), «Descolonização e Migrações. Os Imigrantes dos PALOP em Portugal», *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 10 e 11, pp. 203-226.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1995), «Globalization, Nation-States and the Legal field: From Legal Diaspora to Legal Ecumenism?». In SANTOS, Boaventura de Sousa, *Toward a New Common Sense – Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*, New York, Routledge, pp. 250-377.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1999), *A Construção Multicultural da Igualdade e da Diferença*, Oficina do CES, Coimbra, n.º 135, Janeiro.

SEABRA, Teresa (1997), «Estratégias Familiares de Educação das Crianças», *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 23, pp. 49-70.

SENOS, Jorge (1997), «Identidade Social, Auto-Estima e Resultados Escolares», *Análise Psicológica*, 1 (XV), pp. 123-137.

SHAVIT, Yossi e MULLER, Walter (2000), «Vocational Secondary Education», *European Societies*, Vol. 2, N.º 1, pp. 29-50.

SOUTA, Luís (1991), «A Educação Multicultural», *Inovação*, n.º 4, pp. 45-52.

SOYSAL, Levent (s.d.), *Diversity of Experience, Experience of Diversity: Turkish Migrant Youth of Berlin*, (policopiado).

SOYSAL, Yasemin (1994), *The Limits of Citizenship. Migrants and Postnational Membership in Europe*, The University of Chicago Press, Chicago.

STEINBACH, Anja (2000), *Social distance: Attitudes Toward Ethnic Minorities in Germany*. Paper Presented at the ECSR Summer School 2000, Oxford, Great Britain.

SUNIER, Thijl (2000), «Civic Enculturation: Nation-State, School, and Ethnic Difference in Four European Countries», *Journal of International Migration and Integration*, vol. 1, n.º 3, pp. 305-330.

TAVARES, Manuel José (1996), *O Insucesso Escolar e as Minorias Étnicas em Portugal*. Tese de Doutoramento em Antropologia Cultural e Social, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

TOSCANO, Maria de Fátima (1990), «Descobertos mas não «Descobridos»: Mecanismos de (Des) Integração dos Imigrantes Africanos em Diáspora em Lisboa – Leitura Sociológica de um Caso de Intervenção». In *Actas do Colóquio Viver n(a) Cidade*, Lisboa, Grupo de Ecologia Social do Laboratório Nacional de Engenharia Civil / Centro de Estudos Territoriais do ISCTE, pp. 73-90.

TRIBALAT, Michèle (ed.) (1991), *Cent Ans d'Immigration. Etrangers d'Hier, français d'Aujourd'hui*. Paris, INED, PUF.

TRIBALAT, Michèle (1999), «Définir, Quantifier, Sérier les Mécanismes d'Intégration». In DEWITTE, Philippe (ed.), *Immigration et Intégration – L'État des Savoirs*, Paris, Éditions la Découverte, pp. 75-81.

TURNER, Brian (org.) (1993), *Citizenship and Social Theory*, London, Sage.

VALA, Jorge et al. (1999), *Expressões dos Racismos em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais – Estudos e Investigações.

VALLET, Louis-André e CAILLE, Jean-Paul (1999), *Migration and Integration in France. Academic Careers of Immigrants' Children in Lower and Upper Secondary School*, Paper Presented at the ESF Conference «European Societies or European Society?», Obernai France.

VERMEULEN, Hans (1998), *Immigration, Integration and the Politics of Culture*. Lisboa, Socinova.

VIEIRA, Ricardo (1995), «Mentalidades, Escola e Pedagogia Intercultural», *Educação, Sociedade e Culturas*, n.º 4, pp. 127-147.

WENDEN, Catherine Wihtol de e LEVEAU, Rémy (2001), *La Bourgeoisie – Les Trois Âges de la Vie Associative Issue de L'Immigration*, Paris, CNRS Éditions.

WENDEN, Catherine Wihtol de (1999), «Les 'Jeunes Issus de l'Immigration', Entre Intégration Culturelle et Exclusion Sociale». In DEWITTE, Philippe (ed.), *Immigration et Intégration – L'État des Savoirs*, Paris, Éditions la Découverte, pp. 232-237.

WINOCK, Michel (1999), «L'Intégration Fonctionne-t-elle Encore?», *L'Histoire*, n.º 229, pp. 59-61.

YU, Soojin (2000), *Immigrants' and their Children's Integration in Britain: An Inter-generational Perspective using the Dissimilarity Index*. Paper Presented at the ECSR Summer School 2000, Oxford, UK, September 13-14.

ZHOU, Min (1997), «Segmented Assimilation: Issues, Controversies, and Recent Research on the New Second Generation», *International Migration Review*, 31 (4), pp. 0975-1008.

ZHOU, Min e BANKSTON III, Carl L. (1996), «Social Capital and the Adaptation of the Second Generation: the Case of Vietnamese Youth in New Orleans». In PORTES, Alejandro (ed.), *The New Second Generation*, pp. 197-220.

ZOLBERG, Aristide R. (1989), «The Next Waves: Migration Theory for a Changing World», *International Migration Review*, 23 (5), pp. 403-429.

ZOLBERG, Aristide R. (1996), 'Immigration and Multiculturalism in the Industrial Democracies'. In *The Challenge of Diversity Integration and Pluralism in Societies of Immigration*, Baubock, Rainer et al. (eds.), Aldershot, Avebury, pp. 43-65.

EDIÇÃO CO-FINANCIADA PELO FUNDO SOCIAL EUROPEU



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu